UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

RODRIGO PASTE FERREIRA

LUTA E LABUTA: O PAPEL SOCIAL E ECONÔMICO DA MULHER IMIGRANTE NA REGIÃO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (ES). 1891 a 1927.

VITÓRIA
2008

RODRIGO PASTE FERREIRA

LUTA E LABUTA: O PAPEL SOCIAL E ECONÔMICO DA MULHER IMIGRANTE NA REGIÃO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (ES). 1891 a 1927.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas.
Área de concentração: Sociedade e Movimentos Políticos.
Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco.

VITÓRIA
2008

F368 Ferreira, Rodrigo Paste .
Luta e labuta: o papel social e econômico da mulher imigrante na região de Venda Nova do Imigrante (ES). 1892 a 1927 / Rodrigo Paste Ferreira . – 2008 .
136 f.

Orientador : Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco .

Dissertação de pós graduação em história – Universidade Federal do Espírito Santo .

1.Imigração italiana. 2. Espírito santo Séc XIX. I. Franco, Sebastião Pimentel. II. Ferreira, Rodrigo Paste. III. Universidade Federal do Espírito Santo. IV. Título.

CDU 325.14

RODRIGO PASTE FERREIRA

LUTA E LABUTA: O PAPEL SOCIAL E ECONÔMICO DA MULHER IMIGRANTE NA REGIÃO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE (ES). 1891 a 1927.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em História Social das Relações Políticas. Área de concentração: Sociedade e Movimentos Políticos.

Aprovada em ___/_____/_____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador.

Prof. Drª Nara Saletto

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Drª Maria Beatriz Nader

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Drª Maria Isabel Perini Muniz

Instituto de Ensino e Pesquisa Fênix

A Denilza e José Ailton, graças a eles cheguei aonde estou.

A Ricardo e Débora que, a seu jeito, me deram forças.

As mulheres italianas que me deram inspiração, em especial à minha avó, Anides, grande vitoriosa.

Agradeço

Às instituições de Ensino onde trabalho ou trabalhei, no decorrer desta pesquisa, pela compreensão e apoio nos momentos de que necessitei.

À Rita Camata que possibilitou a realização de grande parte de meu sonho.

À Sebastião Pimentel Franco que, com muita paciência e compreensão, compartilhou comigo um pouco de seu grande conhecimento.

À Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante que, no momento oportuno, deu sua contribuição a esta pesquisa.

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não as fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defronta diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.”

Karl Marx e Friendrich Engels.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é abordar a função da mulher imigrante italiana na formação e desenvolvimento do núcleo colonial São Pedro de Venda Nova, região serrana do Estado do Espírito Santo, tanto no âmbito sociocultural, quanto no setor econômico. A análise se faz necessária, uma vez que a participação feminina sempre foi relegada a segundo plano, figurando como mero coadjuvante em relação ao gênero masculino, tendo início a partir da entrada e ocupação dos imigrantes italianos no território do Espírito Santo, estendendo-se da segunda metade do século XIX ao início do século XX. Para que esta pesquisa obtivesse os resultados desejados, necessário se fez analisar os papéis desempenhados por aquelas mulheres na formação e desenvolvimento da região citada. As atividades desempenhadas, as dificuldades encontradas, quais as possíveis realizações desenvolvidas pelo gênero feminino junto à comunidade que, como se sabe do período, era dominado pelo gênero masculino. Para que tal processo fosse observado, trabalhou-se com a trajetória e os fatores que, naquela época, incentivaram um grande número de europeus a deixar seus lares na Itália e rumar para o Brasil. São expostos também os motivos que levaram o governo brasileiro a incentivar tal processo imigratório. Deu-se enfoque à chegada dos imigrantes ao núcleo colonial Castello e, posteriormente, à efetiva ocupação e desenvolvimento do núcleo colonial São Pedro de Venda Nova. Pesquisas bibliográficas, análise de documentos históricos e entrevistas com descendentes de imigrantes italianos serviram de apoio a este trabalho que busca trazer à tona o que, durante muitos anos, esteve relegada não ao esquecimento, mas ao descaso, a importância que essas mulheres tiveram na formação do município**.**

Palavras-chave: importância da mulher. Venda Nova do Imigrante. Núcleo Castello. imigração italiana. núcleos colonizadores.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es abordar la función de la mujer inmigrante italiana en la formación y desarrollo del nucleo colonial San Pedro de Venda Nova, región montañosa del Estado de Espíritu Santo, desde el ámbito sociocultural, como en el sector económico. El análisis se hace necesaria, una vez que la participación femenina siempre ha sido dejada en puesto inferior, figurando como actor de reparto en relación al género masculino, tiendo principio por la entrada y ocupación de los inmigrantes italianos en el territorio de Espíritu Santo, se extendiendo desde secunda mitad del siglo XIX hasta el principio del siglo XX. Para que esta investigación tuviese los resultados deseados, se ha hecho necesario el análisis de los papeles desarrollados por aquellas mujeres en la formación y desarrollo de la región destacada. Las actividades desarrolladas, las dificultades encontradas, como también las posibles realizaciones desarrolladas por el género femenino junto a la comunidad que, como se conoce del periodo, era dominado por el género masculino. Para que tal proceso fuera observado, se ha trabajado con la trayectoria y los factores que, en aquella época, han incentivado un gran número de europeos a dejar sus hogares en Italia y ir de rumbo a Brasil. Necesario se hace exponer también los motivos que llevaron el gobierno brasileño a estimular tal proceso inmigratorio. Ha sido enfocado la llegada de los inmigrantes al nucleo colonial Castello y, posteriormente, a la efectiva ocupación y desarrollo del nucleo colonial San Pedro de Venda Nova. Investigaciones bibliográficas, análisis de documentos históricos y encuestas con descendientes de inmigrantes italianos han sido usadas de apoyo a esto trabajo que ha buscado focalizar lo que, durante muchos años, estuvo relegada no al ostracismo, pero al descaso: la importancia que esas mujeres tuvieran en la formación del municipio**.**

Palabras-llave: importancia de la mujer. Venda Nova do Imigrante. Núcleo Castello . inmigración italiana . núcleos colonial

RIASSUNTO

L’obiettivo di questa ricerca é trattare sulla funzione della donna italiana nella formazione e svilupamento del nucleo São Pedro de Venda Nova regione di montagne dello stato do Espírito Santo, tanto nella sfera socioculturale quanto nell’ economica.L’analise si fa necessaria visto che la partecipazione femminile sempre fu rimessa al secondo piano essendo soltanto un’appoggio al mondo maschile.L’inizio si fa com l’arrivo ed occupazione degli emigrati italiani nel territorio dello Stato do Espírito Santo nella seconda meta del XIX secolo all’ inizio del XX século . Affinché questa ricerca arrivasse ai risultati proposti fu necessário analizzare la funzione di quelle donne nella formazione e svilupamento di quella regione.Le attivita fatte, le dificultá trovate ,i possibile lavori e la crescita socile delle donne nel mondo padroneggiato dalle idee maschile. Perché tutto questo fosse osservato si lavoró con la traietoria e i fatori che in quel periodo hanno conduto un grande numero di italiani a lasciare la sua vita in Italia e si buttare nel cammino del Brasile. Si fa un referimento ai motivi che hanno determinato il governo brasiliano ad incentivare il processo migratorio.Si da fuoco all’arrivo dei migranti al nucleo Castello e la posteriore effettivazione della occupazione e dello svilupamento del nucleo colonile São Pedro de Venda Nova. Le ricerche bibliografiche , le analisi dei documenti storici e le interviste con i discendenti dei migrati italiani servono di ausilio a questo lavoro che vuole romettere in fuoco quello che durante tanti anni non sono state dimenticate peró lasciate accanto: l’importanza delle donne nella formazione della comune.

Parole chiavi:l’importanza della donna . Venda Nova do Imigrante . Nucleo Castello . migratorio italiani . nucleo coloniale

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrada de imigrantes no Brasil.....55

Quadro 2 – Imigração no Brasil – por nacionalidade e períodos decenais 1884-1893/1924-1933..... 57

Quadro 3 – População do Espírito Santo (1824-1920) 64

Quadro 4 – Emigração italiana para o Brasil, por regiões (1876-1920).....66

Quadro 5 – Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1847-1887).....67

Quadro 6 – Entrada de imigrantes no Espírito Santo (1888-1896).....67

Quadro 7 – Entrada de imigrantes no Porto de Vitória por nacionalidade.....73

Quadro 8 – População da Colônia Castello (1881 – 1888).....89

Quadro 9 – Famílias com mais representatividade que se fixaram em Venda Nova do Imigrante.....94

Quadro 10 – A província de origem na Itália e outros dados sobre os italianos e que se fixaram em Venda Nova do Imigrante.....94-96

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Núcleo Colonial Santa Izabel, Santa Leopoldina e Timbuí, em 1878.....79

Mapa 2– Núcleos Coloniais do Espírito Santo, em 1878.....80

Mapa 3 – Núcleos Colonial Rio Novo, em 1878.....87

Mapa 4 – Região onde se formou o VI território – Núcleo Castello, em 1878.....88

Mapa 5 – Pontos de ocupação dos imigrantes italianos.....90

Mapa – 6 – Regiões italianas de origem dos imigrantes de Venda Nova.....98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Imigração no Brasil – 1920-1975.....56

Gráfico 2 – Província de origem dos italianos de Venda Nova do Imigrante.....92

Gráfico 3 – Total de registros entregues de acordo com a nação de origem do

imigrante.....93

Gráfico 4 – Procedência das famílias italianas que colonizaram Venda Nova do Imigrante.....99

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 e 2 – Moradias típicas dos primeiros anos dos imigrantes nas áreas de ocupação colonial. Santa Leopoldina e Santa Izabel respectivamente. ES.....114

Fotografia 3 – Elvira Tosato Pasti debulhando amendoim.....117

Fotografia 4 a 7– Utensílios utilizados pelos primeiros habitantes da região.....119

Fotografia 8 – Família de Elvira Tosatto e Ângelo Pasti.....121

Fotografia 9 – Família de Ângelo Mascarello e Joana Feletti.....122

Fotografia 10 – Família de Liberal Zandonadi e Rosa Caliman Zandonadi.....122

Fotografia 11 – Maria Perim trabalhando na costura.....127

Fotografia 12 - Máquina de enrolar fumo.....128

Fotografia 13 – A imigrante e parteira Elena Sossai.....135

Fotografia 14– Recém nascidos – trigêmeos.....136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....14

CAPÍTULO 1

1 O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.....**24**

1.1 OS ANTECEDENTES DA UNIFICAÇÃO ITALIANA.....29

1.2 O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA A AMÉRICA.....34

1.3 É CHEGADA A HORA DA PARTIDA.....47

CAPÍTULO 2

2 A EXPERIÊNCIA IMIGRATÓRIA NO BRASIL DO SÉCULO XIX.....**55**

2.1 OS FATORES DA IMIGRAÇÃO.....55

2.2 O ESPÍRITO SANTO.....63

CAPÍTULO 3

3 AS MULHERES NA FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE.....**86**

3.1 O NÚCLEO COLONIAL CASTELLO.....86

3.2 A FORMAÇÃO DO NÚCLEO SÃO PEDRO DE VENDA NOVA.....91

3.3 MULHERES, LUTA E LABUTA EM UMA SOCIEDADE MASCULINIZADA 108

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS **141**

REFERÊNCIAS.....**147**

INTRODUÇÃO

Uma pesquisa científica parte, necessariamente, de um problema. Esse, por sua vez, evidencia-se quando há interesse por determinado tema ou por área de estudo que apresente uma lacuna a ser preenchida como o reduzido número de publicações na área, ou uma falha no campo do saber, ao se estar em desacordo com conhecimentos ou teorias já existentes. No presente caso, proponho-me a estudar e analisar por que, ao longo de toda a história da comunidade de Venda Nova do Imigrante, as grandes realizações no processo de formação do município foram vinculadas e atribuídas ao gênero masculino. A eles sempre foram imputadas as glórias pelas realizações na região, como se tudo que ali se desenvolveu, tivesse contado ou dependido, exclusivamente deles. Nesse sentido, o gênero masculino aparece como o grande responsável pelo que hoje encontramos de prosperidade e desenvolvimento dentro do município vendanovense, relegando à mulher o papel na história, de meras parceiras ou colaboradoras. As mulheres que participaram da formação dessa comunidade nunca tiveram reconhecimento como agentes de formação ativa, na formação sociocultural e na economia do núcleo colonial São Pedro de Venda Nova. O que se encontra sobre sua participação na construção do município relaciona-se às atividades, tipicamente, feminina: cuidar da casa, cuidar dos filhos, cuidar dos maridos, ser obediente e cumpridora com suas funções de mulher/esposa.

Portanto, insta mostrar que as atividades desenvolvidas pelas mulheres participantes da formação daquele município não se resumiram somente a essas funções de âmbito privado, a elas cabia uma ampla gama de atividades tanto no plano social e cultural da formação da família - e acabava se refletindo na comunidade - quanto no plano econômico, que possibilitava o desenvolvimento e a acumulação de um certo pecúlio por parte dos imigrantes.

Foi utilizado um trabalho mais aprofundado que tomou como referência a comunidade de Venda Nova do Imigrante, região reconhecidamente ocupada e colonizada por imigrados e descendentes de italianos, a partir do ano de 1891, data que se atribui como marco para a chegada do primeiro imigrante italiano na região do núcleo São Pedro de Venda Nova. O tema escolhido tem sua relevância por não existirem trabalhos apontando tais problemáticas. E por esse motivo que tal pesquisa se faz necessária.

Objetivamos neste trabalho: destacar o papel desempenhado pelas mulheres imigrantes dentro da sociedade formada por descendentes de italianos na comunidade de Venda Nova

do Imigrante, região serrana do Estado do Espírito Santo; e determinar a importância dessas imigradas e de suas descendentes na vida econômica, na formação familiar, na estrutura da sociedade construída desde a sua chegada. A partir da comprovação de tais questões sobre a participação da mulher imigrante e sua referida importância na formação da comunidade, devemos utilizá-la como parâmetro para outras áreas cujas características sejam semelhantes.

Para esclarecer as questões, buscamos as raízes da imigração italiana, tanto de homens quanto de mulheres, já que para este trabalho poder atingir seu objetivo serão pesquisados ambos os sexos. Iniciamos pelo período histórico em que os imigrantes italianos deixaram seus lares no Velho Mundo e se arriscaram pelo Oceano Atlântico, rumo a uma terra, totalmente, desconhecida. Abordaremos sua chegada em solo brasileiro, na segunda metade do século XIX, em um período de grandes transformações nas estruturas, tanto social como econômica da sociedade brasileira, sobretudo a capixaba. Assim, poderemos analisar como esses estrangeiros foram utilizados para povoar os vazios territoriais do solo espírito-santense e na substituição do negro escravo, na lida com a lavoura de café, nas áreas de estruturas latifundiárias e demais atividades produtivas da economia.

O recorte histórico inicial para o desenvolvimento desta pesquisa será a chegada desses homens e mulheres em nosso país, principalmente, no estado do Espírito Santo, cujos registros remontam ao ano de 1874. Existe grande quantidade de trabalhos publicados sobre o tema, além de muitos documentos históricos e testemunhos orais de descendentes dos primeiros agentes de ocupação do território. Trabalharemos assim com as memórias que o passado capixaba e, sobretudo, os italianos, nos deixaram.

O recorte temporal desta pesquisa se dá entre os anos de 1870 e o ano de 1927. Tomaremos como base esse marco histórico, levando, em consideração, o período de intensificação da entrada estrangeira em solo espírito-santense, mais especificamente, 1874, graças ao aumento da produção cafeeira que se espalhou pelo território capixaba. Foi o ano que marcou o fim da entrada de imigrantes italianos na comunidade de Venda Nova do Imigrante.

Para levar a produção cafeeira adiante, havia necessidade de braços fortes, pois o trabalho escravo estava em vias de ser extinto, pelo menos em tese; e o negro, mesmo sendo mão-de-obra efetiva dentro da sociedade brasileira, não dava garantias de se manter ativo nas fazendas.

Por outro lado, para fechar o recorte temporal estaremos trabalhando até o ano de 1927, devido ao fato de ser essa a data do último registro disponível nas fontes a que tivemos acesso. Na época a comunidade de Venda Nova do Imigrante encontrava-se organizada e adaptada à região. A base social já havia sido implementada e organizada; a comunidade já contava com uma estrutura efetiva e em pleno funcionamento. A economia dessa área já havia se edificado com base na pequena propriedade de policultura e de agricultura familiar, formação típica das áreas colonizadas pelos imigrantes europeus em solo espírito-santense, inclusive a de Venda Nova do Imigrante e assim permanece até os dias de hoje.

Após enfocar o panorama inicial da ocupação, e como ela se desenvolveu em solo capixaba, trabalharemos a formação do núcleo colonial Castello. Tal núcleo foi o grande responsável pela difusão e formação do atual território que constitui o município de Venda Nova do Imigrante. Mostraremos os problemas enfrentados dentro desse núcleo colonial e os fatores que acabaram por empurrar muitos imigrantes e descendentes para a ocupação das terras formadoras do núcleo São Pedro de Venda Nova. Ao demonstrar como tal região foi formada, buscamos desenvolver as formas pelas quais a figura feminina contribuía na organização e sustentação econômica das sociedades imigrantes. E o foco será a importância do papel desempenhado pelas mulheres durante o processo de desenvolvimento e ocupação da região, uma vez que foram tão fundamentais quanto os homens na formação do núcleo colonial.

A posição de inferioridade das mulheres, na segunda metade do século XIX e início do século XX, na comunidade do núcleo colonial de São Pedro de Venda Nova, durante o processo de imigração, é um ponto que deve ser analisado. De tudo que se tem registros sobre esse período, a participação feminina teve sempre os mesmos papéis descritos. Sua figura ficou à margem da figura masculina, retratada como subserviente e, completamente, desprovida de vontade própria. Como se a mulher fosse uma “eterna menor de idade” que apenas obedecia às ordens de seus “homens”, primeiro aos pais, depois aos maridos.

Por isso, sua função econômica sempre foi negligenciada. Raríssimas vezes, encontramos relatos escritos das funções econômicas desempenhadas pelo gênero feminino, tanto no Estado do Espírito Santo, ao longo de seu processo de formação, quanto na comunidade de Venda Nova do Imigrante. Funções econômicas, que tivessem importância para a geração de um capital, de um pecúlio para o grupo no qual elas se encontravam nunca foram, devidamente, apresentadas e a elas atribuídas. A todo momento, o homem é apresentado como o único responsável e real provedor das finanças familiares, cabendo à mulher o papel de “sustentada pelo seu homem”. Sempre enxergamos, pelas falas de nossos historiadores

à cerca da imigração e formação do Espírito Santo, e com o foco mais específico no núcleo São Pedro de Venda Nova, que o homem é o único capaz de produzir a renda familiar necessária para o sustento da família e consequentemente da sociedade na qual está inserido.

Logo foi transmitido de geração em geração o que hoje temos como realidade, apenas fruto do suor e do trabalho masculino, tendo na esposa, nas mulheres, um sustentáculo familiar. E, assim, ajudamos a perpetuar a imagem do homem “chefe da casa” e responsável pelos assuntos do mundo público, reproduzimos a idéia de que certos problemas são “são assunto de homem” e que “lugar de mulher é na cozinha”.

Estes, entre outros pontos, foram os eixos norteadores e problematizadores desta pesquisa, sempre partindo do pressuposto de que um trabalho de investigação se justifica por sua importância. Antes de definir o que e como gostaríamos de desenvolver, questionamos se o tema era relevante, buscando saber qual a sua importância e quais contribuições a pesquisa poderia dar à sociedade. Segundo Trivinõs (1987, p.93),

> Do ponto de vista instrumental prático, parece-nos recomendável que o foco da pesquisa de um estudante de pós-graduação deve estar essencialmente vinculado a dois aspectos fundamentais: 1º) O Tópico da pesquisa deve cair diretamente no âmbito cultural de sua graduação [...]; 2ª o assunto deve surgir da prática quotidiana que o pesquisador realiza como profissional.

Isso nos motivou desenvolver este projeto enfocando um tema diretamente ligado à nossa área de formação acadêmica: História. Partindo desse pressuposto, optamos pela função desempenhada e praticada pela mulher imigrante italiana na comunidade vendanovense, tomado como fio condutor a imigração italiana e sua história no Espírito Santo. Essa escolha se deve ao fato de ser professor de História há doze anos e descendente direto de imigrantes italianos. Por isso, meu interesse pelo tema e a vontade de pesquisá-lo.

Uma vez que tais fatores foram decisivos para a escolha, buscamos, então, formas de desenvolver e analisar o papel socioeconômico da imigrante italiana dentro da sociedade em que estava inserida.

As questões surgiram e foram as mais variadas sobre essa exclusão típica na historiografia brasileira. Por que não demonstrar que as mulheres imigrantes trabalhavam e ajudavam na formação das estruturas familiares das quais faziam parte? Por que mantê-las excluídas da história? Por que o machismo italiano as esconde da história? Onde estavam essas

mulheres, quando os homens estavam construindo o mundo desejado e observado na comunidade de Venda Nova do Imigrante? Suas atribuições seriam escamoteadas por serem manuais e se aproximarem das atividades atribuídas aos negros? E, por esse motivo, deveríamos considerá-las desqualificadas? Ou mesmo, temos esses “lapsos” históricos friamente calculados para que o foco das lentes não se desviem do gênero masculino, de sua grande capacidade de administração e de construção? Não seria tal enfoque planejado para que os homens não corressem o risco de as mulheres, uma vez que suas atividades fossem, devidamente, valorizadas e analisadas, quererem uma parcela maior do reconhecimento histórico e, assim, teriam maior força na formação e desenvolvimento das comunidades em que estavam inseridas?

O objetivo, pois, é mostrar as respostas para tais indagações, demonstrar que essas mulheres trabalhavam e ajudavam tanto quanto os homens na formação da estrutura familiar e econômica da comunidade. E, que não, apenas, ficavam responsáveis pelos assuntos privados da casa como a historiografia tradicional pretende fazer-nos acreditar. Elas tinham as mais variadas atividades dentro dessa sociedade e, muitas vezes, eram as responsáveis diretas pela manutenção de suas famílias. Sua função compreendia desde os trabalhos domésticos, atividades tidas como típicas da mulher, até as que eram, especificamente, atribuídas e destinadas aos homens.

Trabalhavam nas lavouras junto de seus pais, irmãos ou maridos onde realizavam atividades as mais variadas possíveis, contribuindo assim com grande parcela da produção da propriedade, e consequentemente da renda familiar. Quando esses trabalhos terminavam, elas ainda se deparavam com os afazeres domésticos: cuidar das galinhas, dos porcos, da horta, do leite, do queijo, dos filhos, além de costurar, bordar, que em todas essas atribuições, as mulheres podiam estar produzindo renda com a comercialização, portanto, ampliando o orçamento do seu grupo familiar.

Como se não bastassem os trabalhos dentro de suas unidades de produção ainda desempenhavam atividades no âmbito social, porque a elas cabia o trabalho de parteira, benzedeiras, rezadeiras e uma infinidade de outras funções dentro da sociedade.

Com base nesses fatos, procuramos demonstrar que essas mulheres foram tão importantes quanto os homens no desenvolvimento da sociedade que se formava com os imigrantes. Com seu trabalho, contribuíram da mesma forma que eles na acumulação de um espólio para que pudessem prosperar na sociedade capixaba.

Mesmo com tamanha contribuição, o gênero feminino não é lembrada com o mesmo valor e a mesma importância da figura masculina. Do ponto de vista histórico, não é pretensão fazer mais um estudo sobre a saga italiana em solo capixaba, o objetivo aqui é a realização de uma análise do envolvimento das mulheres dentro de sua comunidade e de suas casas, e como elas contribuíram para a formação econômica de áreas, majoritariamente, povoadas por imigrados italianos, no caso o Município de Venda Nova do Imigrante. A pesquisa mostra em que ponto essas economias foram favorecidas pela participação da mulher, fosse nos serviços cotidianos, na criação de animais, na horticultura ou na administração das propriedades, principalmente, na ausência de seus maridos.

Trata-se de uma pesquisa original, que tem como objetivo resgatar a história da mulher imigrante italiana dentro do território capixaba, tendo como foco principal a atuação feminina na vida social e econômica dessa sociedade.

Inicialmente, procuramos entender como essa mulher teve seu papel por tanto tempo relegado ao esquecimento, e para isso foi necessário que partíssemos de alguns pontos norteadores, buscando desvendar a relevância da atuação feminina no contexto da época da fixação dos imigrantes Italianos em solo capixaba, além de verificar as áreas de atuação dessas mulheres dentro da sociedade em que viviam. Como e em que trabalhavam, por exemplo, e de que forma contribuíram para alavancar a ocupação e o desenvolvimento do território capixaba a partir de sua chegada em Castello.

Assim, foi caracterizada a caracterizar a condição de vida encontrada por essas mulheres em território capixaba, desde o momento de sua chegada até a formação do núcleo colonial São Pedro de Venda Nova, principal objeto de estudo. As mazelas e as surpresas pelas quais passaram, quando aqui chegaram foram muitas. Além do descaso governamental, havia a diferença cultural e climática, pois era um solo completamente diferente do europeu. Desta terra, na Europa, só os parentes tinham notícias pelas cartas de amigos ou familiares que aqui desembarcaram antes, ou por meio das histórias fantasiosas dos contratadores europeus.

Para que as questões propostas pudessem ser desenvolvidas e se tornassem fonte confiável de consulta, o presente trabalho se baseou em pesquisa bibliográfica e entrevistas com descendentes diretos de imigrantes italianos. A pesquisa feita em livros, artigos de periódicos e documentos históricos se fez importante para que, se obtivessem informações através de obras cuja leitura fosse essencial à constituição e desenvolvimento de instrumentos analíticos acerca da modificação do papel da mulher imigrante dentro da

economia das sociedades capixabas. As entrevistas foram feitas com 5 mulheres e 4 homens descendentes de imigrantes italianos fundadores do núcleo de Venda Nova do Imigrante. Através das entrevistas, seguindo um conjunto de perguntas previamente elaboradas[1], podemos confirmar muitas informações coletadas nas pesquisas bibliográficas.

A pesquisa foi feita através de encontros com os entrevistados, com perguntas referentes à importância das funções exercidas pelas mulheres, dentre outros assuntos. As entrevista foram realizadas diretamente nas casas dos entrevistados e, com a utilização de um gravador e um computador portátil, foram armazenados os resultados.

A coleta desses dados, elaborada através das entrevistas junto aos descendentes de imigrantes, foi relacionada a economia da região capixaba durante o período referente aos anos subseqüentes a 1874 e 1927, conforme descrito anteriormente, e o conseqüente desenvolvimento local. A obtenção desses dados permitiu um escalonamento de distintos acontecimentos na região capixaba estudada.

Os informantes foram selecionados dentro do universo da população de Venda Nova do Imigrante com base em sua faixa etária[2], sua descendência italiana, e seu grupo familiar[3]. Durante o processo de entrevista tive o cuidado de "tentar" filtrar o que, de fato, eram memórias sobre a ocupação e a imigração de Venda Nova do Imigrante e o que esses traziam como informação passada por livros, programas culturais da cidade e outras formas de conhecimento. Esse cuidado foi necessário pois, muitos acompanham e participam ativamente da vida cultural da cidade, que respira imigração, e que faz questão de destacar o passado de sofrimento e luta dos imigrantes. Por isso, muitos acabam "poluindo" suas falas e suas lembranças com leituras de autores, que como já foi mencionado anteriormente, em muitos momentos construíram uma história sempre voltada para os grandes feitos dos homens, em detrimento das realizações femininas.

Uma vez que tais etapas foram desenvolvidas, o presente trabalho foi dividido em três capítulos para que a pesquisa fosse fiel e com informações estritamente necessárias.

No primeiro capítulo, será relatada a onda imigratória italiana do século XIX para o Brasil, assim como por que vieram e mais, especificamente, a preferência pelo solo capixaba.

[1] Uma cópia das perguntas que foram realizadas com os entrevistados está anexada a este trabalho.
[2] Busquei trabalhar com indivíduos com idades superiores a 70 anos, porque sua convivência com os antigos habitantes da região foi mais prolongada e, portanto, suas informações seriam mais confiáveis.
[3] Optei por entrevistar os representantes das primeiras famílias formadoras da comunidade de Venda Nova do Imigrante por acreditar que esses seriam os mais indicados para me fornecer as informações de que necessitava.

Serão contadas as condições de vida dos europeus em meio à 2ª fase da revolução industrial européia, as mazelas pelas quais os habitantes de muitas áreas do velho continente estavam passando.

No segundo capítulo, serão trabalhados os fatores que contribuíram para que o Brasil, como nação receptora, necessitasse da vinda desses trabalhadores europeus. Será possível observar como, ao longo do período proposto nesta pesquisa, milhares de imigrantes, provenientes do continente europeu, aportaram no continente americano em busca de um novo futuro. Aqui chegaram açorianos, alemães, austríacos e muitos outros imigrantes de diversas nacionalidades. Essa entrada de imigrantes em solo brasileiro teve um grande aumento, principalmente, a partir da década de 70 do século XIX. E foi, exatamente, naquele momento que o grupo hegemônico de imigrantes, no caso os italianos, iniciaram sua saga por terras brasileiras. Serão utilizadas tabelas e gráficos que permitirão acompanhar o crescimento e a decadência da imigração italiana de forma clara, apresentando os fatores que contribuíram para ambos os casos.

O terceiro capítulo abordará a participação da mulher imigrante italiana no núcleo colonial São Pedro de Venda Nova, desde a sua formação até o relativo fracasso do 6º território da Colônia Rio Novo, o núcleo colonial Castello. Serão mostradas as formas pelas quais os imigrantes chegaram à região do núcleo Castello e os fatores que levaram os primeiros imigrantes e seus descendentes a chegarem ao território que hoje compõe o Município de Venda Nova do Imigrante.

Uma vez que, a fixação nesse novo local é desenvolvida, serão abordadas as funções desempenhadas por homens e mulheres na sociedade que se constituiu, além das atividades desempenhadas por cada um dos dois gêneros, na formação e no desenvolvimento do núcleo São Pedro de Venda Nova.

A partir do estudo sistematizado das entrevistas, aliados à pesquisa documental e bibliográfica, esperamos contribuir com a historiografia, no sentido de ampliar os conhecimentos do tema no cenário regional, considerando as particularidades locais.

CAPÍTULO 1

1 O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

Ao longo de todo o século XIX, o continente americano passou por um intenso surto imigratório que até então não havia vivenciado. Desde as primeiras grandes navegações européias no século XV, não desembarcaram aqui levas tão significativas de europeus, em busca de um novo futuro.

No decurso dos séculos XVI a XVIII, chegaram ao Brasil europeus com o sonho do enriquecimento através da mineração ou de empreendimentos mais complexos como a exploração e o comércio de pau-brasil, de açúcar ou de escravos. Houve ainda aqueles que buscaram terras brasileiras para criar uma nova vida, fixar raízes e se desenvolver no Novo Mundo. Os objetivos dos que aqui estiveram eram basicamente os mesmos: encontrar metais preciosos ou enriquecer rapidamente, retornando, em muitos casos, para sua terra natal e adquirindo um "status" na sociedade. Houve ainda aqueles que desfizeram ou apenas redirecionaram seu capital em sua terra natal e apostaram tudo em novas empreitadas na América, ora nos engenhos de açúcar, ora no comércio colonial.

Apoiados pela Metrópole, no caso Portugal, para que a colônia fosse explorada ao máximo, isso se torna fácil de entender uma vez que, em uma colônia, tipicamente de exploração, tudo que se explora, automaticamente é passivo de impostos. Portanto, quanto mais rendimentos e riquezas esses indivíduos retirassem do Brasil, mais a Metrópole portuguesa lucraria.

Essa lógica se manteve durante todo o período colonial. Após o fim desse período histórico, no caso com o advento da independência, os papéis se invertem. Agora o Brasil já não era mais uma colônia européia, já não estava “preso” ao exclusivo colonial que durante, aproximadamente, 322 anos, expropriara grande parte das riquezas aqui existentes. Respiravam-se ares de liberdade, tentava-se criar uma nova nação, independente, forte, próspera e rica, se possível.

Era o início do primeiro reinado brasileiro, o ouro havia escasseado, já não era tão significativo na economia brasileira. Minas Gerais pôde se manter graças ao desenvolvimento do comércio interno na região; grande parte do ouro havia acabado, mas o

comércio interno manteve a região estável economicamente. Grande parte desse ouro não havia ficado em nossos cofres, foram expatriados para os castelos de Portugal ou para as fábricas da Inglaterra. O país era basicamente agrário e tinha no açúcar sua grande mola mestra, porém esse produto há muito dava sinais de decadência. A concorrência com produtos provenientes das Antilhas, com melhor preço e melhor qualidade, tornava as margens de lucros do açúcar cada vez menores. O solo esgotado, as técnicas de exploração ultrapassadas faziam a produtividade cada vez cair mais. Para piorar ainda mais a economia, restavam os tratados comerciais[4] assinados com a Inglaterra em 1810 e renovados em 1827. Tais acordos colocavam o Brasil em uma posição, extremamente desfavorável em relação ao comércio com aquela nação. Seus produtos, com taxas alfandegárias privilegiadas, inundavam as prateleiras, chegavam a preços baixos, o que acabava dificultando a circulação dos produtos nacionais.

Esse foi o cenário vivido pelos governantes do novo país. Como se não bastasse, havia ainda gastos com movimentos militares no 1º Reinado e no Período Regencial. Guerras de Independência dentro do território brasileiro, conflitos na região do Prata com a província Cisplatina, conflitos internos por conta da grande centralização monárquica imposta pelo novo imperador e ainda havia envolvimentos na guerra de sucessão[5] do trono português, quando D. Pedro I utilizara os já escassos recursos nacionais para financiar uma guerra contra seu irmão, pelo trono de Portugal.

Diante dessa situação em que a economia se encontrava, uma nova riqueza se vislumbrava. Para socorrer os cofres públicos e os da elite nacional surgiu o “ouro verde”, o café. A partir da Regência, o café passava a ganhar força dentro da economia nacional, e em pouco tempo o sudeste brasileiro tornar-se-ia o grande alicerce econômico da nação. O produto, que até então era produzido apenas para o consumo das famílias camponesas, ganhou o gosto do mundo todo, e começou a ser consumido em grande escala, tanto dentro, quanto fora do país. Foi essa peculiaridade, o desenvolvimento da produção cafeeira, que contribuiu para que uma nova onda imigratória atingisse o território brasileiro.

[4] Tratados comerciais que davam privilégios aos produtos ingleses, proporcionando a esses taxas alfandegárias, relativas aos seus produtos, inferiores aos demais países que mantinham relações comerciais com Portugal e Brasil. Em alguns casos as taxas alfandegárias inglesas eram inferiores até mesmo às taxas relativas à entrada de produtos portugueses em solo brasileiro. (PRADO, JUNIOR, 1972).

[5] Com a morte de D. João VI em 1826, o estado português sofreu uma crise sucessória, envolvendo o Imperador brasileiro, D. Pedro I, e seu irmão, D. Miguel. Pelo direito de primogenitude, o trono deveria ser entregue a D. Pedro que, naquele momento, ocupava o trono brasileiro, porém esse abre mão de seu direito em nome de sua filha, D. Mª da Glória, de apenas 7 anos, o que leva a um desentendimento com seu irmão e arrasta o reino português a uma guerra sucessória. (PRADO, JUNIOR, 1972)

De início, assim como todas as atividades brasileiras, a base da mão-de-obra nos cafezais era o trabalho compulsório negro. Braços negros que tantas manifestações pessoais causavam àqueles que tinham contato com eles. Viajantes europeus, conhecidos como os naturalistas, os enciclopedistas, que por aqui estiveram, e que viam no Brasil, não um lugar para se fazer negócio, mas um grande laboratório, onde se podia encontrar grande variedade cultural, misturas de diferentes grupos étnicos, somados à riqueza e ao exotismo do clima tropical brasileiro[6]. Esses observadores deixavam relatos, demonstrando sua surpresa ao se deparar com a existência em grande escala dos africanos. De acordo com eles

> Quem chega convencido de encontrar essa parte do mundo descoberta só desde três séculos, com a natureza inteiramente rude, violenta e invicta, poder-se-ia julgar, ao menos aqui na capital do Brasil, fora dela; tanto fez a influência da civilização e cultura da velha e educada Europa para remover deste ponto da colônia os característicos da selvageria americana e dar-lhes cunho de civilização avançada. [...] O que, entretanto, logo lembra ao viajante que ele está num estranho continente do mundo, é sobretudo a turba variada de negros e mulatos, a classe operária que ele topa por toda a parte, assim que ele põe o pé em terra. Esse aspecto foi-nos mais de surpresa do que de agrado. A natureza inferior, bruta, destes homens importunos, seminus, fere a sensibilidade dos europeus que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiadas da sua pátria (OLIVEIRA, 2001, p. 8).

Foram esses indivíduos, tidos como “inferiores, brutos e inoportunos”, que possibilitaram a manutenção da economia colonial brasileira e, também, no novo cenário econômico que o Brasil ingressava, teriam a função de alavancar a produção da nova fonte de renda nacional. Dessa forma, o fluxo negreiro deixou de ser para o nordeste açucareiro e se redirecionou para o sudeste cafeeiro. Durante longos anos, eles foram os “pés e as mãos” dos produtores de café, até que a escravidão começou a ser questionada e pouco a pouco chegou ao fim. À medida que essa forma de exploração, ao longo da segunda metade do século XIX, foi se extinguindo, era necessário encontrar uma solução para suprir os trabalhadores escravos. Novos braços teriam que ser destinados a manter a empresa cafeeira funcionando e, como era de se esperar, sustentar o Estado brasileiro.

---

[6] A nova visão da natureza e da sociedade que surge com o triunfo do Iluminismo é um espaço aberto para pesquisas de todo o tipo, que a dissequem, expliquem, diferenciem, classifiquem. E é neste contexto que espaço americano passa a ser investigado com outros olhos: ele não necessariamente é melhor, mas nada indica a sua inferioridade; ao contrario, a diversidade da vegetação, a vivacidade das cores, a pluralidade de formas dentro da sociedade leva a um deslumbramento diferente do fantasioso: esta natureza, a americana, além de bela, é dotada de riqueza e potencial. Os modelos europeus têm que se render ao trópico, sem deixar de controlá-lo, no entanto. E este será o papel dos pesquisadores baseados nas novas visões que surgem com o Iluminismo, fazendo uma análise com olhares científicos sobre a estrutura existente dentro do território brasileiro. (MEDEIROS LAHUERTA, 2006)

Em verdade, era necessário encontrar um contingente populacional disposto a ingressar no mercado brasileiro como trabalhadores braçais, substituindo o trabalho escravo nas lavouras. Os novos trabalhadores teriam que ser livres, já que a escravidão estava em vias de “extinção”, e deveriam estar dispostos a se submeter às duras jornadas de trabalho entre os pés de café. É comum encontrar a imigração do século XIX ligada direta e somente à questão escravista, porém não se pode esquecer que, além de braços fortes para movimentar a lavoura cafeeira, o Brasil também desenvolveu um projeto de imigração fundamentado no aumento populacional. Buscava-se, naquele momento histórico, a construção de uma nação de brancos. Muitas vezes, via-se a vinda para o Brasil do imigrante branco como um bem, “o imigrante, além de vir preencher uma demanda de braços para o trabalho, teria o papel de contribuir para o branqueamento da população, ao submergir na cultura brasileira por meio da assimilação.” (OLIVEIRA, 2001, p. 10). O fato dá uma idéia clara do racismo que quase sempre era encontrado entre os habitantes brasileiros.

Tal fato pode ser ainda mais explícito analisar a fala de Antônio Sergio A. Guimarães, em seu texto intitulado “Preconceito de cor e racismo no Brasil” (2002), alegando que o racismo existente no país poderia ser percebido através dos ensinamentos da Escola de Medicina da Bahia e da Escola de Direito do Recife, atuantes de forma mais radical, ou mesmo do ensino mais evoluído, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em direção a doutrinas menos pessimistas acabaram criando diferentes “versões do 'embranquecimento', subsidiando desde as políticas de imigração, que pretendiam a substituição pura e simples da mão-de-obra negra por imigrantes europeus”, fato já mencionado, “até as teorias de miscigenação que pregavam a lenta, mas contínua fixação pela população brasileira de caracteres mentais, somáticos, psicológicos e culturais da raça branca”[7]. Tais falas podem levar a perceber que a questão do branqueamento não foi mera conversa de bastidores, ela, realmente, esteve entre as formas de transferência do europeu, branco, de intelecto superior, para as terras brasileiras.

Ainda havia, a favor da entrada de novos “cidadãos”, o fato da existência de um grande espaço desocupado e inexplorado no território brasileiro. Verdadeiros vazios, onde solo, matas e possíveis riquezas encontravam-se, totalmente, ocultos por falta de habitantes e de sua exploração. Era o caso de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

[7] Aula preparada como requisito parcial para o concurso público de Professor Titular em Sociologia das Relações Raciais, no Departamento de Sociologia da USP, 13 de maio de 2004, p. 12.

Nessas áreas, a entrada de imigrantes seria, sobretudo, num primeiro momento, para ocupar territórios e povoar os espaços geográficos. Portanto, havia um país que necessitava da entrada de imigrantes, e ao mesmo tempo, uma Europa expulsora pronta a fornecer o "produto" de que o Brasil precisava. Da mesma forma que a carência de trabalhadores no Brasil se fez durante um processo demorado, também o fluxo de braços do Velho Mundo sofreu um longo período de construção. "Estima-se que 40 milhões tenham atravessado o Atlântico, migrando do Velho para o Novo Mundo" (OLIVEIRA, 2001, p. 111), desse montante tínhamos no Brasil, sobretudo italianos, que constituíram a grande massa de material humano para as necessidades da nação brasileira. Segundo Fausto (1999, p. 383) "de todos os grupos que se dirigiram ao País entre 1870 a 1920, os italianos com cerca de 1,4 milhões de indivíduos representavam 42% do total de imigrantes (3.330.188) que se dirigiram ao Brasil [...]". Esses números podem variar, mas não deixam dúvidas quanto à significativa participação da entrada de italianos em solo brasileiro. E essa leva de italianos se deu, com maior ênfase, após seu processo de unificação e seu desenvolvimento industrial ao norte da nova nação.

Todas as mudanças ocorreram no território italiano ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade desse século; tais mudanças foram tão significativas que acabaram contribuindo para a saída de europeus em grande escala para buscarem novas oportunidades no continente americano. Entre os fatores que tornaram essa saída possível houve o processo de unificação de países, que foram bases para a evasão do velho continente; entre esses, o que deu maior contribuição para o Brasil, se encontra a Itália.

1.1 OS ANTECEDENTES DA UNIFICAÇÃO ITALIANA.

A Península Itálica, na década de 40 do século XIX, encontrava-se dividida em vários estados independentes. Não era difícil de encontrar, mesmo em uma península completamente dividida, semelhanças na língua, na cultura, na história; e foram as que se apresentaram, ao longo do século XIX, como o fator determinante de unidade, e acabaram possibilitando a formação de um novo Estado Nação dentro do continente Europeu.

Naquele século, existiam, por toda a Península Itálica, movimentos nacionalistas de características liberais e todos eles com projetos distintos de unificação. Dentre eles, o que

obteve maior êxito entre a população foi o movimento "Jovem Itália"[8], de Mazzini. Aconteceu, exatamente, o sonho de unidade e de grandeza que motivou o movimento de unificação italiano.

Ao Norte, o rei do Piemonte-Sardenha, Carlos Alberto[9], tomou a liderança do movimento, e contando com o apoio da França de Napoleão III[10], declarou apoio em troca de territórios italianos, aproveitou-se de revoltas internas dentro do império Austríaco e declarou guerra à Áustria. No mesmo período, os principais líderes revolucionários, Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi[11], que também lutavam pela unificação da península, iniciaram movimentos revolucionários; porém esses partiram da região Sul do território. Mazzini, após um levante em que pode contar com apoio de Garibaldi e seu exército de "camisas vermelhas" – composto por voluntários de vários estratos sociais – tendo a participação ainda de grupos ligados à burguesia, proclamou a República romana na região das duas Sicílias, conseguindo assim depor o regime absolutista dos Bourbons e libertar territórios pertencentes à Igreja Católica.

Entretanto, tal liberdade durou pouco tempo. Após esmagar a revolta dentro da Áustria, o governo dos Habsburgos[12] enviou um grande exército para o norte da Itália, retomando

---

[8] Organização paramilitar que pretendia libertar as regiões italianas do domínio austríaco e unificar o país, por meio da educação do povo e da fundação de uma república democrática. Suas palavras de ordem eram: direito dos homens, progresso, igualdade jurídica e fraternidade. A sociedade organizou células revolucionárias em toda a península.(LAZZARO, 1992).

[9] Carlos Alberto da Sardenha, assumiu o trono da Sardenha e se tornou o governante de Piemonte em 1831. O rei Carlos Alberto adotou uma forma de governo diferente dos demais: o parlamentarismo. (LAZZARO, 1992).

[10] Charles Louis Napoléon Bonaparte ou Carlos Luís Napoleão Bonaparte (20 de abril de 1808, Paris - 9 de janeiro de 1873, Chislehurst, Kent, Inglaterra), sobrinho do grande Napoleão, foi presidente e posteriormente imperador da França (1852-1870). Era o terceiro filho de Luís Bonaparte (1778-1846), rei da Holanda, e Hortênsia de Beauharnais, respectivamente, irmão e enteada de Napoleão Bonaparte. (HOBSBAWN, 1998).

[11] Giuseppe Garibaldi (Nizza, 4 de julho de 1807 — Caprera, 2 de junho de 1882) foi um guerrilheiro italiano, alcunhado de "herói de dois mundos" devido à sua participação em conflitos na Itália e no Brasil na Revolução Farropilha. Uma das mais notáveis figuras da unificação italiana, ao lado de Giuseppe Mazzini e do Conde de Cavour, Garibaldi dedicou sua vida à luta contra a tirania. Nasceu em Nice então parte do reino de Sardenha-Piemonte. (LAZZARO, 1992).

[12] A Casa de Habsburgo (Hapsburg; também chamada a Casa da Áustria) foi uma das famílias mais importantes da História da Europa. A família tem origem no século XII e o nome deriva de *Habichtsburg*, o castelo do falcão, sua morada oficial, construído em 1020, na Suíça. (HOBSBAWN, 1998)

Veneza e parte da Lombardia. Essa retomada foi facilitada em decorrência do fato de o reino do Piemonte-Sardenha não contar mais com o apoio da França que, percebendo o crescimento e fortalecimento da Prússia, retirou seu apoio aos piemonteses, mantendo apenas um pequeno contingente militar para proteção do que restara dos Estados Papais.

Nesse contexto, o papa contando com o apoio de Luís Napoleão da França e, com a ajuda de seu exército, reconquistou seus antigos domínios no centro do território, derrubando a República romana de Mazzini. No sul, não foi diferente, a família Bourbon, após sufocar a revolta popular, voltou a ocupar o trono das Duas Sicílias.

Os movimentos de1848 foram gradativamente abafados, porém o sonho de uma Itália livre e unida não havia desaparecido, muito pelo contrário, o ensaio realizado ao longo das décadas de 40 e 50 avivou e reforçou ainda mais os sonhos de um país livre.

Entre os quatro reinos em que se subdividia a Itália, o mais importante e mais desenvolvido era o do Piemonte-Sardenha, único com um sistema industrial que se assemelhava, embora com muitas restrições, aos demais parques industriais da Europa. Para a burguesia, a unificação significava a garantia de continuidade do desenvolvimento industrial e comercial. O nacionalismo nesse reino, portanto, estava ligado às necessidades de expansão do capitalismo.

Buscando aliados para enfrentar a Áustria, o Primeiro Ministro Piemontês, Cavour, entrou, ao lado da França e da Inglaterra, na guerra da Criméia[13], contra os russos, em 1855. Já em 1858, os resultados dessa participação se fizeram sentir: Cavour firmou com Napoleão III uma aliança, pela qual as tropas francesas auxiliariam o reino do Piemonte a libertar os estados do norte da Itália do domínio austríaco; em troca, a França receberia a região de Nice e Savóia, além de compensações financeiras e comerciais.

E assim se desenvolveram as relações na parte setentrional da península; em 1859 começou a guerra de retomada de territórios por parte do reino do Piemonte; os exércitos piemonteses marcharam contra o império austríaco. Com o apoio dos franceses o reino do

[13] A Guerra da Criméia foi um conflito que se estendeu de 1853 a 1856, na península da Criméia (no mar Negro, ao sul da atual Ucrânia), no sul da Rússia e nos Bálcãs. Envolveu, de um lado a Rússia e, de outro, uma coalizão integrada pelo Reino Unido, a França, o Piemonte-Sardenha (na atual Itália) - formando a Aliança Anglo-Franco-Sarda - e o Império Turco-Otomano (atual Turquia). Esta coalizão, que contou ainda com o apoio da Áustria, foi formada como reação às pretensões expansionistas russas. (HOBSBAWN, 1998).

Piemonte conseguiu anexar a Lombardia, os ducados de Toscana, Parma e Módena e a parte setentrional dos estados pontifícios. Entretanto, como foi mencionado anteriormente, a França teve que se retirar da guerra, e Veneza, uma das mais ricas cidades, permaneceu nas mãos dos austríacos.

Ao mesmo tempo, o processo de unificação vai ser realizado também na área meridional, e, diante disso, houve a libertação do reino das Duas Sicílias. Essa libertação se deu graças à invasão dos "camisas vermelhas" comandados por Garibaldi. Depois de libertar a Sicília, esse exército marchou para Nápoles, que já se havia rebelado. Assim, com o apoio da população local, os soldados de Garibaldi, em pouco mais de três meses, puseram fim ao absolutismo Bourbon na Itália.

Para completar o processo unificatório, restavam apenas alguns estados do centro da Itália, controlados pela papa, e Veneza, ainda sob o domínio dos Habsburgos da Áustria. Para resolver esse “detalhe” a Itália apoiou a Prússia na guerra das Sete Semanas[14] contra a Áustria, em 1866. O resultado foi a derrota dos austríacos para os prussianos e a conseqüente anexação do território de Veneza por parte dos italianos, porquanto o governo dos Habsburgos fora pressionado pelo governo prussiano.

Restavam ainda partes centrais do território, pertencentes à Igreja Católica e eram controlados pelo Papa, que se negava a entregar ao reino do Piemonte seus domínios. Diante disso, ficava evidente que a Igreja Católica se colocava como obstáculo à plena unidade da Península. Até 1870, os estados pontifícios permaneceram sob o controle da Igreja, graças à proteção de tropas francesas enviadas por Napoleão III. Porém, a ocupação de Roma era questão de honra. Para os nacionalistas italianos sem Roma, capital da Itália, a Itália não poderia existir. Entretanto, em 1870, a França se envolveu em guerra contra a Prússia e não podia manter tropas protegendo os Estados Pontifícios. As forças de unificação aproveitaram a conjuntura e invadiram Roma e, como era de se esperar, transformaram-na em capital da Itália. Após a ocupação de Roma, as tensões entre a Igreja e o estado italiano aumentaram, causando um grave impasse. Essa crise só foi resolvida em

---

[14] A Guerra Austro-prussiana (Também chamada de Guerra das Sete Semanas ou Guerra Civil Alemã) foi travada pelo Império Austríaco e pela Prússia em 1866 e resultou no domínio prussiano sobre a atual Alemanha. Na Alemanha e na Áustria ela é conhecida como *Deutscher Krieg* (Guerra Alemã) ou *Bruderkrieg* (Guerra de Irmãos). Na Itália, chama-se *Terza guerra di independenza italiana* (Terceira guerra de independência italiana). (PRADO Jr., 1984).

1929, pelas concordatas de Latrão[15], firmadas pelo papa Pio XI[16] e Mussolini[17], criando assim o Estado independente do Vaticano.

A tomada de Roma, em termos econômicos, segundo Luís Alberto De Boni (1998. p. 15-16), significou “a vitória do capitalismo sobre as antigas instituições Os pequenos reinos, principados e cidades deram lugar a um único país, a fim de que a produção capitalista, derrubando fronteiras e alfândegas, encontrasse um mercado consumidor”.

Dessa forma, o que sria um novo Estado se tornou na verdade um “Piemonte ampliado por toda a península, com seu Rei e suas leis” (LAZZARO, 1992, p. 6). E o que deveria ser uma guerra de libertação, de *Risorgimento*[18], transformara-se em uma guerra de conquistas, pois

> [...] o poder ficou nas mãos dos antigos patrões. A libertação da Áustria e dos Bourbons não livrou os pobres do Rei, dos Generais, dos Bispos, dos patrões das terras e dos advogados. Isto é, não permitiu às massas se tornarem donas de seu próprio destino. Venceram os *moderati.* Aqueles que tinham um patrimônio, uma cultura. Não obstante o *Risorgimento,* os humildes permaneceram como antes: sem voz e sem poder (LAZZARO, 1992, p. 6).

Esse “novo Estado” manteve as mesmas estruturas do Estado Piemontês, prevalecendo um Estado fortemente centralizado, bem distante dos ideais democráticos de uma confederação autônoma e participativa, com poderes descentralizados, sonhados por Giuseppe Mazzini e

---

[15] Tratado de Latrão, assinado pelo ditador fascista Benito Mussolini e a Santa Sé, representada pelo cardeal Pietro Gasparri, secretário de Estado do papa Pio XI. O Tratado de Latrão formalizou a existência do Estado do Vaticano (cidade do Vaticano, palácio de Castelgandolfo e as três basílicas patriarcais de São João de Latrão, Santa Maria Maior e São Paulo Extramuros) Estado soberano, neutro e inviolável, sob a autoridade do papa. Por outro lado, a Igreja Católica renunciava aos territórios que havia possuído na Idade Média e reconhecia Roma como capital da Itália. (LAZZARO, 1992).

[16] Papa Pio XI nascido *Ambrogio Damiano Achille Ratti* (Desio, Província de Milão, 31 de maio de 1857 - Vaticano, 10 de Fevereiro de 1939). Foi Papa entre 6 de fevereiro de 1922 e a data da sua morte.

[17] Benito Amilcare Andrea Mussolini (Dovia di Predappio, 29 de Julho de 1883 — Giulino di Mezzegra, 28 de Abril de 1945) foi jornalista e político italiano. Governou com poderes ditatoriais a Itália, entre 1922 a 1943, autodenominando-se *Il Duce*, que significa em italiano "o condutor".(LAZZARO, 1992).

[18]O *Risorgimento* (Ressurgimento em português, mas a palavra significa «*ressurreição*», em italiano) é o movimento na história italiana que buscou entre 1815 e 1870 unificar o país, que era apenas uma coleção de pequenos Estados submetidos a potências estrangeiras. Na luta sobre a futura estrutura da Itália, a monarquia, na pessoa do rei do Piemonte-Sardenha, Vítor Emanuel II, apoiado pelos conservadores liberais, teve sucesso quando em 1859-1861 se formou a Nação-Estado, derrotando os partidários de esquerda, republicanos e democráticos, que militavam sob Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi. (LAZZARO, 1992).

Giuseppe Garibaldi.

1.2 O MOVIMENTO IMIGRATÓRIO PARA A AMÉRICA

Após todos esses conflitos, nascia a partir de 1870, com a incorporação dos Estados Pontifícios, uma nova nação. Sua construção estava repleta de marcas e cicatrizes, incertezas e sonhos. Como todo novo Estado, a jovem Itália iria passar por grandes obstáculos até que se pudesse vislumbrar um futuro melhor e que abrangesse a totalidade de sua população: os campos estavam arrasados, sua economia era uma das piores da Europa, o sul de seu território ainda estava preso aos mesmos costumes e tradições de séculos anterior. Era hora de reconstruir o que, no passado, já havia sido o maior Império da Humanidade. Porém, a tarefa seria muito árdua, e milhares de italianos, por necessidades do momento, teriam que ser sacrificados para que os planos de grandeza do novo país pudessem ser atingidos.

Na segunda metade do século XIX, especialmente, a partir de 1870, novas nações, como a Alemanha, França, Bélgica, Itália, Estados Unidos e Japão ingressaram na fase capitalista, disputando com a Inglaterra as fontes de matérias-primas e mercados. Esses países realizaram a passagem do sistema de produção feudal para o de produção capitalista, seguindo, basicamente, os mesmos passos, variando de um para o outro, o período em que isso aconteceu. Quando analisados os pilares para essa passagem encontramos

> [...] concentração da terra nas mãos de poucos proprietários; altas taxas de impostos sobre a propriedade, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimo e conseqüente endividamento; oferta por parte da grande propriedade de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor, e por fim, a transformação deste em mão-de-obra para a indústria nascente (ALVIM, 1986, p. 219).

Diante desses alicerces, houve, de pouco a pouco e em períodos diferentes, ao longo do globo, a expansão e o fortalecimento do sistema de produção capitalista. Acompanhando tal desenvolvimento, pôde-se perceber o melhoramento dos meios de transporte como as ferrovias, a navegação a vapor e as novas descobertas científicas, novas técnicas de produção e consequentemente possibilitou um aumento da produtividade, entre outros

fatores. Todos esses acontecimentos uniram-se ao crescimento populacional, graças a novas descobertas científicas que resultaram do surgimento de medicamentos possíveis de curar um grande número de doenças. Houve ainda a melhoria das condições de vida de certos estratos sociais, em diferentes países, ocasionando assim, um crescimento demográfico acentuado. Tais alterações se uniram ao novo traçado do mapa europeu, determinado após o Império Napoleônico[19]. As mudanças de fronteiras experimentadas entre 1815 e 1914, de certa forma foram a raiz de vários conflitos, envolvendo, sobretudo, os países europeus. Todo esse avanço fez com que, "[...]nesse período, a população do velho continente saltasse de 180 para 450 milhões de habitantes, o que provocou a emigração para outros continentes de 40 milhões de pessoas, sendo que 85% destes para as Américas" (PAOLI, 2001, p. 15).

Como se percebe, a população européia obteve um aumento quase de 150% durante esse período, um crescimento bastante elevado que foi acompanhado pela concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários. Todo o desenvolvimento capitalista, desencadeado no do século XIX, acaba por acentuar, com grande força as desigualdades sociais existentes dentro do velho continente. Ao se observar que, à medida que a população aumentou, aliando o aumento aos fatores descritos acima, teremos ainda uma grande concentração fundiária, somada à concentração de renda e o conseqüente empobrecimento de uma parcela significativa dos habitantes europeus. A soma desses fatores torna de fácil compreensão o porquê de tantas pessoas estarem vivendo na mais completa miséria dentro da Europa e, mais especificamente, dentro da península italiana, a miséria podia ser facilmente observada. Era comum encontrar:

> [...] uma vida austera onde faltavam recursos para os tratamentos medicinais que eram substituídos por paliativos. Os doentes eram colocados estendidos nos cochos dos estábulos e o porco crescia na casa como se fosse uma pessoa da família. [...] o costume de vender as crianças era bastante difundido, tanto no Sul quanto no Norte da Itália [...] (LAZZARO, 1992, p. 3).

Nesse século, a situação do povo italiano, em sua maioria campestre, era calamitosa. Pode-se considerar que de

> [...] cerca de 30 milhões de habitantes, pelo menos 21 milhões eram camponeses. Moviam-se pelos campos com o gesto lento dos

[19] O Império Napoleônico surgiu na Europa entre os anos de 1804 e 1815. Foi resultado da Eclosão da Revolução Francesa após o ano de 1789 e das pretensões burguesas que haviam se fortalecido dentro da França ao longo da revolução. Iniciou-se com um plebiscito em 1804, onde Napoleão Bonaparte, após consulta popular, adquiriu enormes poderes e teve seu fim em 1815 na batalha de Waterloo.(HOBSBAWN, 1998).

> antepassados, fosse na Sicília ou no Vêneto. Utilizavam o mesmo arado de 2.000 mil anos [...] (LAZZARO, 1992, p. 2).

É diante deste quadro que o novo governo italiano teria que trabalhar. Um país que ainda se mantinha nos mesmos padrões de séculos anteriores à sua unificação.

> [...] a grande maioria dos italianos nascia, vivia e morria na mesma propriedade [...]. Numa época onde a Inglaterra já havia feito a Revolução Industrial e onde a França e a Alemanha, em etapas forçadas, a criação de um poderoso complexo industrial, a Itália mostrava-se como *un Paese di miserabili analfabeti,*[20] cuja renda era um quarto da inglesa e um terço da francesa. Era um país tão pobre, [...], tão desprovido de ferro e carvão, que os franceses se perguntavam com uma ponta de ironia: "*Che cosa vuol fare l'Italia?"*[21] (DELISO, 1992, p. 2).

Paralelo a esse grau de miséria, tinha-se ainda um país onde a incorporação de terras e de mão-de-obra às atividades comerciais e industriais provocou a fuga de muitos camponeses, dedicados à lavoura tradicional e comunitária. À medida que esse sistema foi sendo desenvolvido, foi sendo liberado um excedente de mão-de-obra que a industrialização tardia da Itália não possuía condições de absorver. Todo esse processo aliado ao rápido crescimento demográfico da população e a um grande avanço da tecnologia que, pouco a pouco, foi substituindo o homem em várias atividades e ainda a melhoria, sem precedentes, dos transportes, percebe-se que o mercado recebeu verdadeiras hordas de camponeses sem terra e desocupados. Dessa forma seria normal observar que de todos os habitantes italianos, influenciados por essas mudanças, foram

> Os camponeses, os artífices e trabalhadores não qualificados, as primeiras vítimas em todas as transformações sociais. O fenômeno avultou em verdadeira calamidade social, notadamente na Alemanha e Itália (DERENZI, 1974. p. 15).

Diante da situação, alguns foram absorvidos como trabalhadores assalariados pela agricultura capitalista; outros migraram para as cidades, como operários nas indústrias nascentes, ou então formaram uma massa de desempregados que perambulavam pelas ruas dos centros urbanos europeus. O capital conseguiu gerar um grande exército de trabalhadores, recrutando esses indivíduos que vagavam pelas ruas das cidades, porém, não o suficiente para solucionar os problemas sociais. Quando esse número de desocupados, impossível de ser absorvido pelo sistema, passou a se mostrar como um problema, colocando em risco toda a estrutura de poder do país, surgiu a necessidade de

[20] Um País de miseráveis analfabetos.
[21] "O que fará a Itália?"

tomar providências imediatas. A miséria, a fome, a insatisfação poderiam desencadear revoltas populares em escalas as quais, certamente, abalariam as bases do capital. Por esse motivo, era importante que os donos das indústrias, aliados ao Governo, além de grupos interessados no fim das convulsões sociais internas da Itália, que se refletiam na segurança, saúde e educação, resolvessem de uma vez por todas essa incômoda situação.

> A emigração italiana constituiu, assim, um fenômeno essencial de equilíbrio socioeconômico. De um lado, por que aliviava a pressão sobre as cidades e a indústria nascente, incapazes de absorver o excedente de mão-de-obra, e, de outro lado, porque, com o dinheiro enviado pelos expatriados aos parentes, afastava-se a possibilidade de uma rebelião social (FAUSTO, 1999, p. 386).

Um número expressivo desses despossuídos buscou novas oportunidades de vida, contando com o apoio de seus próprios governos. Sonharam com uma nova oportunidade em terras mais longínquas, onde poderiam trabalhar e construir um futuro melhor; assim atravessaram os Oceanos e aportaram nos Estados Unidos, na Austrália e na América do Sul.

> Mais de 50 milhões de europeus – população global da Itália hoje – deixaram o continente entre 1830 e 1930. Grande parte teve como destino a América do Norte [...] mais 11 milhões, ou seja, 22% do total foram para a América Latina, dos quais 38% eram italianos, 28% espanhóis, 11% portugueses e 3% da França e Alemanha. Desses 11 milhões que foram para a América Latina, 46 % foram para a Argentina, 33% para o Brasil, 14% para Cuba e o restante dividiu-se entre Uruguai, México e Chile (ALVIM, 1986, p. 220).

Dentro desse exército de expatriados, os italianos e alemães figuraram em número bastante significativo em terras brasileiras, cujo legado ainda hoje pode ser apreciado em grande parte do território do país. Além dos problemas inerentes à expansão do capitalismo, que causaram um grande aumento da miséria e da exploração no Estado italiano, e conseqüentemente, acabaram por ajudar a aumentar todo esse êxodo continental, a Itália e a Alemanha foram atingidas pelas guerras ligadas ao processo de unidade territorial. 0 maior contingente de imigrantes que desembarcou em território brasileiro era formado por Italianos. No Brasil, homens e mulheres da Península Itálica se depararam com os maiores obstáculos de suas vidas, território desconhecido, clima diferente, doenças, carências das mais variadas formas e a saudade dos que haviam deixado na Europa.

Nesse momento histórico, no caso a segunda metade do século XIX, uma boa parte da população italiana, cerca de 21 milhões de habitantes, vivia no campo. Um número bastante significativo, se considerarmos a população total da Itália naquela época, que era em torno

de 30 milhões de pessoas, de acordo com Lazzaro (1992, p. 2). Mesmo com essa esmagadora maioria vivendo na zona rural, apenas um sexto dos agricultores cultivavam a própria terra. Em grande parte, muitos haviam perdido suas posses devido aos grandes impostos cobrados, ou mesmo por uma questão de herança, pois as propriedades se tornaram de tamanho tão reduzido que a sobrevivência ficava comprometida. Havia ainda a impossibilidade de competir com os grandes latifúndios, isso fez com que os pequenos proprietários acabassem vendendo suas posses e se transformando em empregados.

Enormes contingentes populacionais deixaram de ter o "status" de pequenos proprietários, vaqueiros, produtores de queijos, e passaram a trabalhar como braçais nas grandes propriedades ou nas fábricas das cidades.

> É bom lembrar que mesmo os que continuaram como pequenos proprietários não tinham mais condições de viver em suas terras. Pelo sistema habitual de herança no mundo rural, com a morte do pai prevalecia, ou na passagem da propriedade para o filho mais velho, ou na divisão da terra entre todos os filhos. Isso levava, no primeiro caso, à exclusão dos demais membros da família da terra e, no segundo, a um fracionamento da propriedade que tornava impossível extrair dela qualquer sustento (ALVIM, 1986, p. 226).

Diante de tal realidade, não restava a muitos trabalhadores nada mais do que tentar sobreviver da forma mais digna possível. Para muitos italianos, a saída foi buscar trabalho em outros setores que não os relacionados ao campo. Muitos buscaram trabalho primeiramente nas cidades, porque, nos campos, a oferta de oportunidades estava extremamente escassa, devido à mecanização e à grande quantidade de trabalhadores excedentes. Mesmo a industrialização de muitas cidades da Itália, sobretudo no norte do território, provocou a falência das pequenas manufaturas do sul, aumentando ainda mais o desemprego e, conseqüentemente, a miséria do povo. Esses indivíduos, ao perceberem que, mesmo nas cidades, as garantias de trabalho eram inexistentes, passaram a realizar uma migração sazonal, ou seja, passaram a buscar em outros países suas fontes de renda. Mas essa solução não resolveu o problema da falta de trabalho por muito tempo, e logo todos os paliativos internos, inerentes ao continente europeu, foram esgotados, e, naquele momento, a solução foi a busca por um novo lar, uma nova terra: a emigração.

Não é de se estranhar, então, que a maioria dos imigrantes que buscaram a nova vida do outro lado do Atlântico fosse formada por indivíduos que pouco ou nada poderiam contribuir para o desenvolvimento do país, pois se encontravam, sem emprego e sem terras para cultivar, vagando pelas estradas e vivendo em uma situação de extrema miséria. Ao constituírem um excedente de mão-de-obra, também acabavam por prejudicar a própria

classe dos operários, já que com o excedente de trabalhadores, os salários tendiam a ser reduzidos. Como disse Derenzi (1974, p.15) “os camponeses, os artífices e os trabalhadores não qualificados, são as primeiras vítimas em todas as transformações sociais.” E tal “fenômeno avultou em verdadeira calamidade nacional, notadamente na Alemanha e na Itália”. E, de fato, ao analisar a vida da população pobre e miserável do território italiano, pode-se constatar um ambiente altamente insalubre.

Nos campos, as condições de vida eram as piores possíveis, a miséria a que a população era submetida causava inúmeros danos que as vezes, culminava com a morte. O empobrecimento na alimentação da população rural fez surgir uma predisposição a inúmeras doenças, como a avitaminose, conhecida como pelagra, causada pelo consumo quase que exclusivo de produtos feitos de milho, cuja deficiência de niacina (ácido Nicotínico), caracteriza-se por eritema das partes descobertas do corpo, perturbações digestivas e distúrbios psíquicos. O cotidiano era assustador, os locais onde esses indivíduos moravam, eram o mais insalutíferos possíveis, o que pode servir de exemplo para generalizar a crise econômica em que o homem pobre do campo vivia.

> Não existiam cômodos separados para pais e filhos, e se estava longe do que Norbert Elias chamou de “refinamento das sensibilidades”, por meio do qual se sofisticaram as maneiras de comer, de se lavar, de se amar e portanto de morar, sobretudo a partir do século XVIII (ALVIM, 1986, p. 227).

Insta esclarecer que o “refinamento das sensibilidades” seria uma busca por melhorias na forma de se viver em sociedade, em que o indivíduo passa a adquirir certos padrões de civilidade do mundo Moderno. Ele mostra como esse refinamento das sensibilidades a que se chama "pudor" leva certos atos – assoar-se, defecar, fazer amor – antes realizados em público, sem complexos, a refluir para uma sombra discreta. As formas de comer, de se lavar, de amar – e conseqüentemente de habitar – modificam-se ao sabor de uma consciência de si mesmo que passa pela intimidade dos corpos. Todas essas mudanças, que ao longo do século XVIII, tomaram corpo no mundo burguês, estavam muito distantes da vida de grande parte da população italiana que, em muitos casos, se encontravam vivendo como verdadeiros animais em pleno século XIX. Isso pode ser confirmado, quando se analisam as casas dos trabalhadores rurais do Sul da Itália onde:

> [a casa era] uma espécie de cabana em forma de cone, composta de um muro circular de pedras e tijolos feito de argila e esterco, secos ao sol, e coberta por palha [...] Ali, em um catre, dorme a família inteira, e se os porcos e galinhas não estão com eles, estão com um burrico em um compartimento vizinho e pelas fissuras mal vedadas da parede emanam os mais fétidos odores. Como não existe no campo barracões para os instrumentos de trabalho, estes também ficavam amontoados em um canto dentro da casa, ou vizinhos a elas, misturados a caixotes velhos, onde na época da colheita se amontoam batatas e tomates (TARUFFI, DE NOBILI; LORI 1908, p.

227).

Vidas amontoadas em cabanas completamente deficitárias de um mínimo de higiene, a proximidade em que as famílias viviam, ou seja, pais e filhos, irmãos e irmãs, acabaram levando a muitos casos de incestos, comuns em muitos vilarejos. A limpeza pessoal também era caótica, a ausência de banheiros obrigava os moradores a realizar suas necessidades fisiológicas no meio das plantações ou do mato; quando muito, possuíam um cômodo do lado de fora da casa que servia de fossa para o despejo de suas matérias fecais. Tamanha miséria acabava se refletindo em números nada orgulhosos. As doenças eram um fantasma que vivia a rondar a população da jovem Itália

> A malária matava [...] 40.000 pessoas por ano [...] a pellagra golpeou 100.000. O cólera, somente nos anos de 1884-87, havia matado 55.000 pessoas. Segundo as estimativas oficiais, foram aproximadamente 400.000 mortes ao ano. Metade destas cifras era constituída de crianças com menos de 5 anos, que acabaram nos cemitérios por que tanto a comida quanto a higiene eram escassas e os médicos inalcançáveis. Num total de 3.672 mineiros sicilianos submetidos a uma inspeção médica (nas minas de enxofre havia trabalhadores muito jovens) somente 203 foram declarados aptos para o serviço militar. O restante era gente destruída, que não servia (DELISO, 1992, p.1).

Diante dessa miséria e desse ambiente hostil muitos buscaram um futuro melhor, atravessando o Atlântico e desembarcando em solo brasileiro. Não é de se estranhar a grande quantidade de europeus que acreditaram na possibilidade de um futuro melhor em terras americanas.

> A literatura sobre as causas internas da vaga emigratória transoceânica do período 1880-1914 é vasta demais para ser recordada aqui. Bastará acenar esquematicamente para o fato de que o fluxo é determinado por motivos, seja de ordem demográfica (diminuição do índice de mortalidade e estabilização do índice de natalidade após 1870), seja de ordem econômica – entre estes últimos, o primeiro lugar é assumido, sem dívidas, pela depressão agrícola dos anos 80, que provocou uma crise de disponibilidade alimentícia. Mas foi sobretudo a impossibilidade, para alguns camponeses, de conseguir dinheiro vivo, o qual lhes era cada vez mais necessários e, até, indispensável, que impulsionou massas inteiras a atravessar o oceano [...] Todos esses fenômenos, juntamente com a taxa da farinha, cujo não pagamento podia comportar o confisco da propriedade, resolveram-se numa sangria do mundo camponês (TRENTO, 1989, p. 31).

Ao parar para analisar as dificuldades encontradas, é possível perceber que qualquer lugar seria, no mínimo, igual à terra natal e ainda restaria, em caso de decepção, ser possível o

retorno à pátria mãe, que um dia lhes negou a consição de existir com um mínimo de dignidade.

Como alega Mantovani (apud TRENTO, 1989, p. 30) “devemos à necessidade o fato de os horizontes sul-americanos terem se tingido de rosa e determinado a imensa onda humana a atravessar o oceano”. O que se deve perguntar é o que fez esse horizonte se mostrar tão atrativo assim? As novas terras americanas se mostravam como uma quimera, onde todos teriam novas oportunidades, e nessa terra de sonhos, esses imigrados teriam a possibilidade de uma nova vida.

> Apesar da insistência com que o mundo agrário denuncia o fenômeno da imigração como provocado exclusivamente pela ação embusteira dos agentes, eram bem diferentes as motivações de fundo que levavam os camponeses a abandonarem suas regiões natais pela América [...] Miséria! Esta a verdadeira e exclusiva causa da emigração transoceânica entre 1880 e a primeira Guerra Mundial (TRENTO, 1989, p. 30.).

A grande miséria em que a população italiana foi forçada a viver, pelos mais variados motivos, sobretudo após 1850, provocou a saída da pátria. No Vêneto, uma das principais áreas de emigração, o cenário era desalentador

> [...] a região era produtora de cereais e vinhos, nas montanhas e colinas, onde predominavam pequenas e médias propriedades, e de arroz, linho e cânhamo em grandes propriedades nas planícies. Nessa época, o capitalismo se expandia no campo, provocando a concentração da propriedade e da produção, especialmente nas planícies mais férteis e mais fáceis de cultivar. A pequena propriedade dividida a cada geração, transformara-se em minifúndio, insuficiente para sustentar a família. O avanço do capitalismo e a internacionalização do comércio de produtos agrícolas provocaram a queda dos preços, tornando não competitiva a produção familiar (SALETTO, 1996a, p. 138).

As famílias campesinas se deparam, conforme Saletto (1996a, p. 138), com um ambiente que não lhes transmitia grande perspectiva de futuro, suas antigas possessões já não eram suficientes para lhes dar o sustento necessário para manter a dignidade. Como se isso não bastasse

> Os pequenos produtores, já oprimidos por pesados impostos, se arruinavam e se proletarizavam, vendo deteriorarem-se gravemente suas condições de vida. Pequenos proprietários, arrendatários e meeiros confundiram-se com os “braccianti”[22] em extrema pobreza

[22] Assalariados, permanentes ou temporários, que constituíam a categoria inferior dos trabalhadores rurais,

> [...] os primeiros a emigrar foram os pequenos produtores familiares: proprietários, arrendatários e meeiros (SALETTO, 1996a, p. 138).

Os imigrantes, em grande parte, eram formados por numerosas famílias patriarcais, que devido a sua organização, constituíam um grande número de unidades de produção. O processo de emigração era acompanhado por famílias inteiras, ou mesmo, por grupos nucleares, que não tardava muito, recebiam a companhia de parentes e amigos na sua aventura.

Todos esses fatores podem justificar o grande afluxo de imigrantes da Europa.

> Acima de tudo os camponeses partiram porque [...] lutaram o quanto puderam para fugir a proletarização, lutaram para manter seus valores, como o apego à terra e à forma de viver. E é por esses valores que suas vidas nos outros países serão pautadas. Embora inseridos em economias diversas daquelas que estavam habituados, caso dos que foram para os Estados Unidos, por exemplo, que se dirigiram às fábricas, é no privado que esses homens e mulheres continuarão a ser poloneses, italianos, alemães, espanhóis (ALVIM, 1986, p. 230).

Os pontos descritos dão uma visão clara de como, em muitos momentos, o desespero e a desesperança se abatiam sobre os habitantes da península itálica. O medo, a fome, as mortes, as guerras, entre outros pontos eram parte da realidade dos italianos e se tornaram a mola propulsora da travessia de milhares de pessoas para o continente americano. A vontade de buscar uma nova vida, um novo recomeço era imensa, isso fica bem caracterizado por passagens, descrevendo o momento da partida.

> A fuga, inclusive a pé em pleno inverno, para chegar ao porto de embargue – Gênova – envolvia aldeias inteiras e podia assumir aspecto de verdadeira libertação, como notava, não sem certo temor, um observador da época, De Kiriaki: “Vão para América como iriam à aldeia vizinha na festa do padroeiro, e vão em procissão, às vezes até ao som de sinos, quando não levam consigo estes, como aconteceu numa aldeia na região de Treviso”.(TRENTO, 1989, p. 30)

Assim funciona a dinâmica do homem, ele sempre está em busca de um lugar onde suas necessidades possam ser mais bem atendidas.

> É preciso lembrar que os povos estiveram sempre se movimentando ao longo dos territórios, rios e mares do globo, em deslocamentos contínuos. O curso da civilização Ocidental foi movido pela existência de novos espaços – a idéia de uma fronteira aberta –, que atraiu e

---

totalmente proletarizados.

> possibilitou a movimentação de grupos que se deslocavam da Europa para o Oeste, em direção ao continente americano (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

São esses deslocamentos contínuos que, dentro do processo de emigração, refletem a expressão da liberdade de movimento de um povo, resultado da escassez causada por um novo arranjo industrial dentro do território europeu. Se a mudança na estrutura econômica não tivesse acontecido, além de outros fatores, a emigração não teria sido tão intensa, afinal foram 40 milhões de europeus que expatriaram, no decurso do século XIX e início do XX; dentre eles, 11 milhões de italianos, ou seja, 38% do total dos emigrados. Pode-se observar que, com a evolução das tecnologias do século XIX, houve um grande surto demográfico[23] que, por sua vez, produziu uma grande porcentagem de população excedente, e foi, exatamente, esse povo que procurou condições de vida melhores em outros países, sobretudo da América.

É preciso observar também que todo esse fluxo segue uma ordem demográfica, uma diminuição do índice de mortalidade dentro do Velho Mundo europeu. Ao mesmo tempo em que a mortalidade sofre uma redução, é possível verificar um aumento no índice de natalidade, graças aos avanços técnicos e científicos do século XIX, dentro da Itália, sobretudo, a partir de 1870 (TRENTO,1989). Com o aumento populacional houve, então, uma maior demanda de emprego e, também, de terras disponíveis. Segundo Derenzi (1974, p.15),

> Para o excesso de população só há um remédio: emigrar. Sacrifício supremo: abandonar sua pátria, seus familiares, seus amigos, seus amores, suas aldeias nativas; trocar sua língua e seus hábitos ancestrais. Aventurar-se aos azares do destino, às vicissitudes surpreendentes do desconhecido.

Esse êxodo foi visto com certa conivência pelas classes dominantes da Itália; tamanha fuga era resultado da miséria e do sofrimento. As classes dominantes sabiam que tais problemas poderiam causar graves convulsões sociais dentro do território italiano e, justamente por se tratar de um território recém-unificado, ainda cheio de frestas e arestas para serem corrigidas. A fuga acabou tornando-se uma verdadeira válvula de escape, necessária para manter a paz interna do país; porém, sabiam também que, caso a “fuga” fosse em uma proporção superior à oferta de mão-de-obra, isso causaria uma catástrofe na frágil economia capitalista do mundo burguês italiano do século XIX.

---

[23] A população da Europa saltou de 180 para 450 milhões de habitantes, o que provocou a emigração para outros continentes de aproximadamente, 40 milhões de pessoas, dos quais 85% destes foram para as Américas.(LAZZARO, 1992).

Assim, milhões de indivíduos partiram em busca do sonho. Muitos se lançaram com o desejo de encontrar um novo lar, uma nova casa, uma nova vida:

> No quadro mais geral de uma emigração transoceânica que cresce a partir de 1875, para chegar a 50% da emigração total de 1888 [...] a que ruma para o Brasil caracteriza-se, em relações as outras destinações geográficas, por uma elevadíssima composição familiar. Isso era índice, pelo menos nas intenções, de permanecer no país de destino (TRENTO, 1989, p. 31).

Existiam ainda aqueles que, em sua saída, guardavam o desejo de um retorno jubiloso, o sonho de encontrar o "Eldorado americano" e retornar para sua pátria de cabeça erguida, vencedores. Imaginavam um retorno em grande estilo, como se desafiassem seus antigos algozes, que um dia lhes tiraram o que havia de mais importante para eles: poder viver com a dignidade de um homem livre, prover seu sustento, alimentar sua família, escolher o que fazer e quando fazer.

Outro fato que chama a atenção sobre a saída dos imigrantes italianos é o seu ponto de origem. É comum encontrar relatos que definem o Norte da Itália, na época de sua unificação, como uma área completamente industrializada, enquanto o Sul se caracteriza como um território ainda preso a uma economia feudal e, por esse motivo, o grande responsável pela fuga do trabalhador rural para as cidades e, posteriormente, para a emigração. Segundo Fausto (1999, p. 386):

> Foi da Itália setentrional, sobretudo do Vêneto, que saiu um significativo percentual de imigrantes para o Brasil, desmontando assim o estereótipo bastante comum, que é imaginar que os italianos advindos do Sul representavam a maioria do contingente que se dirigiu para o Brasil. A região veneta forneceu, entre 1870 e 1920, 30% do total de emigrados italianos para o Brasil, transformando o País em praticamente o único da América a receber vênetos nesse período.

Outro ponto importante é o tipo de emigrante que busca no território brasileiro o seu porto seguro. Um erro comum é imaginar que todos os emigrados que aqui aportaram não traziam nenhuma renda, ou seja, eram completamente miseráveis. É importante observar que até o ano de 1885, os imigrantes italianos, sobretudo os de Vêneto, eram constituídos de "famílias que pertenciam ao mundo dos meeiros, dos pequenos proprietários e arrendatários. Isto é, não eram camponeses destituídos de qualquer capital" (FAUSTO, 1999, p. 386). Assim, muitos puderam contar com o conforto de algumas economias ao chegarem às terras brasileiras. A partir de 1885, entretanto, passam a predominar famílias provenientes da

região meridional da Itália, destituídas de qualquer propriedade e que eram conhecidos como *"braccianti*", por possuírem apenas os braços para os trabalhos nas lavouras ou nas terras onde acabavam trabalhando (FAUSTO, 1999, p.387).

Para o fenômeno da emigração não era necessário grande esforço; as Américas necessitavam de braços fortes e livres. Desde o começo do século XIX, já existia a tarefa de recrutamento de trabalhadores para as Américas. Esses indivíduos eram recrutados com ágio. Agenciadores brasileiros ou europeus estavam espalhados por todo o território da Europa em busca de pessoas dispostas a realizar a grande aventura do desconhecido, alguns séculos depois dos primeiros navegadores ibéricos, desembarcarem por essas bandas. Trabalhadores rurais, artífices qualificados foram, ao longo de todo o século, aliciados para realizar a travessia. As propagandas eram as mais variadas possíveis "patire súbito per l'America, pel Brasile, a far fortuna"[24] tal frase era, comumente, dita entre aqueles que, desejosos de uma vida melhor, proferiam-na cheios de esperança.

A tarefa das empresas de agenciamento ou dos agenciadores contratados para intermediar e arregimentar trabalhadores, dispostos a "enriquecer" em um novo mundo era facilitada pela necessidade de sobrevivência e pelo sonho de fortuna. Assim relata um dos observadores da época:

> A tarefa de agenciador não requer muita especialização, basta dizer aos camponeses que dentro de alguns meses terão dinheiro aos montes, que num par de anos serão proprietários de latifúndios, que de trabalhadores braçais tornar-se-ão patrões e persuadir meia dúzia dos mais importantes de que o apostolado está completo [...] E assim, aos gritos de "Viva a América, morram os patrões", levas de imigrantes deixaram a região dirigindo-se ao Brasil (ALVIM, 1986, p. 231).

Muitos agenciadores eram inescrupulosos e, para arregimentar o maior número de emigrantes, esses agentes de imigração, a serviço de sociedades de navegação, trabalhando por conta própria ou para os países de atração do trabalhador europeus, realizavam as mais sórdidas manobras. Era comum encontrar camponeses que eram ludibriados com cartas falsas atribuídas a parentes. "Segundo o depoimento de um velho colono de 78 anos, seus avós vieram para o Brasil atraídos por cartas de parentes, que, depois se verificou, foram deturpadas, possivelmente, por esses agentes recrutadores." (CARVALHO, 1978. p. 26) Como se não bastasse toda incerteza e desilusão em relação a sua pátria, os que se lançaram na aventura da emigração ainda tiveram que conviver com

[24] Partir rápido para a América, para o Brasil, a fim de fazer fortuna.

armadilhas bem elaboradas, com as quais os agenciadores conseguiam ludibriar muitos italianos. Observe o que Carvalho (1978. p. 27-28) diz a respeito:

> A vida paradisíaca que eles – imigrantes – levavam [...] e afirmavam que havia tanta abundância e que a terra produzia com tanta felicidade, que eles podiam se dar ao luxo de passar horas por dia deitados à sombra de uma árvore, fumando cachimbo. [...] Essas cartas diziam, ainda, que no Brasil cada qual possuía a sua terra, e podia colocar a sua galinha no fogo.

O sonho de fartura, da fuga da miséria, de encontrar um novo lar, que possibilitasse uma existência com dignidade foram os combustíveis que impulsionaram e motivaram a vinda de muitos imigrantes para o Brasil. Porém, essa vinda nem sempre se dava da forma que se esperava, e uma vez em território brasileiro, os sonhos poderiam se apresentar de formas tenebrosas.

1.3 É CHEGADA A HORA DA PARTIDA

Importa observa que, quando o europeu tomava a decisão de buscar uma nova vida na América, acabava experimentando ainda mais desilusões. Muitos assinavam contratos de imigração, que não eram cumpridos na sua totalidade, o recrutamento era feito, na grande maioria, de forma extremamente arbitrária. No início, os primeiros agenciadores eram de

> [...] sociedade de navegação, notadamente os capitães de navios. Arrebanhavam desocupados e vagabundos nas praças públicas, nas cadeias e nos prostíbulos, na mais completa e perniciosa promiscuidade com os verdadeiros camponeses. Os agentes das companhias de navegação e os comandantes recebiam comissão sobre o número de embarcados (DERENZI, 1974. p. 24).

Essa arregimentação inicial dos trabalhadores foi feita, em muitos casos, de forma despreocupada com a verdadeira necessidade do Brasil, que era a de atrair camponeses, trabalhadores rurais que viessem para a América, com o objetivo real de trabalhar nas fazendas, ocupar os espaços territoriais vazios, para assim ajudar a dinamizar e impulsionar a economia brasileira. Mas, o que muitas vezes se via eram indivíduos que aqui chegavam sem o menor conhecimento dos trabalhos a ser realizados, sem o menor apego ao trabalho do campo, causando decepção aos proprietários rurais e ao governo brasileiro.

A desilusão era de todos os lados: dos imigrantes que não encontravam a riqueza na qual haviam sido levados a acreditar, quando de seu recrutamento; dos proprietários que percebiam o pouco desejo dos europeus de trabalhar na terra; e decepção também do

Estado que, na ânsia de solucionar os problemas de escassez de braços, além da necessidade de ocupar suas áreas desérticas, encontrava indivíduos sem a menor vocação para tais funções. Muitos que assumiram lotes coloniais não possuíam o menor conhecimento sobre o trato do solo, já que em sua terra natal eram operários, artesãos, soldados, e, no entanto, se depararam com uma situação totalmente fora de seu conhecimento. Havia ainda lotes de terras que não possuíam a menor condição de serrem trabalhados, devido a sua esterilidade. A soma desses fatores não poderia resultar em outra coisa que não fosse o fracasso total ou parcial.

Para resolver tal problema foi necessária a intervenção do Visconde de Abrantes que em viagem pelas províncias alemãs, por volta de 1848, acabou por apresentar um relatório em que abordou todas as críticas que havia encontrado junto aos alemães. Essas críticas se propalavam opostas à imigração para o território brasileiro. Diante desse documento foi sugerido:

> Nomeação de oficiais de agentes idôneos em cada departamento ou cidade de origem de emigrantes e remuneração de 160 a 200 libras por embargue, dependendo do número de recrutados; promessas de obter do Imperados honrarias e condecorações pela boa seleção. Ficaram reprimidas a avarezas das companhias de transporte e dos capitães de navios. Os imigrantes poderiam escolher uma das três seguintes modalidades:
>
> I – passagem paga, mas descontada da ajuda diária até o colono se estabelecer e colher a primeira safra.
>
> II – doação de terras, sementes e víveres, enquanto o colono não colhesse.
>
> III – o colono compraria as terras a prestação e receberia ajuda a prazo fixo.
>
> Esta modalidade foi a preferida, pois despertava o interesse do colono em cuidar e fazer suas terras produzirem tão depressa possível. Na primeira hipótese a companhia de navegação elevava o preço da passagem de modo a sugar o máximo da ajuda [...] Com a segunda, induzia muitos a venderem suas terras aos vizinhos prósperos e se alugarem como diaristas. (DERENZI, 1974. p. 25).

Importante observar que, já existia a tentativa de regularizar a transferência desses imigrantes em 1848. As mudanças que, inicialmente, surgiram para a entrada de alemães, foram também estendidas para os demais interessados, entre eles os italianos. De uma forma ou de outra, esses trabalhadores sempre foram encarados como ferramentas que serviriam de combustível para o desenvolvimento da nação. Insta esclarecer que essas regras sempre se modificavam, portanto, esse relato feito por Derenzi não pode ser entendido como um padrão de imigração para todo século XIX. Mesmo com novas regras, as arbitrariedades não desapareceram, os agenciadores, com intenções pouco honradas,

continuaram a ludibriar o interessado em emigrar. As propagandas exageradas se mantiveram, e o emigrante via-se entregue a sua própria sorte. Desde o momento da decisão de sua partida, os problemas se iniciavam. Desfazer dos pertences que, às vezes, estavam na família há séculos, vender o pouco que tinham, com o intuito de ter algum recurso financeiro, era um verdadeiro tormento, pois havia a impossibilidade de conseguir dinheiro em espécime, o que lhe era, extremamente, necessário. A falta de dinheiro dá uma explicação para a travessia.

> Os tormentos monetários, que afligiam o campo italiano e que estiveram na origem de muitas decisões de emigração e migração interna para ir ganhar onde se encontrava aquele dinheiro que não chegava a passar por mãos camponesas, chamavam-se impostos fundiários, de registro e transmissão, dívida hipotecária e colônica, usura, altos encargos de transmissão (TRENTO, 1989, p.31).

Como se pode perceber, o tormento monetário existia com freqüência entre os italianos, também se transformava em um grande problema no momento da saída de seu local de origem, quando começava uma verdadeira odisséia. Desfeitos os poucos pertences, era necessário enfrentar uma primeira viagem até o porto de embarque que, frequentemente, era realizada em pleno inverno, a pé e em verdadeiro sentido de procissão. Durante todo esse trajeto, que poderia levar dias, os emigrados se viam perdidos entre corjas da pior espécie possível. Chegando aos portos de embarque apareciam os mais variados aproveitadores com um único objetivo, tomar o pouco dinheiro que esses pobres infelizes possuíam. Muitas vezes, em conluio com donos de tavernas, hospedarias, hotéis, os agenciadores antecipavam a chegada dos italianos em dois, três dias antes da real partida de seus navios. Destarte, as poucas reservas financeiras que possuíam acabavam sendo sangradas sem o menor escrúpulo. Em todas as partes existiam formas diferentes de se esvaírem os recursos. Eram hospedagens, alimentação, bugigangas que, ludibriados a comprar com a desculpa de que em terras brasileiras elas seriam de grande utilidade, só serviam para minguar seus parcos recursos. Existia uma verdadeira rede de exploradores para se aproveitarem da boa fé do emigrante.

Em alguns casos, toda essa exploração poderia ser evitada, se existisse informação de algum conhecido ou parente que houvesse experimentado a emigração tempos antes. É o que se pode encontrar no relato da família Rossato, quando um dos filhos, Paulo, que havia realizado a travessia tempos antes, escrevera para seu pai narrando a aventura e dando conselhos necessários na reedição da travessia

> [...] Nas tavernas e em Gênova gastei 19,40 liras. Além disso, estava

> combinado com Domingos Tin [o agente] o preço de 155 liras, livre de carregamento. Mas, quando fomos pagar, pediram 160. São todos ladrões. Nos fizeram chegar dois dias antes, apenas para nos tirarem um pouco mais de dinheiro. Em Gênova, se pudessem, arrancariam também o coração. Vocês, quando chegarem em Gênova façam suas refeições em São Pedro della Renna: é um pouco mais longe, mas compensa. Cuidem de sair de casa de tal forma que ao desembarcarem em Gênova possam partir imediatamente. [...] Se for necessário tragam um corote de rum e um de azeite e cebolas, mas comprem a grelha em Gênova [...] Este é o endereço que me deu o comissário do navio para que não fôssemos atrás de tantos velhacos (BATISTEL, 1982, p. 19).

Isso demonstra que, mesmo com a preocupação demonstrada pelo Visconde de Abrantes, as melhorias dos serviços de recrutamento não foram suficientes. Não só a arregimentação era caótica, também o transporte em navios velhos e sem a menor estrutura tornavam a viagem um verdadeiro martírio.

> Não foram poucos os casais que perderam os seus filhos nessas viagens, acometidos da chamada “doença marítima”, que imaginamos ser desidratação, pelos sintomas descritos pelos descendentes dos imigrantes. Muitas mulheres deram a luz a bordo e muitos recém-nascidos não sobreviveram. Assim chegavam a nova terra muitos deles cheios de tristeza, com a saúde abalada, sem força no corpo nem ânimo no espírito para enfrentar a nova vida. Alguns aqui chegados tinham mais de 60 [...], e para esses a mudança deve ter sido ainda mais difícil (CARVALHO, 1978, p. 27-36).

Esse sofrimento tornava-se maior ao perceberem a realidade aqui existente. As acomodações no novo país, as promessas descumpridas, o descaso e o abandono a que os imigrantes eram submetidos foram, duramente, criticados por diversas autoridades européias.

Tomada a decisão da transferência e com os bilhetes de passagem em suas mãos, comprados com suas parcas economias, financiados pelo Governo brasileiro ou por fazendeiros em busca de trabalhadores para suas lavouras, os italianos partiam em meio a sonhos e tristezas. A dor e o sofrimento já iniciavam no momento do embarque, atividade sempre demorada, onde os aventureiros se misturavam a carregadores, policiais, marinheiros, curiosos. A visão inicial era de desamparo com um olhar de esperança, uma vez embarcados

> [...] lágrimas, lamúrias, desmaios, evocações devotas, promessas. Os mais fortes e menos emotivos amparam os velhos aflitos.

> Consolar as velhas mães ou os avós é drama pungente. Afinal o barco emite um ronco soturno. Bulcões que encobrem o céu. É sinal de embarque. Os viajantes se precipitam para a ponte de acesso. Da amurada dos navios os lenços sacodem nervosos as despedidas finais. Addio! Addio! Addio! (DERENZI, 1974. p. 51).

A odisséia do imigrante começava durante a viagem, cuja duração poderia ser de até dois meses, tal viagem se manteve longa até “o fim dos anos 70” (TRENTO, 1989, p. 44), quando sua duração foi reduzida para aproximadamente 21-30 dias com os navios a vapor.

Sempre que se tem acesso às descrições da travessia os relatos são assustadores. Uma vez nos navios a realidade era desanimadora. Amontoados em embarcações que eram habilitadas para transportar uma quantidade de passageiros, muitas vezes, o que se via era uma superlotação, navios que transportavam um número três vezes superior ao que seria o mais seguro. Os primeiros sinais do sofrimento para o corpo apareciam, doenças que atacavam e ceifavam vidas de passageiros fracos e desnutridos. Surtos de piolho, vistos como uma praga, e para acabar com o problema as mulheres deveriam realizar a tarefa, “passando horas, todas as manhãs, a catar piolho [...] na faina de acabar com os renegados bichinhos” (TAMANINI, 2006, p.17).

Homens, mulheres e crianças pessimamente alimentados, essa alimentação que, nos primeiros dias era tolerável, era servida em grandes recipientes de cobre ou estanho “trazidos em vagonetas, em que a gordura sobrenada às iguarias” (DERENZI,1974. p. 52). Logo de início se deparavam com o primeiro obstáculo: os navios e seus porões de terceira classe, abarrotados de indivíduos mal vestidos, mal alimentados e mal cuidados. À medida que os dias iam passando as rações iam ficando mais escassas e antes de lançar-se, definitivamente, ao translado do Atlântico era necessária uma parada, geralmente “no arquipélago de Cabo Verde, na ilha de São Vicente, única parada para reabastecimento de carvão, água e víveres [...]” (DERENZI, 1974. p. 52). Após essa escala, o trajeto seria direto a águas tupiniquins, conseqüentemente, a qualidade da viagem ia de mal a pior e os alimentos acabavam se deteriorando à medida que o tempo ia passando, visto que as condições de preservação dos alimentos não eram observadas.

Deitados em convés inferiores de navios de 3ª classe, esses cidadãos eram obrigados a dormir entre dejetos, vômitos, doentes, ratos e toda a espécie de imundícies possíveis. Amontoavam-se em beliches empilhados ou deitavam-se diretamente no assoalho, ficando dessa forma entregues à própria sorte, sujeitos às epidemias, principalmente à varíola, que em meio ao trajeto ceifava muitas vidas, entre elas uma grande porcentagem de crianças. Os que desembarcavam em terras brasileiras eram verdadeiros sobreviventes, muitas eram

as mortes por fome, por doenças e até mesmo por asfixia. O sofrimento nos navios durava vários dias e não acabava com a chegada em terras brasileiras.

É importante observar que tal situação era de conhecimento das autoridades européias, que, pelos relatos da época, pouco ou nada faziam. Basta analisar o relato de um Vêneto chamado Luigi Toniazzo que assim descreve:

> Como estávamos amontoados naquele navio meu Deus, quando embarcaram outros passageiros. Naquele bendito vapor éramos mais de duas mil e quinhentas pessoas ocupando a terceira classe, apertados como sardinhas em lata. Não compreendia patavinas de quanto falavam aqueles napolitanos e eu, tímido por natureza, não conseguia compreender como havia tido coragem de lançar-me no meio de tantos desconhecidos [...] aqueles nojentos e porcos napolitanos, que a todos serviam de fastio por causa de seus modos imundos e de sua incivilidade mais que terrível. Assoavam o nariz com as mãos, bem aos nossos pés, quando estávamos a comer, sem perceber-se da imprudência e estavam cheios de piolhos como galinhas; coçavam-se nos seios de suas mulheres e estas ficavam a matar piolhos na presença de todos [...] (BATISTEL, 1982, p. 25).

Certamente, as mazelas decorrentes da travessia do Atlântico eram conhecidas pelos poderes, tanto da Itália quanto do Brasil, porém, apesar disso, as atitudes, ao que tudo indica, eram de grande indiferença. Nos navios eram pouquíssimos os sanitários, as mulheres, as crianças e mesmo os homens mais resistentes freqüentemente ficavam enjoados. Corredores e espaços livres imundos que contribuíam para as agruras estomacais. Encontram-se, inclusive, denúncias feitas pelo legislativo da Península Itálica.

Os navios eram carcaças acabadas, quase sempre eram dedicados ao transporte de carvão. A carga humana era amontoada e desprotegida no convés dos navios; sua passagem através do oceano Atlântico era assinalada por um rastro de cadáveres ceifados pela morte em fileiras de imigrantes mais fracos e doentes. Eram mulheres e crianças extenuadas, mal de saúde devido aos alimentos deteriorados e insuficientes. Tudo isso era agravado pela falta de cuidados sanitários e, é triste dizer, pela falta de ar respirável na plenitude de um horizonte livre.

A miséria e a falta de expectativas na Europa fizeram por colocar milhares de pessoas a uma das mais duras provas de suas vidas, provações que se faziam vivas já no trajeto até o novo lar. Houve ciclos migratórios em quase todas as localidades da Itália, porém os objetivos foram, basicamente os mesmos, a busca por uma vida mais digna e mais próspera, a esperança de um novo lar com menos sofrimento. De certa forma, isso foi um

ledo engano, muitos aqui chegaram e não conseguiram suas terras, trabalharam em fazendas, em fábricas, prosperaram em atividades comerciais, no setor industrial. Para realizarem seus sonhos, muito suor e lágrimas tiveram que ser derramados; desilusões e desencontros foram uma constante em suas jornadas e para muitos, os sonhos acabaram se tornando pesadelos ou experiências enfadonhas.

Suíços, poloneses, chineses, japoneses, alemães ou portugueses, nenhuma nacionalidade superou a entrada dos italianos em nosso país. Um fator que chama a atenção para o processo imigratório do Brasil é a grande porcentagem de composição familiar de italianos encontrada ao longo dos anos de êxodo. Essa emigração, que cresceu desde 1875, atingiu 50% do total de imigrantes em 1888, e desse total a maioria era composta de unidades familiares. Isso leva a crer que o grosso da população peninsular que aqui desembarcou tinha a pretensão de fincar raízes, fixar-se e constituir família, buscando um lar realmente, e não apenas tentar o enriquecimento e, posteriormente, retornar à pátria mãe. Pode-se encontrar, até hoje, comunidades inteiras que fazem questão de honrar seu passado, sua história, seus antepassados. Vivem em constante luta pelo reconhecimento de suas estruturas culturais e fazem questão de dar provas disso em várias ocasiões. Carregados de esperança esses imigrantes tornaram-se os mais numerosos e mais comuns indivíduos a desbravar nossas terras e se constituir como brasileiros.

CAPÍTULO 2

2 A EXPERIÊNCIA IMIGRATÓRIA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

2.1 OS FATORES DA IMIGRAÇÃO

Como foi exposto no capítulo anterior, o Brasil recebeu, no século XIX, milhares de indivíduos provenientes do continente europeu. Dentre outros fatores, conseqüência de uma política destinada a atrair esses imigrantes para ajudar na manutenção do desenvolvimento brasileiro.

A política de imigração visava a atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas. O imigrante desejado era o agricultor e/ou o artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades (OLIVEIRA, 2001). No Brasil, entraram imigrantes de diversas origens, sobretudo, italianos, como se observa a seguir.

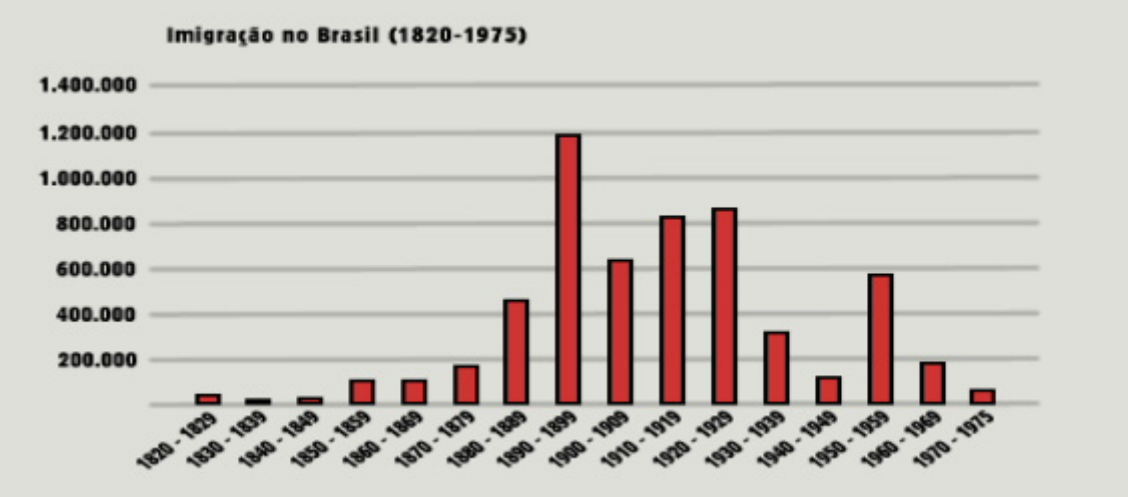
QUADRO 1

ENTRADA DE IMIGRANTES NO BRASIL					
Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes	Ano	Imigrantes
1874	20.332	1884	23.574	1894	60.182
1875	14.590	1885	34.724	1895	164.831
1876	30.747	1886	32.650	1896	157.423
1877	29.468	1887	54.932	1897	144.866
1878	24.476	1888	132.070	1898	76.862
1879	22.788	1889	65.165	1899	53.610
1880	30.355	1890	106.819	1900	37.807
1881	11.548	1891	215.239	1901	83.116
1882	29.589	1892	85.906	1902	50.472
1883	34.015	1893	132.589	1903	32.941

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento, p. 225.

O quadro aborda um período de, aproximadamente, três décadas e nele se pode constatar um total de cerca de 1.993.680 emigrados. Chama a atenção o aumento gradativo da entrada de imigrantes a partir de 1874, fruto da miserável realidade européia da época. Esse aumento tende a acelerar no decorrer de 1880 e de 1890, como pode ser visto no gráfico 1.

GRÁFICO 1



Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento, p. 225.

Nota-se que, somente na década de 1890, a entrada de imigrantes, praticamente, atinge o equivalente a 1.200.000 indivíduos. Esses números podem ser mais bem entendidos, quando observados em conjunto com as políticas imigracionistas, desenvolvidas pelo Brasil e seus estados. Tais políticas serão abordadas adiante. A necessidade de braços para a lavoura açucareira, a preocupação com a ocupação territorial aliadas aos fatores de emigração darão o tom ao qual a corrente imigratória seguirá.

Desse total de entradas os imigrantes italianos representavam a maioria dos novos habitantes do Brasil. Isso pode ser confirmado na análise do quadro 2:

QUADRO 2

Imigração no Brasil, por nacionalidade e períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933					
Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177

Japoneses	-	-	11868	20398	110191
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	20400
Outros	66524	42820	109222	51493	164586
Total	883668	852110	1006617	503981	717223

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento, p. 226.

Através da observação da tabela é possível constatar que, entre 1884 e 1893, a entrada de imigrantes italianos no território brasileiro foi de, aproximadamente, 57,77% de imigrados. Esse número sobe para 62,89% entre 1894 e 1903, sofrendo gradativa redução nos anos seguintes.

Ao se trabalhar com esses números, percebe-se que dos cerca de 1.200.000 imigrantes entrados no Brasil entre 1890 a 1899, os italianos representam 60,33%, cerca de 720.000 indivíduos que abandonaram sua realidade na Itália e para o Brasil emigraram em busca de um novo mundo.

Esses números demonstram que existia uma grande preocupação em impulsionar a entrada de trabalhadores estrangeiros em solo brasileiro. Essa entrada, na visão da época, poderia ser uma das formas de resolver os problemas internos do Brasil. Porém, não só o Brasil se beneficiou, também os países expulsores tiveram seus impasses resolvidos, a vinda desses imigrados e, mais especificamente, de italianos, possibilitou a redução de convulsões internas na Europa. Foram os vinte e quatro milhões de expatriados para o novo mundo que, de 1870 aos nossos dias, permitiram a prosperidade interna da Itália, as comemorações festivas e exuberantes de seu cinqüentenário de país independente [...]. A imigração tornou-se “a válvula de segurança” da economia, como se vulgarizou dizer entre os economistas conservadores. O fenômeno emigratório para a Itália é o responsável pelas relações internacionais de amizade e simpatia de que goza a Península entre todas as nações civilizadas (DERENZI, 1974, p. 21).

Dessa forma é possível observar que a saída de contingentes populacionais, que internamente causavam temor, acabou por favorecer o desenvolvimento interno da pátria expulsora. Ao mesmo tempo, contribuiu com as nações receptoras, que no afã de solucionar problemas internos, receberam com grande satisfação tais povos.

A entrada desses imigrantes em solo brasileiro foi vista de formas diferentes por diferentes grupos de poder, em diferentes épocas do século XIX. A princípio, é público e notório o interesse imperial em promover a ocupação e exploração de áreas despovoadas do Brasil. Porém, com o passar do tempo, e com a certeza de que o sistema escravista não duraria muito tempo, o projeto de imigração sofreu mudanças em sua composição. O que antes era a busca pelo povoamento se transformou em busca por braços para trabalhar nas lavouras, sobretudo, do Sudeste, ou ainda em incipientes fábricas “trata-se, efetivamente, de dois aspectos, embora distintos, de um mesmo acontecimento fundamental da evolução

brasileira, e que é a grande transformação do regime de trabalho no país" (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 8).

Portanto, fica claro que a introdução de imigrantes no território brasileiro se configurava, na verdade, em um plano de preparo para o caminho e para as transformações que viriam a ocorrer com a abolição da escravidão. Certas áreas do Brasil, desde o início, tiveram a preocupação clara em preencher seus imensos vazios demográficos e territoriais. Foi o caso das áreas ao Sul, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; e do Espírito Santo, no Sudeste. Esses territórios contavam com uma imensa quantidade de terras devolutas, ainda inexploradas pelos braços do homem e, uma vez trabalhadas, serviriam de mola propulsora para suas economias e, conseqüentemente, para seu desenvolvimento.

A entrada dessa corrente imigratória era composta de uma variada gama de indivíduos. Pode-se concluir que, ambos os processos de aproveitamento do imigrante, fosse para povoar ou fosse para constituir um mercado de trabalho, estavam cimentados por uma outra questão: a necessidade de regeneração física do povo e a reforma moral da sociedade. Para tanto, um cálculo racial orientava como deveria se processar a constituição do tipo humano brasileiro, o que tinha, como desdobramentos, a definição do imigrante ideal (branco, camponês, resignado) (COLBARI, 1997).

O objetivo do governo e dos grupos dominantes do Brasil do século XIX era aproveitar a entrada da leva de braços europeus para "melhorar a raça brasileira". Era a preocupação da regeneração física do povo e, ao mesmo tempo, a reforma moral da sociedade, em uma clara demonstração de confirmar o que tanto se falava e pensava na época: mundo civilizado é a Europa; e, trazendo indivíduos que pudessem introduzir os costumes e a ética européia, automaticamente estariam melhorando e civilizando o país.

Ademais constata-se que, naquele século, se trabalhava a idéia da união das raças para constituir a nação que daria a forma necessária para o Brasil se desenvolver aos moldes da Europa. Partindo desse ponto, a imigração do elemento branco e com certos atributos culturais tornava-se central. Um esquema classificatório separava a população nativa em dois pólos: os brancos, cristãos, homens livres e proprietários, de um lado; e índios, negros e mestiços, de outro. Ao branco, herdeiro da colonização portuguesa, cabia o fardo civilizador de construir a "ordem moral através da fé cristã, a ordem civil através da lei e a ordem econômica através da educação para o trabalho" (COLBARI, 1997, p. 55).

Ao analisar tal afirmação, pode-se concluir que o mundo civilizado, educado e culto no Brasil, pertencia a uma minoria, que se colocava como a grande herdeira da cultura ibérica em solo brasileiro. Dessa minoria, tem-se como referência o que se convencionou chamar de família patriarcal, com sua herança baseada em uma cultura fundada na mentalidade senhorial da época, marca registrada da nação. Ao segundo grupo, nessa divisão, caberia então a função de meros observadores de uma estrutura em construção.

Entre senhores e escravos situavam-se o contingente de negros libertos, brancos, índios e os grupos resultantes da miscigenação dessas três raças que, excluídos da ordem senhorial escravocrata, eram vistos como preguiçosos e indolentes. Viviam de forma itinerante,

nômades sem destino, subsistindo de atividades como caça, pesca e coleta ou outros trabalhos ocasionais, refratários à produção organizada e à disciplina (COLBARI, 1997).

Essa visão das classes subalternas, comum na época, era extremamente carregada. Preguiçosos e indolentes, esses indivíduos poderiam até ser, no conceito dos senhores e das classes detentoras do poder. Na verdade, em muitos casos, o trabalhador livre se recusava a realizar certas tarefas, por observar nelas uma exclusividade que apenas os negros escravos realizavam. Devemos entender, porém, que tais atributos dirigidos a esse grupo, traziam consigo um discurso de uma época em que toda e qualquer atividade não-relacionada ao café ou não- controlada pelo Estado ou através da tributação, era considerada desqualificada. O que não era produzido no eixo da época, o café, não tinha valor e automaticamente era visto como fora dos padrões necessários para uma sociedade civilizada e ordeira. Havia tributação, e havia atividades que não eram tributadas, que não contribuíam para a acumulação e não estavam atreladas ao cabedal do Estado, por isso, tornavam-se marginalizadas. É o caso de pescadores e agricultores que viviam de atividades de subsistência.

Em conseqüência disso, a imigração tornou-se a solução para os grandes problemas que se apresentavam em território brasileiro. Os italianos, principalmente, os das regiões setentrionais como afirma Fausto (1999, p. 386) “traziam como hábito, entre outros, o de trabalhar junto à terra que lhes pertencia; a autoridade máxima dentro da família estava centrada na figura do pai [...]”. Como já foi abordado, as propagandas na Europa se deram de forma extremamente intensas a arregimentação de novos trabalhadores se mostrou, em todo século XIX, como uma grande preocupação do governo imperial e, posteriormente, do republicano e, também, da elite nacional. Essa política de imigração foi encampada de várias formas no Brasil e, ficou evidente, quando o estado brasileiro publicou, em 19 de janeiro de 1867, o decreto nº 3.784, concedendo vários favores a todos os interessados em entrar no país.

Dentro dessa política de imigração, o imigrante poderia escolher uma das três modalidades de favores e auxílios:

- Ter a passagem paga, mas descontada da ajuda diária até o colono se estabelecer e colher a primeira safra – o que acabava prejudicando as finanças do pretendente, pois era normal as companhias elevarem a preço abusivos, as passagens e assim diminuía, enormemente, os parcos recursos do imigrante;
- Optar pela ajuda na compra das passagens, na doação das terras, nas sementes e nos víveres – enquanto o colono não colhesse – também essa trazia alguns problemas, uma vez que muitos imigrantes acabavam vendendo suas terras e passavam a trabalhar como diaristas nas fazendas, ou mesmo, iam para as cidades e investiam em outras atividades;
- Comprar as terras à prestação e receber ajuda a prazo fixo, além de passagem gratuita até a colônia, ajuda com material nos primeiros tempos, além de amparo médico e religioso.

Esta última opção foi, sem dúvidas, a mais utilizada e aprovada pelo europeu, porém muitas dessas promessas não foram cumpridas, e o colono acabou ficando entregue à própria sorte.

Já que a entrada de braços europeus foi vista como a forma mais coerente de sanar certos problemas que afligiam o Brasil e o Espírito Santo, em particular, era hora de decidir como esses imigrantes seriam integrados ao nosso mundo. Para alcançar os seus objetivos, o país ficou dividido em duas correntes: uma que preconizava a vinda dos imigrantes para instalá-los como pequenos proprietários; e outra, mais imediatista, que advogava a introdução de grandes levas de imigrantes para fornecer mão-de-obra à grande lavoura (ROCHA, 1984).

Por outro lado, ao atentar para essas linhas de integração, percebe-se que o fato estava relacionado a abolição. Mesmo os que abraçavam a idéia das pequenas colônias de imigrantes alegavam que os indivíduos ali fixados poderiam, em um futuro não muito distante, transformar-se em trabalhadores livres, que seriam aproveitados tranqüilamente nos latifúndios, como se essas colônias se transformassem, como cita Rocha (1084, p.9), em “verdadeiros viveiros” para a grande lavoura.

Assim, a corrente imigratória se fez sentir, embora nem todas as propostas feitas pelo governo imperial tivessem sido cumpridas, a sua ajuda em muito contribuiu para a vinda do europeu; esses trabalhadores se fixaram, no primeiro momento, em núcleos coloniais. Tal postura se modificou à medida que o problema da falta de mão-de-obra nas grandes lavouras se fez sentir, fruto da campanha que foi desenvolvida no período para o fim da escravidão[25].

A abolição era uma realidade que não podia ser freada, o problema do trabalho compulsório era latente e se fazia com os dias contados. O tráfico interprovincial já não abastecia a rica região cafeicultora do sudeste, os homens brancos livres mostravam-se pouco interessados em assumir funções que, no passado e ainda naquele momento histórico, eram realizadas por negros escravos. Os imigrantes foram direcionados para núcleos coloniais, mas eram insuficientes para sanar os problemas de ausência de mão-de-obra.

Diante dessa ausência cada vez mais constante de trabalhadores para a grande lavoura cafeicultora, o governo imperial mudou sua política de imigração. Assim:

> No final da década de 1870 o governo abandonou a política de criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários, dos quais retirou vários incentivos, voltando-se para o objetivo de fornecer imigrantes para as fazendas de café, o que provocou uma forte queda no número de entradas na província do ES, cujos fazendeiros não quiseram ou não puderam importar imigrantes para substituir os escravos (SALETTO, 1996a, p. 132).

[25] Lei Euzébio de Queiroz de 1850 proibindo o tráfico de escravos para terras brasileiras, a Lei Nabuco de

> parte de um grupo vindo dos Açores por iniciativa do governo de D. João [...] Foi um fato isolado, de dimensão reduzida: eram cerca de 50 famílias de colonos

Diante disso, em meados do século XIX, a proporção de habitantes por Km² não atingia a marca de um indivíduo. Acrescente a essa escassez populacional a grande maioria do território ainda por ser explorado, vivendo em uma inércia que só seria quebrada com o advento da imigração e a dinamização da produção cafeeira em escala comercial.

O aumento populacional, aliado à preocupação em ocupar áreas pouco ou nada habitadas por uma população economicamente ativa, foram as notas que deram tom à política imigracionista capixaba em seus primeiros momentos, até o momento da escassez de mão-de-obra para a grande lavoura cafeeira do solo capixaba, ao longo da década de 1880. A política de colonização e ocupação passou a ser substituída pela preocupação com a entrada de braços para as fazendas, para as grandes lavouras produtoras de café.

Essa situação de penúria pela qual o território capixaba passava, só se modificou em meados do século XIX, com a expansão e desenvolvimento do café, ao mesmo tempo em que se tem a intensificação da entrada de emigrados, provenientes da Europa. As lavouras da província espírito-santense a partir de então acompanharam as inconstâncias do mercado cafeeiro. Quedas no preço do produto, superprodução, concorrência com áreas mais bem preparadas para a competição do mercado. Essa cultura representou a primeira

> [...] um número baixo, mas significativo em relação à população total, [do Espírito Santo] que seria, segundo censo da província, de 49 mil habitantes em 1856, e de 82 mil em 1872, de acordo com o recenseamento do Brasil (SALETTO, 1996a, p. 133).

Esse número se reverter, a partir de 1887, de acordo com os registros no quadro 6.

QUADRO 6

ENTRADA DE IMIGRANTES NO ESPÍRITO SANTO (1888-1896)			
Ano	Nº de imigrantes	Ano	Nº de imigrantes
1888	4.279	1893	3.128
1889	3.043	1894	3.927
1890	414	1895	4.810
1891	4.554	1896	3.230
1892	521	Total	27.906

Fonte: Relatórios do Ministro da Agricultura 1888, 1889. Relatório da Diretoria Central de Terras e Colonização do ES. – 1892/1896. Livros de Registro da Hospedaria de Pedra D'Água 1889/1896.

Entre os anos de 87 e 88, houve um crescimento de 1.016,38% na entrada de imigrantes no território capixaba. O aumento está diretamente relacionado ao fim da escravidão no Brasil e se fez sentir no Espírito Santo. Com a proclamação da Lei Áurea, as áreas produtoras de café não teriam outra saída a não ser optar pelo trabalho assalariado, fosse ele da mão-de-obra nacional ou de imigrantes.

Áreas com estruturas mais desenvolvidas, que contavam com recursos financeiros mais significativos, puderam se preparar ao longo dos anos precedentes ao fim da escravidão. Contudo, em territórios como os do Espírito Santo, a escassez de recursos e a pouca

reclamavam da alta dos salários e da falta de operários para obras desenvolvidas no território capixaba. Partindo do pressuposto de que habitantes gerariam renda e trabalhadores, o governo Moniz Freire passou a desenvolver uma nova política de imigração. Trazer homens para as fazendas ou para trabalhar por conta própria, porque ainda assim, poderiam ser utilizados no trabalho conjunto com as grandes propriedades cafeicultoras.

A postura adotada por esse governo foi regulamentada pela Lei nº 4, que regulamentou o Serviço de Terras e Colonização, juntamente com a assinatura de contratos que visavam à entrada de um grande número de imigrantes, conforme:

> As condições para o estabelecimento dos imigrantes foram regulamentadas pela Lei nº 4, de 4 de junho de 1892. O Estado concedia ao colono, gratuitamente, a passagem até Vitória e a hospedagem na Hospedaria dos Imigrantes. O recém chegado teria direito a escolher entre estabelecer-se em algum dos núcleos coloniais existentes, trabalhar numa fazenda, ou na construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Transporte, alojamento e alimentação até o local do estabelecimento eram também por conta do Estado (SALETTO, 199b, p.90).

Desde que tais condições fossem apresentadas, a entrada seria direcionada de acordo com os objetivos de cada imigrante. Caso, os imigrantes decidissem pelos Núcleos Coloniais, poderiam receber um lote de 25ha em média, com um adiantamento de 50 mil réis, que

1894	3.927	3.225	28	665	7	-	-	-	1	1
1895	4.810	4.768	8	10	22	-	-	-	2	-
1896	3.230	1.748	1.358	37	3	-	-	84	-	-
1897	121	95	-	-	-	26	-	-	-	

Era dessa forma o primeiro contato dos imigrantes com o novo lar, eles eram inicialmente alojados, gratuitamente, em hospedarias. A da província capixaba havia sido construída por ordem do Ministro da Agricultura, Costa Pereira, em 1874, em território de Vila Velha, onde os imigrantes "[...] eram alojados na hospedaria da Pedra D'Água [onde hoje se localiza a Penitenciária e o Instituto de Readaptação Social "Jair Dessaune"], na Ilha da Pedra D'Água, situada na Baía de Vitória" (CARVALHO, 1978, p.36).

Nela o imigrante poderia aplacar um pouco o cansaço, antes de enfrentar o que estaria por vir. Segundo Derenzi, (1974, p. 52),

> No Espírito Santo, a hospedaria dos imigrantes era um belo conjunto de cinco edifícios de dois pavimentos, bem arejados, limpos e confortáveis. Dispunha de duas enfermarias, cozinha, despensa, enorme salão refeitório comportando mais de quinhentos comensais. Dormitório no segundo pavimento, frescos e convidativos.

Ao encontrarem a hospedaria, que dava uma imagem de conforto e organização, a impressão que ficava, certamente, era positiva, e por isso, eles não imaginavam o que ainda estaria por se deparar em nosso território. Após a quarentena inicial, quando tinham acesso à alimentação, remédios e conforto espiritual, os recém-chegados eram encaminhados para seus novos destinos. Alguns, no afã de conseguir emprego nas cidades, ficavam perambulando pelas ruas, mendigando até tomarem um destino que os levaria ao campo. Sua permanência nas hospedarias poderia variar de acordo com a finalidade do imigrado. Se fosse para uma colônia de povoamento a estada demorava um tempo maior, podendo chegar a meses, mas se o destino fossem as lavouras das fazendas de café, a situação podia ser resolvida com maior rapidez.

Passado o período de observação, era hora de buscar seus sonhos entre matas e condições alheias as suas vontades. Homens e mulheres eram obrigados a viver em situações extremamente precárias. Se optassem pelas fazendas, era comum encontrarem condições nas quais eram tratados como os próprios escravos, se a opção fossem as colônias, a realidade encontrada n7õeoclhiol quepo0[(c gar a0..00dns)1omenradcas dra uz0.98d

Imperial 1.544 de 24 de fevereiro de 1855. Nesse período, chegaram os primeiros colonos que, ao invés de europeus, eram chineses. Pouco a pouco, a imigração de asiáticos acabou sendo abandonada para dar impulso à entrada dos cidadãos europeus. Os primeiros italianos a pisar no solo da colônia de Rio Novo foram os trentinos, em 1875. Essa colônia era formada por vários territórios divididos em II, III, IV e V, sendo que entre eles as distâncias da sede variavam entre 40(II), 48(IV), 63(V) quilômetros de distância.

Mapa 2 - Núcleos Coloniais do Espírito Santo em 1878.

Planta da província do Espírito Santo.Fonte- Inspetoria Geral das Terras. Rio de Janeiro. 1878.

Havia o território do Núcleo Castello, fundado em 1880, que pode ser considerado como extensão da Colônia Rio Novo, emancipada no mesmo ano. Esse núcleo constituía o VI território colonial e compreendia as seções de Cachoeirinha, Alexandria, Araguaia, Iracema, Carolina, Deserto, Guiomar, Virgínia (Jaciguá), Iracema, Maravilha, Matilde, Maravilha, Iriritimirim, Santa Júlia, Urânia e Vitor Hugo. Abrangia os atuais municípios de Alfredo Chaves, Vargem Alta, Marechal Floriano e Domingos Martins.

Outra colônia a surgir no solo capixaba foi a Colônia Santa Leopoldina, em 1857. Ela deu origem a diversos novos núcleos coloniais tais como: a Colônia Nova Trento, município de Santa Cruz (atualmente Aracruz), fundada em 1874; Núcleo Timbuí, que originou Santa Teresa, fundado em 1875; Núcleo de Santa Cruz, fundado em 1877, abrangia os atuais municípios de Aracruz, Fundão e Ibiraçu.

Havia ainda: o Núcleo Antônio Prado, composto por Santa Maria, São Jacinto, Mutum, Baunilha de Baixo, Baunilha de Cima, Córrego da Ponte e Colatina, fundado em 1887; o Núcleo Accioly Vasconcellos, que iniciou sua construção em 1887, mas só recebeu imigrantes em 1889, situava-se no município de Linhares, às margens esquerda do Rio Pau Gigante; o Núcleo Afonso Cláudio, ficava próximo a um afluente do Rio Jucu e teve grandes dificuldades para se desenvolver devido ao pequeno número de imigrantes que recebeu, foi criado em 1890; o Núcleo de Santa Leocádia, localizado no Vale de São Mateus foi fundado em 1888; o Núcleo Costa Pereira, localizado em terras dos atuais municípios de Costa do Castelo e Muniz Freire, fundado em 1889; cujo objetivo era, em grande parte, abastecer as áreas das lavouras de café do vale do Itapemirim; o Núcleo do Espírito Santo do Rio Pardo, município de Muniz Freire, fundado em 1889; Núcleo Demétrio Ribeiro, situado nas divisas do Rio Doce com o Rio Piraqueaçu, fundado em 1891; Núcleo Nova Venezia, localizado no Vale de São Mateus, fundado em 1892; Núcleo Muniz Freire, junto ao Rio Doce, em terras do atual município de Linhares, fundado em 1894; e o Núcleo da Fazenda do Centro, município de Castelo, fundado em 1909.

Vale resaltar, outro núcleo colonial fundado em território capixaba, o de São Pedro de Venda Nova, atual município de Venda Nova do Imigrante, fundado em 1891. Sobre o núcleo de São Pedro foi reservado o capítulo III deste trabalho, para mostrar sua formação, desenvolvimento, crescimento e as contribuições dos imigrantes na ocupação da região. Nesse capítulo, abordar-se-á: a função desempenhada pela mulher imigrante na acumulação de pecúlio para o crescimento econômico das famílias imigrantes italianas na região de Venda Nova do Imigrante.

Esses foram os principais focos de concentração de imigrantes dentro da província do Espírito Santo, todos eles chegaram carregando na bagagem os sonhos e as esperanças de um novo tempo. Nesta terra, os italianos encontraram, de maneira geral, a possibilidade de se fixarem

> em pequenas propriedades agrupadas em núcleos longe [...] da ação perturbadora e absorvente da grande lavoura [encontrando assim] o estímulo dos governos locais das províncias, que procuraram solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas (PRADO JÚNIOR, 1984. p.183).

Em sua grande maioria, esses núcleos eram completamente isolados dos centros populacionais da província, as estradas eram, praticamente, inexistentes; quando muito existiam picadas entre as matas, trilhas por onde passavam juntas de bois, cavalos e, por sorte, dependendo da época do ano, carroças. O que se torna claro ao se observarem relatos da época quando é possível ver que os viajantes encontravam:

> Quase todas as estradas, que cortavam a colônia, [está falando de Santa Leopoldina] muito ruins e irracionais, em sua maioria construídas seguindo a linha mais curta, excessivamente íngremes, subindo e descendo montanhas. [...] Encontramos os vários trechos, já terminados e entregues ao tráfego, quase inteiramente

> intransitáveis. No Brasil acredita-se geralmente ter construído uma estrada quando se derruba a floresta em determinada direção e raspa-se a terra na largura de algumas braças (TSCHUDI, 2004, p.86).

Foi esse isolamento, aliado à falta de recursos mínimos de sobrevivência, a um solo pouco fértil em grande parte das áreas coloniais e ao descaso e incompetência do governo provincial, que acabou por definir o destino sombrio da grande maioria das Colônias Espírito-Santenses. Muitas vezes, os responsáveis pela criação dos núcleos coloniais nem sequer conheciam ou tiveram o capricho de conhecer previamente as áreas destinadas à criação dos mesmos, por exemplo, como relata o Barão Johann J. von Tschudi, que percorreu o território capixaba durante o ano de 1860:

> O Governo desejava fundar uma colônia na província muito pouco povoada do Espírito Santo. Para a realização desse objetivo apareciam como oferecendo boas condições as terras do Governo com meios de comunicação fácceis [sic] e a uma distância média da capital da província. Essas condições se encontravam ao longo do Rio Santa Maria. O presidente, Pereira de Barros, que nunca vira a região, enviou ao governo um relatório muito favorável, com observações sobre a fertilidade das terras que haviam sido escolhidas. A intendência geral enviou agrimensores para medir os lotes dos colonos; esses empregados ou não reconheceram a má qualidade do solo ou, se reconheceram, nada disseram. Encontrei entre os documentos um relatório do falecido diretor, Pfuhl, que ainda este ano [1860] assinalava a extrema fertilidade dessa área (“terras ubérrimas”). Não sei se é o julgamento de um entusiasta cego, ou o que mais se pode pensar. De minha parte, pude me convencer de que nada é mais falso (apud TSCHUDI, 2004, p.33).

Mesmo com todos os problemas encontrados durante o período de ocupação e exploração do território capixaba, as colônias fundadas tiveram avanços que, se em primeiro momento não puderam ser sentidos, no decorrer do século XIX, se mostraram fundamentais para o crescimento do Espírito Santo. As Colônias de Santa Izabel, Rio Novo, Santa Leopoldina e Castelo - esta teve sua fundação em 1880 -, um ano após a suspensão das ajudas imperiais destinadas à fundação de Núcleos Coloniais, cada uma, dentro de suas possibilidades e respeitando suas realidades, ajuda a dinamizar a economia do Espírito Santo.

Neste Estado, há uma realidade atípica às demais colônias de pequenos proprietários do Brasil. Ao contrário de colônias de agricultura familiar do Sul do país e de São Paulo - onde as produções de alimentos de seus lotes eram, basicamente, para o mercado interno -, no Espírito Santo, nas pequenas propriedades capixabas, de cunho familiar, havia a convivência de uma produção de subsistência, juntamente com o café destinado ao mercado mundial.

Tendo em vista a postura presente em quase toda a historiografia do café, importa ressaltar este fato que enfatiza a inviabilidade de produção desse gênero na pequena propriedade. Segundo Rocha (1984, p.80),

> [...] se atentarmos para a evolução histórica dos núcleos coloniais do Espírito Santo, chegaremos à conclusão de que sua sobrevivência dependeu unicamente do fato de terem os colonos se dedicado, desde o início de sua instalação na província, à cultura do café.

Em solo espírito-santense, os colonos puderam se beneficiar da escassez de grandes latifúndios de café. Ao contrário de outros estados, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, a grande lavoura do Espírito Santo, não chegou a existir em uma proporção que tornasse a existência de pequenas propriedades produtoras de café uma economia inviável, devido à concorrência. Sem esse produto, não haveria a possibilidade do acúmulo de capitais e de melhorias econômicas, a província capixaba se manteria no atraso e na inércia de toda a sua história colonial e imperial.

Porém, não só o café contribuía para a formação de pecúlio por parte dos colonos. Nos lotes familiares, havia a produção ou fabricação de, basicamente, tudo o que os colonos necessitavam. A grande maioria dessas propriedades podia gozar de uma auto-suficiência que possibilitava a vida com ganhos e necessidades externas muito baixas. Registros de época relatam que ao colono era necessário comprar apenas o querosene, o tecido, o trigo, quando esse não era produzido, e o sal. Era comum encontrar áreas produtoras de gêneros como manteigas, queijos, carnes, sementes, que acabavam por abastecer as áreas vizinhas. Porém, essa comercialização esbarrava em problemas comuns a todo o território capixaba, as difíceis rotas de ligação entre os territórios coloniais e provinciais. Esse foi o caso da colônia Santa Leopoldina que, por volta de 1864, contava com uma produção de cinco a seis arrobas de manteiga que poderiam ser comercializadas em Vitória já que, o Vice-presidente Pindahyba de Mattos, “autorizou a instalação, no mercado da capital, de um local apropriado para a venda dos produtos da colônia; e para “dar alguma regularidade ao mercado”, ordenou que todas as quintas-feiras deveriam descer de uma a três canoas carregadas com os produtos coloniais. Porém, tal medida não chegou a ser efetivada, pois aos colonos se tornava extremamente inviável, porque a “impossibilidade se prendia aos gastos de numerários e de tempo para se deslocar até a capital pelo rio Santa Maria, única via existente ligando os dois pontos” (ROCHA, 1984, p.83).

O fracasso de tal empreendimento na colônia Santa Leopoldina, assim como em outras áreas coloniais distantes da capital, se deve à dificuldade de deslocamento até as áreas consumidoras de gêneros produzidos nas pequenas propriedades. A viagem de ida e volta entre Vitória e Santa Leopoldina, por exemplo, levava, em média, três dias. Se analisada tal demora, nota-se que um produtor teria que se manter afastado de sua propriedade doze dias por mês, o que certamente, lhe traria prejuízos consideráveis. Percebe-se ainda que apenas o café possuía um preço razoável e se mantinha estável por um período maior. Os demais produtos, muitas vezes não atingiam um preço que em cultivo sem uma garantia de ganho justificasse a concentração de mão-de-obra tão escassa e importante para a lavoura de café.

A luta pela sobrevivência era uma realidade para os europeus, suas opções eram limitadas, ou se arriscavam em colônias, onde só podiam contar com a coragem e os braços dos seus moradores; ou em obras públicas, como a abertura de estradas em meio às matas e na

construção de canais. Existia, ainda, a possibilidade de prestarem serviços nas fazendas de café do sul do território.

Não foi possível encontrar registros que comprovassem a insatisfação dos proprietários ou, até mesmo, as tentativas de impedir a entrada de imigrantes para núcleos coloniais capixabas.

> Enquanto nas demais províncias cafeeiras, especialmente São Paulo, esses projetos se chocavam freqüentemente com os interesses dos grandes proprietários, no Espírito Santo não se registra, ao menos até a vigência do trabalho escravo, nenhuma contestação da grande lavoura ao estabelecimento de imigrantes nas terras devolutas demarcadas pelo governo Imperial. Os núcleos coloniais eram, ao contrário, até mesmo elogiados [...]. Essa atitude de passividade da grande lavoura cafeeira da província face aos núcleos coloniais de pequenos proprietários só pode ser explicada pelo fato de estar ela suficientemente abastecida de mão-de-obra escrava (ROCHA, 1984, p. 44-45).

Os números sobre a quantidade de imigrantes divergem, porém, suas marcas ficaram em nosso solo e em nossa gente; acredita-se que “a população do Espírito Santo, atualmente, é constituída em sua maioria de 60% a 70% [...] de italianos, que não só carregam o nome, mas também a cultura italiana.” (CELLIN, 2000. p. 13).

CAPÍTULO 3

3 AS MULHERES NA FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

3.1 - O NÚCLEO COLONIAL CASTELLO

Dentre os muitos núcleos coloniais fundados no Espírito Santo, um foi escolhido para ser objeto desta pesquisa. Entre os vários territórios que receberam o imigrante europeu, o nosso estudo se volta para "La Terra Magra"[26], designação dada ao Núcleo Colonial Castello. Esse núcleo foi criado a partir da Colônia Rio Novo, no mesmo ano da sua emancipação, pelo decreto nº 7.683 de 06 de março de 1880, seguindo parte da política imperial em direcionar a entrada de imigrantes para fornecimento de mão-de-obra, em vez da formação de núcleos coloniais. Assim, em 1880, nascia a Colônia Castello, que pode ser considerada o VI território da Colônia Rio Novo. Os imigrantes que estavam chegando não sabiam que todos os benefícios que lhes eram dados pelo governo, pela Lei de 1867, haviam sido suspensos pelo Decreto nº 775 de 2 de dezembro de 1879. Sendo assim, ajudas com passagens e outros benefícios haviam acabado.

O novo núcleo colonial situava-se nas terras banhadas pelo rio Benevente, ao norte da colônia Rio Novo, estendendo-se ao longo do III e IV territórios. A localização pode ser observada no mapa 3, que data do ano de 1878, organizado pelos engenheiros C. Cintra e C. Rivierre e foi registrado na Inspetoria Geral das Terras e Colonização no Rio de Janeiro. É possível notar a trajetória do Rio Benevente pelo interior da colônia e a imensidão de terras devolutas, existentes por volta do ano de 1878. Fica clara a grande dificuldade em transpor o terreno, fortemente acidentado da região. Em toda sua extensão estavam situados os principais meios de acesso às áreas que formavam o núcleo colonial Castello. A maioria dos colonos que se localizaram nas terras altas do território capixaba tiveram que transpor a mata fechada e o terreno acidentado, a fim de iniciar a nova vida em seus lotes de terra.

Mapa 3 - Núcleo Colonial Rio Novo em 1878.

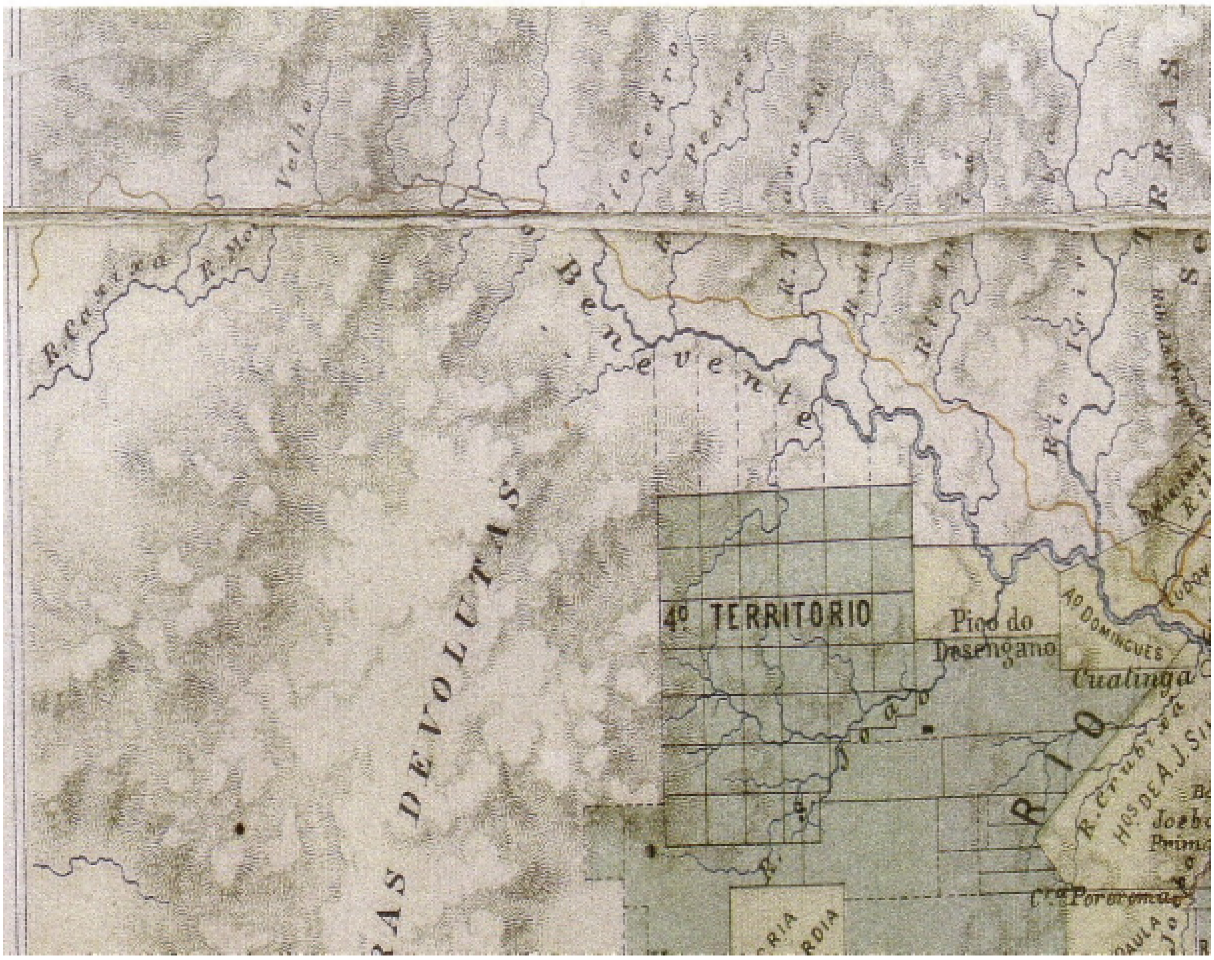
[26] Terra magra, fraca, de péssima qualidade para a agricultura. Terra que não produzia alimento de acordo com a necessidade da população imigrada. Devido à pobreza do solo, a produção muitas vezes não era suficiente para alimentar as famílias, o que dificultava a vida nessa região.

Planta da província do Espírito Santo. Fonte-Inspetoria Geral das Terras. Rio de Janeiro. 1878.

Percebe-se que, já em 1878, os autores dos mapas, sem contar com equipamentos de precisão, deixavam claro como eram acidentados os arredores do Rio Benevente. Nota-se a preocupação em destacar as elevações do terreno, a trajetória dos rios e as áreas onde ficavam as terras devolutas. Vale ressaltar que o próprio núcleo Colonial Castello ou o VI território não aparece nesse documento, pelo fato de que, no ano de publicação dos mapas, 1878, esse núcleo ainda não existia.

O motivo que leva a acreditar ter o VI território dado origem ao referido núcleo, é que nas áreas de Matilde, em Alfredo Chaves, e Araguaia, em Marechal Floriano, dentre outras áreas conhecidamente ocupadas pelo núcleo Castello, constatou-se a existência de rios que são citados nesses mapas. Daí concluir-se que o núcleo Castello se encontrava nos arredores dos Rios Caxixe, Cedro, e das Pedras.

Mapa 4 – Região onde se formou o VI território – Núcleo Castello, em 1878.



Planta da província do Espírito Santo. Fonte- Inspetoria Geral das Terras. Rio de Janeiro. 1878.

Os primeiros colonos que aportaram com destino ao núcleo colonial Castello eram das províncias de Udine, Belluno e Treviso e chegaram à região entre os dias 18 e 20 de fevereiro de 1880 (GROSSELLI, 1986, p.397). De acordo com Lazzaro (1992, p.15),

> A superfície do núcleo era de 8.895 hectares e contava com 418 lotes medidos, destes, 263 eram ocupados. Já existiam também 150.000 pés de café. A Colônia Castello foi emancipada pouco mais de um ano da sua fundação pelo Decreto nº 8122 de 28-05-1881. Teve vida brevíssima [...] mesmo em seguida a sua emancipação ainda entraram imigrantes na ex-Colônia Castello, chamados pelos parentes que já se encontravam lá.

Considerando o tamanho da área e a quantidade de lotes coloniais, percebe-se que, em média, cada lote tinha cerca de 21,27 hectares, equivalendo a 212.700 m², portanto cada hectare é igual a 10.000 m². Esse tamanho é, relativamente, pequeno para cada lote

familiar, aproximadamente, 4,25 alqueires de terra[27], uma extensão modesta se comparada às grandes propriedades capixabas de 100 alqueires de terra ou mais. Nesses poucos mais de quatro alqueires, o trabalho era realizado em regime de economia familiar.

O contingente populacional da colônia cresceu bastante no decurso dos anos que se seguiram à sua criação. O número de imigrados de forma espontânea chegava a 282 em 1885 e, de aproximadamente, 1.436 no número total da população do núcleo colonial. Essa população se expande durante anos, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 8

População da Colônia Castello
1881 - 1888

Ano	População
1881	1.079
1883	1.332
1885	1.436
1886	1.453
1887	2.710
1888	2.388

Fonte: LAZZARO, 1992, p.16

Esse crescimento poderia ter sido maior ainda, não fossem as condições de grande parte das terras do Núcleo Castello, o que certamente dificultou a atração de novos habitantes. Um número considerável de habitantes desse território não ficou no lote de terra designado, e esse abandono acabou sendo divulgado entre outros colonos. A insatisfação era visível, a péssima qualidade do solo, com a predominância da verbenáceo camará[28], foi um dos fatores determinantes do abandono dos imigrantes, que vieram para essa região na década de 1890. As lavouras eram pouco produtivas, Segundo Zandonadi, (1992, p. 47),

> [...] a colheita do café consistia em catar caroços nas varas compridas do cafeeiro, impossibilitado de ter a saia e ramificações devido às falhas provenientes da acidez do terreno. Os primeiros anos foram de miséria e fome.

Como se não bastasse a pouca fertilidade do solo, existia ainda o problema do relevo da região. A região de montanhas do Estado do Espírito Santo é reconhecidamente, de elevada

[27] Um alqueire padrão, mais comumente utilizado no Estado do Espírito Santo, é de aproximadamente, 48.400m2. Geralmente um alqueire de terra é o equivalente a cerca de cinco hectares. É mais comum a medida em alqueires, por isso a mudança para efeito de comparação, nesta pesquisa.

[28] Família de plantas dicotiledôneas, caracterizada pela existência de ervas, arbustos e árvores, com folhas

altitude e, em muitos pontos, bastante irregular. As partes que hoje compreendem o território de Matilde e Araguaia, são extremamente acidentadas, o que ainda hoje dificulta a ocupação e a exploração da área, portanto, no passado, não foi diferente. Conforme se pode observar no mapa 5, essa localização é entre os municípios de Marechal Floriano, Domingos Martins, Alfredo Chaves e Venda Nova do Imigrante.

Mapa 5 - Pontos de ocupação dos imigrantes italianos

Nesse mapa, podem-se verificar as áreas de Matilde, Araguaia e outras mais que foram os pontos de ocupação dos imigrantes italianos. Pelas precárias condições de vida e o conseqüente abandono, até hoje se encontram descendentes dos primeiros imigrantes da região, referindo-se à parte do núcleo como “La terra magra”. Grande parte dos evadidos desse núcleo colonial, em fins do século XIX, rumou para uma região, que foi chamada de “La terra grassa”[29], região que deu origem ao núcleo São Pedro de Venda Nova.

3.2 - A FORMAÇÃO DO NÚCLEO SÃO PEDRO DE VENDA NOVA.

opostas, flores, na maioria das vezes, irregulares e ovários internos.

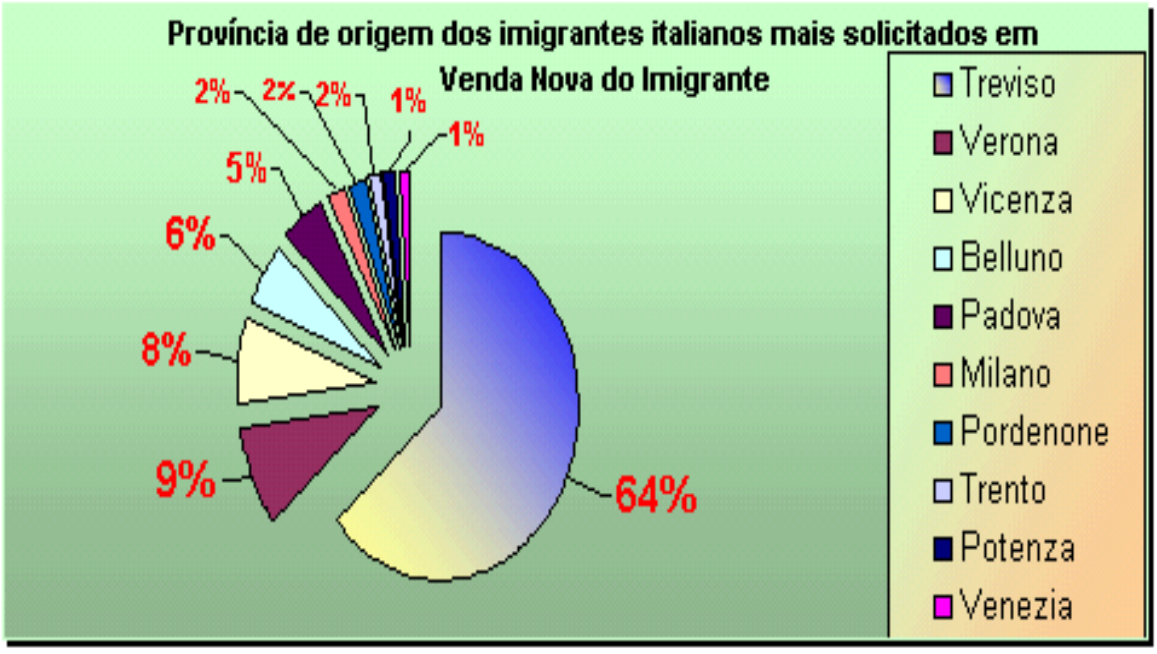
[29] Terra gorda, com solo de boa qualidade e grande fertilidade, onde as atividades agrícolas poderiam ser realizadas de forma a tornar as lavouras bastante rendáveis e assim assegurar a sobrevivência das famílias e a prosperidade futura.

A formação do Núcleo São Pedro de Venda Nova está, diretamente, ligada à expansão e ocupação dos imigrantes europeus na região sul do Espírito Santo. Os motivos para o processo migratório do Núcleo Castello para o de São Pedro de Venda Nova foram além da pouca fertilidade do solo e a conseqüente miséria, o isolamento e o descaso do governo provincial com essa região serrana da província, situada em áreas bastante acidentadas. Realidade que acabou por dar o impulso necessário ao deslocamento para as áreas mais interioranas e mais férteis, transformando o que antes era um conjunto de quatro grandes fazendas escravistas e produtoras de café, na hoje conhecida Venda Nova do Imigrante.

Decadentes, em parte, devido ao fim da escravidão ou pela localização que as tornavam em uma região bastante isolada em relação às demais áreas do território capixaba, essas fazendas foram pulverizadas em pequenas glebas e vendidas, a partir do final do século XIX e início do século XX, a algumas dezenas de famílias italianas, em sua grande maioria provenientes do 6º território do núcleo colonial de Rio Novo. Tais famílias acabaram dando origem à base do que, no futuro, se tornaria o município de Venda Nova do Imigrante[30], local que hoje tem grande destaque dentro do Estado do Espírito Santo, devido a sua estrutura econômica baseada, em grande parte, no agroturismo.

Os primeiros habitantes da região eram, em uma proporção significativa, provenientes de uma mesma região da península itálica, a província de Treviso, ao norte do território italiano. Isso pode ser observado ao se analisar o gráfico 2, que representa a origem das primeiras famílias que colonizaram a região que hoje compreende ao município de Venda Nova do Imigrante. Do total de habitantes, 64% dos descendentes de imigrantes que hoje compõem a população vendanovense têm sua procedência na província de Treviso, os outros 36% estão divididos entre as demais áreas conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2



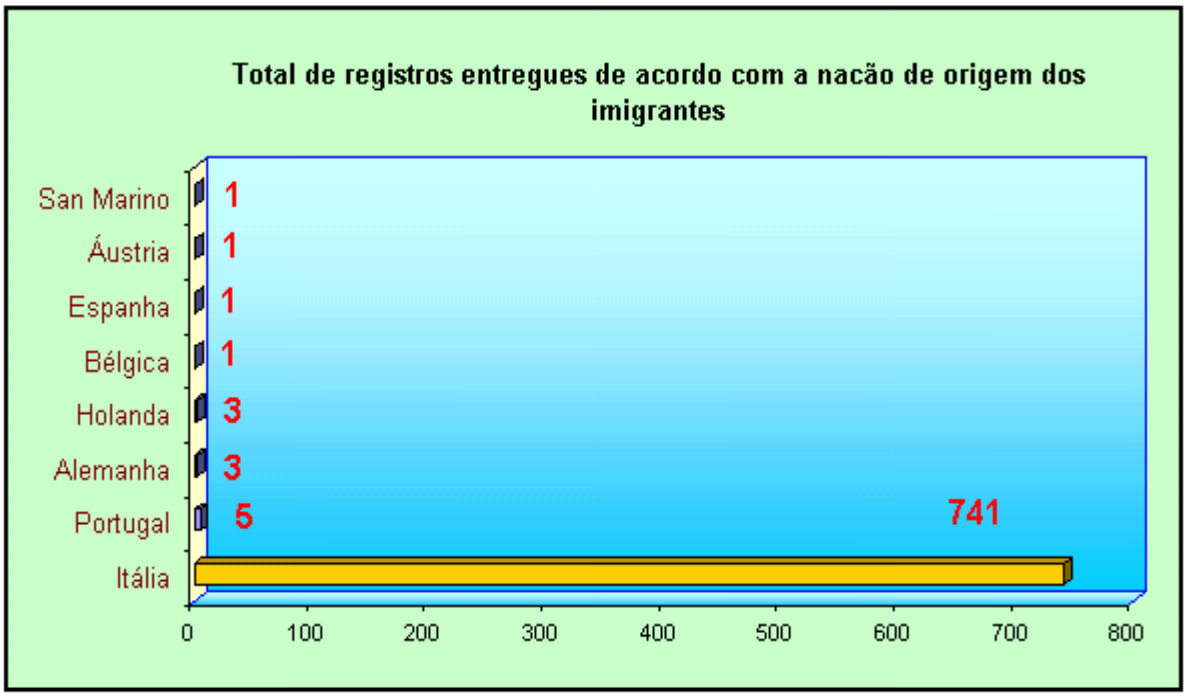
[30] O município foi criado pela Lei nº 4.069, de 6 de maio de 1988, desmembrado de Conceição de Castelo e instalado em 1º de janeiro de 1989.

Fonte: Disponível em www.ape.es.gov.br/projetoimigrantes. Acesso em 23.jul.2007.

Grande parte da população vendanovense, quando indagada sobre suas origens orgulha-se em dizer que é descendente de imigrantes italianos. A descendência pode ser percebida: nos costumes da cidade; na culinária, onde o prato principal é a boa e velha “polenta”; nos grupos de danças; nas reuniões entre amigos, onde se faz questão de cantar melodias entoadas pelos antigos imigrantes; e nas festas da cidade, entre elas a mais tradicional, a Festa da Polenta. Esse evento se realiza no início do mês de outubro e tenta repetir todos os passos dados pelos antepassados, no que diz respeito às atividades típicas dos primeiros momentos da ocupação. O cadastro dessas famílias e sua origem encontram-se em um projeto desenvolvido pelo Arquivo Público Estadual, o Projeto Imigrantes do Espírito Santo.

Durante o desenvolvimento do projeto, pesquisadores do Arquivo Público Estadual (APE) estiveram na cidade, cerca de duas semanas, realizando um trabalho de coleta de dados acerca desses descendentes de italianos e, com essa coleta, cruzaram dados sobre os registros históricos do processo imigratório para a região, e assim puderam construir uma história mais confiável sobre essa ocupação em Venda Nova. Com base nessas informações e na identificação desses descendentes, o APE emitiu diversos registros de entradas de imigrantes, documentos que consistem em identificar as origens da população local, constando o ascendente dos indivíduos, o local de partida, o porto de embarque, o navio que os conduziram ao Brasil, o porto de desembarque e outras informações. O gráfico 3 comprova a origem italiana para a maioria dos moradores de Venda Nova.

Gráfico 3



Fonte: Disponível em www.ape.es.gov.br/projetoimigrantes. Acesso em 23.jul.2007.

As famílias com mais representatividade e maior número de registros de entrada, que aportaram pelo Rio Benevente e, posteriormente, se fixaram em Venda Nova do Imigrante, relacionadas no quadro 9.

Quadro 9

Sobrenome	*Quantidade*
FALCHETTO	57
CALIMAN	40
ALTOÉ	32
MINET	31
LORENZON	23
ANDREON	22
VENTURIN	15
SOSSAI	13
FIORESE	12
PAGOTTO	12
COLA	12
ZORZAL	11
ZANDONADI	11
CASAGRANDE	11
PETERLE	10
BRIOSCHI	10

Fonte: Disponível em www.ape.es.gov.br/projetoimigrantes. Acesso em 23.jul.2007.

Está relacionada no quadro 10, em ordem numérica, a província de origem na Itália o ano de chegada ao Brasil e a colônia ou município do Estado para onde as famílias se destinaram antes de se transferirem para Venda Nova do Imigrante.

Quadro 10

Sobrenome	**Nome**	**Província Origem**	**Chegada ao Brasil**	**Colônia/Município de destino**
FALCHETTO	Giuseppe	Treviso	1891	Ex-Colônia Castello

ALTOÈ	Angelo	Treviso	1880	Colônia Castello
FALCHETTO	Angelo	Treviso	1891	Ex-Colônia Castello
LORENZON	Lorenzo Antônio	Treviso	1885	Ex-Colônia Castello
CALIMAN	Vincenzo	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
MINET	Pietro Antonio	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
ANDREON	Abramo	Vicenza	1888	Castelo
COLA	Nicolò	Vicenza	1888	Cachº de Itapemirim
MINET	Pietro	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
PAGOTTO	Pietro Batista	Treviso	1880	Colônia Castello
VENTURIN	Amadeo	Belluno	1880	Colônia Castello
BRIOSCHI	Giovanni	Milano	1895	Cachº de Itapemirim
SOSSAI	Pietro Noé	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
ALTOÈ	Giuseppe	Treviso	1880	Colônia Castello
CALIMAN	Antonio	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
EBANI	Margherita	Verona	1894	Ex-Colônia Castello
PIANZOLA	Giovanni	Verona	1894	Ex-Colônia Castello
BISSOLI	Napoleone Luigi	Verona	_	Minas Gerais
FIORESE	Giuseppe Primo	Padova	1912	Faz. Sta Eulália (SP)
ANDREON	Giovanni	Vicenza	1888	Castelo
MINET	Giovanni	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
ZAMBON	Carizzo	Padova	1889	São Mateus
ZANDONADI	Lorenzo	Treviso	1889	Ex-Colônia Castello
BRUNELLI	Giovanni	Verona	1889	Alfredo Chaves
CALIMAN	Girolamo	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
CARNIELLI	Domenico	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
FALCHETTO	Giovanni	Treviso	1891	Ex-Colônia Castello
MODOLO	Angelo	Pordenone	1887	Ex-Colônia Castello
PETERLE	Bortolo	Belluno	1880	Colônia Castello
SCHETTINI	Angelo	Potenza	1934	Castelo
ZORZAL	Bortolo	Treviso	1880	Colônia Castello
BELLON	Pelegrino	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
FAGGIOLI	Zaffiro	Treviso	1891	Alfredo Chaves
MAZZOCCO	Angelo Marco	Belluno	1895	Cachº de Itapemirim
RUI	Giovanna	Treviso	1880	Colônia Castello
SCABELLO	Emílio	Venezia	1891	Cachº de Itapemirim

ANTONIAZZI	Giuseppe	Treviso	1927	Castelo
BERNABÈ	Giuseppe	Trento	1895	Colônia Rio Novo
BOTTACIN	Antonio	Padova	1888	Castelo
CALIMAN	Anna	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
COMARELLA	Giovanni	Treviso	1880	Colônia Castello
FALCHETTO	Antº Beniamino	Treviso	1891	Ex-Colônia Castello
FALCHETTO	Francesco	Treviso	1890	Ex-Colônia Castello
FARDIN	Antonio	Treviso	1880	Colônia Castello
FOLETTO	Girolamo	Verona	1888	Santa Leopoldina
FURLAN	Arcangela	Treviso	1891	Ex-Colônia Castello
GIUBBINI	Luigi	Verona	1888	Ex-Colônia Castello
NODARI	Giovanni Battista	Vicenza	1888	Cachº de Itapemirim
PERIN	Angelo	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
PIZZOL	Giusto Leone	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
ULIANA	Pietro	Treviso	1889	Ex-Colônia Castello
ALTOÈ	Angela	Treviso	1880	Colônia Castello
AMADIO	Amalia	Treviso	1928	Castelo
AMBROSINI	Luigi	Padova	1894	Cachº de Itapemirim
BREDA	Luigia	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
CALIMAN	Elena	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
CALIMAN	Vittoria	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
CAMATTA	Antonio	Treviso	1895	Ex-Colônia Castello
CANAL	Francesco	Pordenone	1880	Colônia Castello
CESCONETTO	Giovanni	Treviso	1887	Ex-Colônia Castello
CESCONETTO	Inocente	Treviso	1887	Ex-Colônia Castello
CHIES	Maria	Treviso	1882	Ex-Colônia Castello
DELL'ANTONIA	Isabella	Treviso	1880	Colônia Castello
FAÈ	Osvaldo	Treviso	1889	Ex-Colônia Castello
FELETTI	Giuseppe	Treviso	1880	Colônia Castello
GIUBBINI	Giuseppe	Verona	1888	Ex-Colônia Castello
LORENZON	Teresa	Treviso	1888	Ex-Colônia Castello
MASCARELLO	Maria Seconda	Vicenza	1888	Ex-Colônia Castello
PETERLE	Giovanni	Belluno	1880	Colônia Castello
PIAZZAROLLO	Pietro	Trento	1875	Colônia Rio Novo
VENTURIN	Antonio	Belluno	1880	Colônia Castello

ZAVARISE	Giuseppe	Treviso	1892	Ex-Colônia Castello

Fonte: Disponível em www.ape.es.gov.br/projetoimigrantes. Acesso em 23.jul.2007.

Vale lembrar que nem todos os imigrantes relacionados no quadro 10 chegaram a conhecer São Pedro de Venda Nova, pois faleceram antes, nas colônias de destino, porém seus descendentes podem ser encontrados ainda hoje no município serrano.

Observa-se que das, aproximadamente, setenta e três unidades familiares que acabaram tendo como destino o núcleo de Venda Nova do Imigrante, a maioria era chefiada por homens, cerca de sessenta ao todo. Porém, nota-se que não era uma regra, portanto é possível encontrar unidades familiares comandadas pelo gênero feminino. Vale constatar que a liderança de grupos familiares, em muitos momentos, era assumida por elas que devido aos percalços do período, tomavam a frente das decisões familiares e eram respeitadas por isso. Pelo que já foi descrito neste trabalho pode-se entender que atravessar o Atlântico, quando era o caso, ou tomar posse de um lote colonial e a partir daí iniciar a produção do mesmo não era tarefa fácil. Comumente, relatam-se as agruras passadas pelos imigrantes no momento da ocupação e fixação em suas novas terras. Dificuldades que, geralmente, tomam como foco a atuação dos homens como os provedores das unidades domésticas.

Já que tais fatos são de conhecimento geral, e existiam unidades familiares e, consequentemente, unidades domésticas chefiadas pelas mulheres, não se pode aceitar a velha máxima que o gênero feminino ficava restrito as atividades tipicamente privadas das famílias. Elas atuavam, juntamente com os homens, cuidavam da direção da propriedade e da família da mesma forma que o gênero masculino e por isso merecem o mesmo respaldo.

Das unidades familiares apresentadas no quadro 10 (p. 91) um total de 43 unidades familiares eram provenientes da região de Treviso, o que leva a crer que esses indivíduos podiam ser vizinhos, amigos ou parentes, como o caso dos Calimans, que têm vínculos de parentesco e até hoje eles são uma das famílias mais numerosas da região de Venda Nova do Imigrante. Interessante ressaltar que dessa família encontram-se três unidades familiares chefiadas por mulheres, que ao chegar à região lhes coube a liderança das realizações familiares.

O mapa 6 reforça o que se pode analisar no quadro 10. Através dele é possível perceber que, como já afirmado antes, a esmagadora maioria da população formadora do núcleo São Pedro de Venda Nova originou-se das áreas setentrionais da Itália, para ser mais exato, da região do Vêneto, na área ao norte da península itálica, e nessa parte do território se situam as províncias de Treviso, Verona, Vicenza, entre outras que, de acordo com o quadro 10, constituíram os focos difusores dos imigrantes que compõem a maioria da população formadora de Venda Nova do Imigrante nos dias atuais. Observando o mapa 6, nota-se onde essas regiões eram localizadas

Mapa – 6 – Regiões italianas de origem dos imigrantes de Venda Nova

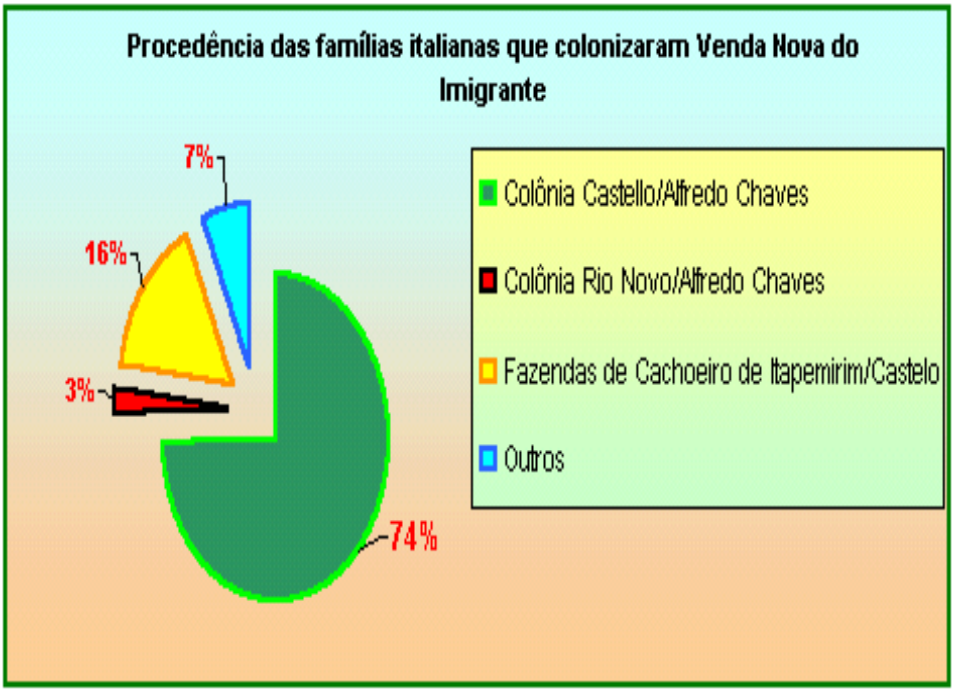
Fonte:Disponível em:http://www.imigrantesitalianos.com.br. Acesso em: 18 dez.2007

É comum acreditar que os imigrantes italianos deixavam seu país pela falta total de condições de vida. Porém, os que realizaram o êxodo das áreas setentrionais, ao contrário de muitos habitantes do Sul, região reconhecidamente mais pobre da península italiana, não eram totalmente despossuídos; se não eram pequenos proprietários, eram parceiros ou diaristas, ou mesmo trabalhadores assalariados.

Essa idéia, se deve ao fato da economia do Sul da península italiana ser, basicamente, agrícola no século XIX, enquanto a do norte era mais voltada para as atividades manufatureiras. Como grande parte dos imigrantes, que entraram no Brasil, fixou-se nas atividades agrárias, é comum se imaginar que sua procedência tivesse sido das áreas meridionais, ou seja, imagina-se que se os imigrantes que aqui aportaram, trabalharam, principalmente nas atividades do campo, automaticamente, também o faziam no seu país de origem. Grande erro porque essas pessoas vão atuar nas atividades do campo por não possuírem outra opção, o Brasil, ao longo da segunda metade do século XIX, e boa parte do século XX, não possuía um parque industrial, ou mesmo uma vida urbana, suficientemente, desenvolvida para absorver todo o contingente de imigrantes que aqui entraram.

O gráfico 4 complementa também o que foi exposto no quadro 10, mostrando o percentual das famílias italianas que migraram de outros núcleos para Venda Nova. Nele se constata que grande parte das famílias formadoras de Venda Nova do Imigrante deslocaram-se de núcleos coloniais onde as atividades dominantes eram as voltadas para a agricultura.

Gráfico 4



Fonte: Disponível em www.ape.es.gov.br/projetoimigrantes. Acesso em 23.jul.2007.

Como o café era a mola mestra nas atividades econômicas brasileiras, era a atividade que mais necessitava de braços para continuar seu desenvolvimento, assim aconteceu na província do Espírito Santo e nos núcleos coloniais de Castello, Rio Novo, entre outros. Também, grande parte dos imigrantes que aqui desembarcaram, foram aproveitados para as atividades braçais como substitutos do trabalho dos negros, tanto mulheres como homens realizaram atividades que antes eram atribuídas aos escravos. Pior para as mulheres que, ao contrário dos homens, tinham sua participação voltada, basicamente, para as atividades manuais dentro das propriedades, ficando excluídas da participação na formação da vida política e social do lugar, características de uma sociedade, completamente machista, como era a dá época. Tal fato as colocava em lugar de inferioridade, pois trabalhos estritamente manuais eram a base das tarefas dos escravos, o que muitas vezes fazia inevitável tal comparação.

Porém, essa posição pode e deve ser questionável, desde que dentro das unidades domésticas os afazeres das mulheres e dos homens às vezes se confundiam, ambos atuavam nas tarefas do campo, plantando, cuidando, colhendo, beneficiando, ou seja, produzindo assim a renda da qual a unidade familiar necessitava. No entanto, ainda cabia às mulheres uma série de outras atribuições, que as tornavam tão importantes e tão fundamentais para a formação econômica e social da comunidade quanto os homens: a produção, de gêneros complementares como o ovo, queijo, ricota, bordados, sem falar na produção de verduras, roupas, no preparo dos alimentos, entre outros fatores que contribuíam para as unidades domésticas economizarem parte de sua renda, ou mesmo, contribuíam para o aumento da renda, uma vez que certas atividades complementares podiam ser absorvidas pelo comércio local. Portanto, cabe ressaltar que se deva atenção a essas mulheres pois, tais atividades complementares dependiam delas, a sua função econômica tinha grande peso, mesmo que, de forma errada, não se reconhecesse isto ao longo dos anos.

Outro fator que se deve lembrar ao falar da entrada dos imigrantes em solo capixaba é o fato das áreas para onde eles serão direcionados, ou seja, as áreas que serão por eles ocupadas. No caso do Espírito Santo, existia a necessidade de ocupar áreas despovoadas de locais completamente desabitados e ainda inexplorados. Daí a grande concentração de europeus nessas regiões, e o fato de levarem a centralizar os novos habitantes nas atividades agrícolas, não por vocação, mas por falta de opção. Essa foi a realidade dos primeiros imigrantes e migrantes a ocupar a região do núcleo São Pedro de Venda Nova. Eles encontraram, na agricultura, a oportunidade de prosperarem em solo capixaba, em seus pequenos lotes de terra progrediram e transformaram parte da paisagem da região montanhosa do Espírito Santo. As regiões de origem, geralmente, eram as mesmas, parentes arrastavam famílias inteiras para a nova terra, vizinhos acabavam convencendo amigos a tentar a vida em uma nova realidade, sempre em busca de uma vida melhor que a da pátria mãe que se negava a proporcionar-lhes. E diante do fato, como já mencionado, mulheres e homens viviam, lado a lado, e não em ordem de grandeza, priorizando o masculino em detrimento do feminino, mas, ambos construindo o que hoje se encontra no município vendanovense.

Dos primeiros grupos demográficos a chegarem ao Núcleo Venda Nova, grande parte estão, ainda hoje, em porcentagem significativa entre as famílias vendanovenses. É o caso das famílias:

> Falchetto em 1891; Altoé (1880); Giubbini (1888); Caliman (1882); Minet (1888); Lorenzon (1885); Sossai (1888); Pagotto (1880); Zorzal (1882) e Zandonadi (1889) são famílias trevisanas que, em épocas diferentes, entraram pelo porto de Benevente e subiram o rio do mesmo nome, em canoas, até o povoado de Alfredo Chaves. Dali, a pé ou em lombo de burro, seguiram com destino às seções da Colônia Castello para ocuparem lotes demarcados nas cabeceiras do rio Benevente, junto a seus afluentes, nas proximidades dos povoados de Matilde e Araguaia. Aliás, a maior parte destas famílias ocupavam lotes no núcleo de São Pedro de Araguaia e arredores Fonte: Disponível em www.ape.es.gov.br/projetoimigrantes. Acesso em 23.jul.2007.

Hoje elas constituem número significativo das chamadas “famílias tradicionais” de Venda Nova. E, em períodos semelhantes, chegaram a esse território, compartilhando das mesmas esperanças.

Após tomada a decisão de migrar para uma nova área, que parecia ser mais fértil e promissora que a dos primeiros imigrantes, no caso, as terras do 6º território do núcleo Castello, os colonizadores deveriam seguir para áreas mais ao noroeste do território. Tal decisão várias vezes foi ratificada por relatos de viajantes que, segundo Benjamim Falqueto, descendente dos primeiros italianos a ocupar Venda Nova, diziam existir uma área mais ao norte do território capixaba onde a vegetação e a existência de determinadas plantas davam sinal de grande fertilidade do solo. No entanto, para chegar a essa área era necessário transpor as regiões acidentadas formadas por dois grandes maciços montanhosos, o Pico da Pedra Azul e o Pico do Forno Grande. Para se chegar ao território vendanovense,

segundo M. S. Novaes (1980, p.130), deveriam viajar ao longo de três dias, e se aventurar atravessando três caminhos diferentes:

> 1. Alfredo Chaves via Monte Alverne, Santa Luzia, Conceição do Castelo até Venda Nova;
> 2. Alfredo Chaves via Matilde, Carolina, Vitor Hugo, Aracê até Venda Nova;
> 3. Alfredo Chaves via Cachoeiro do Itapemirim, Castelo, Povoação, Monte Alverne, Pindobas até Venda Nova.

Os pioneiros da ocupação de Venda Nova do Imigrante e que chegaram à região por volta de 1891 a 1892, assim foram caracterizados:

> Eram colonos que haviam progredido, apesar da má qualidade da terra, em famílias com numerosa força de trabalho. Venderam seus sítios e compraram propriedades relativamente extensas, de mais de 20 hectares, pois o preço da terra era baixo, inclusive devido à dificuldade de transporte. Nos anos seguintes continuou a migração, principalmente a partir de Alfredo Chaves, mas também de outras localidades próximas. Os que tinham recursos provenientes da venda de sítios compravam terras, e muitos trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Sul para aumentar e formar seu pecúlio. Outros possuíam lotes de tão má qualidade que tiveram que abandoná-los, recomeçando a vida como parceiros. Alguns já eram parceiros anteriormente, outros eram recém-chegados ao Espírito Santo (SALETTO, 1996b, p.162).

O período da chegada dos primeiros imigrantes no núcleo São Pedro de Venda Nova é um tanto quanto controverso. Os primeiros imigrantes chegaram à Venda Nova por volta de 1892, sendo que, nas pesquisas de Novaes, essa data é atribuída a Antônio Venturim, no ato da compra da fazenda Viçosinha, região do distrito de São João de Viçosa. Posteriormente, chegaria então, na atual sede do município, o imigrante Ângelo Altoé, comprando parte da Fazenda Providência e se instalando na mesma. (NOVAES, 1980). Já para Cavati (1973), o momento da chegada compreende aos anos de 1890 a 1893, sem dar uma certeza para tal fundação.

Para o pesquisador Máximo Zandonadi (1992), autor de diversas obras a respeito da ocupação e desenvolvimento da região, os primeiros habitantes do lugar datam de 1891. Foram eles Ângelo e Giuseppe Altoé, que através da compra de parte da Fazenda Providência, deram início à ocupação do município. Tem-se ainda os relatos de outro nome bastante conhecido na região, Euzaudino Venturini. Segundo ele, Amadeo Venturim, seu avô, chegou à região em 1891, e que Antônio Ventorini e Giovanni Ventorini, primos de seu avô, acompanharam tal ocupação e chegaram à região após a instalação de Amadeo que hoje é conhecido como o distrito de São João de Viçosa. (LAZZARO, 1992).

Embora faltem dados mais precisos, pode-se afirmar que, no início da década de 1890, iniciava-se a ocupação da região conhecida como Venda Nova do Imigrante. E aqui cabe um aparte, falasse de Amadeo Venturim, de Antônio Venturim, Giovanni Ventorim, de Ângelo Altoé, de Giuseppe Altoé, todos do gênero masculino, todos homens, que chegaram e formaram o atual território de Venda Nova. Porém, cabe perguntar: aqui chegaram sozinhos? Construíram as bases para a formação do atual município vendanovense sozinhos? Não tinham esposas? Companheiras? Irmãs? Mães?

O grande problema, é não nos lembrar de dar nomes às mulheres que, com toda certeza trabalharam junto com eles para a construção da região. Se, em seus antigos lotes, conseguiram amealhar certa quantia em dinheiro, possibilitando a compra de terras em Venda Nova, como nos afirmou Saletto, e mais, conseguiram tal fato devido às famílias numerosas (SALETTO, p.162), o que dá uma idéia da importância das mulheres, não apenas na função de genitora, mas também de produtora de pecúlio. Conforme já mencionado, estas trabalhavam lado a lado com seus maridos, irmãos, pais, etc. construíram e acumularam a quantia necessária para a compra e eventual transferência das unidades familiares para o núcleo São Pedro de Venda Nova da mesma forma que os homens. No entanto, seus nomes são riscados da História. Onde estão as Giovannas, as Margheritas, Annas, Arcangelas, Elviras que também chegaram à região a frente de suas unidades familiares? Que trabalharam juntamente com os homens para a formação da região e do nosso Estado?

Junto com essa ocupação iniciava também a história de lutas, sofrimentos e alegrias de muitos dos antepassados dos atuais habitantes do município. Essa região, formada por quatro grandes fazendas de café, de famílias portuguesas, foram pouco a pouco compradas pelos italianos e seus descendentes. Uma delas era a Fazenda Providência, de propriedade do Sr. Antônio Ribeiro, nela se instalaram dois veteranos da família Altoé, o Sr. Ângelo e Giuseppe Altoé. Ainda dentro da área da antiga fazenda foi fundada pelo Sr. Girolamo Caliman a comunidade de Nossa Senhora da Saúde, de Alto Providência, hoje um belo ponto turístico da região. Grande parte da antiga fazenda Providência faz parte do perímetro urbano da cidade e, no restante, predominam as propriedades rurais das famílias Altoé, Carnielli e Perim.

Lavras ou Lavrinhas foi outra grande fazenda comprada pelos imigrantes no século XIX, pertencia ao grande proprietário vindo do Rio de Janeiro, Antônio de Vargas Corrêa. A extensão da fazenda beirava os 1.500 alqueires de terra. Ele era filho de João Vieira Machado e Tereza Vargas, oriundos de Leopoldina, RJ, segundo Zandonadi (1992, p.46),

> [o casal] residia na fazenda Pensamento, logo abaixo da sede do município de Conceição do Castelo por um lado e Muniz Freire, por outro lado. Além da fazenda Pensamento o casal adquiriria mais tarde a fazenda Lavras ou Lavrinhas e a fazenda Tapera, na região que pertencia a Venda Nova do Imigrante. Para desbravar e colonizar a fazenda Lavras ou Lavrinhas veio residir na sede, [...] o fazendeiro Antônio de Vargas Corrêa. A fazenda fazia divisa com as fazendas Tapera, Bananeiras e Providência.

Parte dessa área, 375 hectares, ou 75 alqueires, foi adquirida pela quantia de 2.400 contos de réis, por Lorenzo Zandonadi e mais tarde o restante foi comprado pelas famílias Calliman e Falqueto. Atualmente, além de áreas urbanas, a maior parte da área da antiga fazenda Lavras, ou Lavrinhas, está dividida entre as famílias Zandonadi, Calliman e Falqueto.

Havia também a fazenda Tapera, que pertencia a José e Antônio de Vargas. Sua área hoje equivale a boa parte do centro de Venda Nova do Imigrante, e as propriedades onde moram as famílias Sossai, Lorenção, Brioschi e Mineti. A primeira aquisição de compra foi feita pela viúva Ângela Basci Minetti, esposa do imigrante italiano Giovani Minetti, morto em Matilde, na localidade de São José de Iriritimirim quando da derrubada de uma mata. Posteriormente vieram as famílias Delpupo, Sossai e outras. Chama a atenção esse fato, porque ele revela um momento de transparência na participação feminina na formação de Venda Nova. Raramente encontram-se relatos que dão à mulher, como nesse caso, a direção de uma decisão tão importante. Ângela Basci Minetti, viúva, realiza a compra de parte da fazenda Tapera, a ela foi atribuída tal realização, por estar viúva de Giovani Minetti, seu nome aparece por não poder mais contar com o esposo. Porém, cabe registrar que em nenhum outro momento tem-se o nome de uma mulher fazendo parte da compra de terras ou da participação do desdobramento das fazendas, mesmo sabendo que elas estavam juntas de seus maridos a todo momento. É o preço que as mulheres pagavam por estarem inseridas em uma sociedade machista como a dá época.

E por fim, a fazenda Bananeiras, que de início pertencia “aos colonos da fazenda Lavrinhas e Tapera de José e Antônio Vargas. Posteriormente venderam-na para o Sr. Nicolau Cola, consorciado com a família Vivacqua” (ZANDONADI, 1992, p. 58). Essa área mais tarde seria retalhada e vendida em partes para os interessados da região, quatorze alqueires para o Sr. Miguel Zandonadi e quarenta alqueires que, após desistência da compra por parte do Sr. Domenico Girardi, acabou sendo adquirida pelos irmãos Falqueto – Giuseppe, Ângelo e Francisco. A área da antiga fazenda hoje pertence, em grande parte, às famílias Falqueto, Zandonadi e Deriz.

Ao longo dos anos, a população cresceu em ritmo acelerado, a fertilidade do solo, aliados à garra e vontade de crescer dos imigrantes foram suficientes para superar o isolamento em que estavam submetidos, estradas eram dificilmente encontradas e quando existiam, eram de uma precariedade sem tamanho. A falta de estrada quase sempre colocava em risco o desenvolvimento da região, principalmente durante as cheias, que

> [...] deixavam o núcleo isolado num período de dois a três meses. O meio de transporte mais utilizado, então, foi a tropa de burro para transportar o café, milho e feijão que eram vendidos em Castelo e em seguida enviados para o Rio de Janeiro através da estrada de ferro. (LAZZARO, 1992, p.20).

Todo o crescimento populacional verificado, causou uma migração dos filhos dos primeiros habitantes da região de Venda Nova para outras áreas, tanto dentro do próprio território capixaba quanto para outros estados brasileiros. Com o crescimento das famílias e os casamentos entre os moradores da região, as propriedades acabaram sendo pulverizadas entres os membros das famílias, o que causou uma redução significativa no seu tamanho.

É oportuno citar uma característica interessante da família italiana. Era costume o trabalho em família dentro das propriedades, todos trabalhavam, produziam e colhiam juntos. O pecúlio conseguido com a lida na propriedade era sempre colocado no “bolo” para, assim que possível, comprar novas áreas. Quando isso acontecia, os chefes das unidades familiares iam distribuindo partes de terras entre seus filhos, geralmente, para os homens, as mulheres não tinham tal direito. Assim, vastas áreas vizinhas acabavam ficando sempre entre membros de uma mesma família.

As filhas quando se casavam iam para as terras que seus maridos recebiam de seus pais, eram raros os casos de filhas tendo direitos sobre a herança deixada pelos pais, como conta Anides Venturim Paste, hoje com 82 anos. Ela relata: “quando me casei, fui morar nas terras do meu marido, Antônio Paste e, da grande área pertencente a minha família, recebi apenas uma vaca de herança, que nunca cheguei a ir buscar”. Segundo ela, isso era, constantemente, lembrado por seu marido, alegando que ela não mandava em nada na propriedade do casal, pois ela havia levado após o casamento apenas a roupa do corpo, ou seja, os pertences individuais.

Mais uma vez, devemos observar que, pela tradição da herança na sociedade italiana, não apenas nesta mais em muitas outras, as mulheres recebiam apenas o dote que seus pais a elas atribuía. Mesmo trabalhando de sol a sol com os homens, contribuindo de uma forma ou de outra na compra de novas terras, ajudando, com seu trabalho nas economias da unidade doméstica e, por conseguinte, participando diretamente na acumulação do pecúlio que a família tanto almejava, a elas não era atribuída a mesma participação quando da distribuição das terras familiares. Sua herança era baseada em um dote, que na maioria das vezes, podia ser “uma vaca”. Assim era perene a dominação masculina sobre a feminina,

> Paulo e outras partes do sul, o patriarcalismo somente se estabeleceu em locais onde o latifúndio ou a monocultura se desenvolveram, assim mesmo antes do desenvolvimento da cultura cafeeira. (FREYRE, apud NADER, 2001, p. 46).

A realidade é que essa forma de organização social existiu no Brasil, o domínio do homem foi uma realidade que figurou durante muito tempo entre as famílias brasileiras. Porém, não se pode generalizar e achar que apenas esse tipo de organização familiar figurou no passado brasileiro. O que se deve lembrar é a sua variação na estrutura de uma região ou de uma época para outra.

Também entre os imigrados europeus tal estrutura vigorou, mesmo que em unidades familiares bem menores, o homem figurava como uma autoridade inquestionável. A ele sempre foi dado o crédito pelo crescimento e desenvolvimento de seus lares, cabendo à mulher o papel complementar e secundário. Assim como em Freyre,

> Alguns autores [...] tenderam a identificar o patriarcalismo a uma quase anulação da mulher diante do homem. Vigiada pelo pai e, posteriormente, pelo marido, ela praticamente não teria espaço para agir livremente (BRÜGGER. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/Pagina/ tempos gerais/n1/artigos/patriarcalismo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2008).

Essa anulação pode, muitas vezes, ser questionada; em determinados momentos o que se nota é a mulher, realizando as atividades, tal qual o homem dentro da sociedade em que vive. Ao analisar a sociedade dos imigrantes há de se constatar que muito do patriarcalismo sofreu alterações. O tamanho das unidades familiares, a estrutura das propriedades, a formação da sociedade e até mesmo os papéis desempenhados por homens e mulheres mudaram significativamente.

A realidade encontrada pelos europeus em solo capixaba foi bastante diferente da realidade descrita pelo pensamento patriarcalista da historiografia nacional. Essas famílias enfrentaram as mais variadas e inusitadas realidades. As dificuldades eram fatores que impulsionavam o surgimento de uma estrutura própria, com características típicas das pequenas propriedades de estrutura familiar, de policultura, minifúndios e, praticamente auto-suficientes. Ademais a figura do homem era preponderante, sua palavra era a lei assim como nas estruturas tradicionais, porém os papéis vividos pelos homens e mulheres às vezes se entrelaçavam, confundiam-se. As atividades tipicamente atribuídas ao gênero masculino, dentro de uma sociedade de imigrantes italianos e mais, especificamente, no núcleo colonial São Pedro de Venda Nova, em muitos casos eram realizadas sem o menor embaraço pelo gênero feminino. O que determinava a atividade que cada um dos gêneros deveria realizar não era, em muitos casos, seu sexo, mas sim a necessidade de ser realizada. Para mulheres ou para homens não existia moleza, não existia divisão, se uma tarefa tinha que ser feita, independente do esforço físico, do grau de periculosidade, tanto mulheres quanto homens as realizavam. Entretanto, o mesmo não se poderia falar das atividades tipicamente femininas, as quais nem sempre os homens aceitavam atuar. Lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos, da casa eram atribuições das mulheres e não, serviço de

foice na mão, enquanto nós mulheres, estendidas no chão, passávamos o tempo a olhar o céu, a contar estrelas e a pedir a Deus que nos protegesse" (TAMANINI, 2006, p.23). Relatos que não são poucos nem difíceis de encontrar. Em uma conversa de alguns minutos com descendentes de imigrantes é possível tomar conhecimento de histórias que remetem às mais antigas habitações utilizadas pelos italianos. O Sr. Ângelo Falqueto[34], quando da chegada de seus avós à região de Venda Nova, relatou que "eles não tinham casa para morar quando chegaram aqui em Venda Nova, para se protegerem do tempo eles se aproveitavam das raízes da Chico Pemba", árvore muito grande, possuía raízes que se projetavam para fora da terra, formando grandes paredes naturais, a partir das mesmas. E ele continua relatando que "nessas raízes os meus avós construíram os primeiros abrigos, cabanas no meio das matas que tiveram de servir de moradia até a construção de uma casa melhor". Essas raízes, ainda segundo o Sr. Ângelo, eram "chamadas de catanas", e foram elas que serviram como as primeiras choupanas para se "esconderem e se protegerem".

Santa Leopoldina e Santa Izabel respectivamente. Espírito Santo (TSCHUDI, 2004).

Assim foram os primeiros meses dessas mulheres, a povoar o território capixaba. O sofrimento e a dor estavam por todas as partes, a elas e a eles não era dada nenhuma condição mínima de uma vida digna, de sustentação, de moradia. Em todo o território capixaba, foram recebidos e fixados com as mesmas condições. Em São Pedro de Venda Nova, iniciaram sua luta em pé de igualdade; para ambos os sexos, as condições de sobrevivência eram as mesmas. Com tal observação é importante que se faça uma ressalva. Se ambos os sexos tiveram os mesmos problemas, as mesmas provações, se lutaram juntos, por que sempre que lembrados pelo processo de ocupação de Venda Nova do Imigrante são sempre os homens que aparecem como as figuras centrais? Sempre se refere ao gênero masculino como o grande desbravador, relegando papel nas atividades invisíveis para as mulheres; casa, filhos, marido, atividades que para a sociedade, não têm a mesma importância que as atividades tipicamente capitalistas.

Por outro lado, o descaso sobre a imagem feminina pode ser entendido também como uma mostra da subserviência das mulheres; pois elas adotavam um papel para o qual foram treinadas para desempenhar. Viviam em uma sociedade machista e patriarcalista, onde desde a mais tenra idade, aprendiam que, como relata a Srª Tereza Briosque Zandonade,[35] "as mulheres eram submissas, só obedeciam ao que os homens mandavam e não podiam reclamar", depoimento ainda comum nos dias de hoje entre os mais idosos. E entre todos os meus entrevistados, essa observação foi unânime, demonstra que o próprio gênero feminino não se via como determinante dentro da sociedade. Elas foram criadas para servirem seus pais, irmãos, maridos e filhos, mesmo que a contra gosto, isto era o que se esperava da mulher e dessa maneira suas grandes realizações sempre foram ligadas à vida privada, a fatores relacionados às atividades domésticas, às atividades invisíveis.

As reais condições encontradas pelo gêneros feminino e masculino nada foi fácil, deparando-se com diversos obstáculos e dificuldades. Sobre esse tratamento desumano, esta realidade deprimente na qual estas mulheres estavam inseridas, em que não existiu a menor preocupação em manter a integridade física e moral dos peninsulares. Em verdade, páginas de penúria e dor se estendem pela vida diária dessas mulheres, não só nos tratamentos desumanos recebidos pelos contratadores de seus serviços, mas também nas péssimas condições que elas eram obrigadas a viver nos primeiros tempos, em nosso território. Derenzi (1974, p.19) cita que

[35] Tereza Briosque Zandonade. Entrevistada em 29 de outubro de 2007. Idade 85 anos, é casada com o Sr Rafael Zandonade de 83 anos, também descendente de imigrantes italianos. Seus pais eram filhos de imigrantes ela reside na sede do município desde o nascimento.

> O tratado imigratório, analisado à luz dos direitos humanos, hoje consagrados, é um monstruoso atentado às mínimas condições de vida. Trocou-se homem por terra! Não lhes foi resguardado ao menos a igualdade às máquinas operatrizes. A estas os fabricantes recomendavam manutenção específica e os adquirentes cumprem com desvelo os preceitos indicados.

Até mesmo para suas necessidades básicas, como alimentação, nos primeiros momentos, a aquisição de gêneros alimentícios foi um problema. Para satisfazer a fome, o imigrante, em muitos momentos, viveu apenas do que podia encontrar na natureza, cabendo às mulheres o preparo desses alimentos.

Do ponto de vista alimentar, os italianos comiam, basicamente, cereais, isto é, trigo que consumiam em forma de pão e macarrão, milho que era consumido como polenta pelas famílias provenientes da Itália setentrional, ou mesmo como broa pelos italianos meridionais. Seu cardápio, quando farto, podia passar pelo feijão, arroz, batata, palmitos, animais silvestre, pássaros, verduras e polenta, eterna companheira das horas de fome.

Em cozinhas, quase sempre improvisadas, em barracos fora de suas casas, tamanho era o temor pelos incêndios pelo fato de serem construídos, basicamente, de madeira e os fogões eram à lenha, portanto um simples descuido poderia causar um incêndio. Dentro desse cenário, as mulheres, se postavam a trabalhar, acordavam cedo para preparar um rápido desjejum que, em muitos casos, consistia apenas em uma fatia de polenta com um pouco de café. Após essa refeição inicial, cabia-lhes preparar o almoço e as demais refeições do dia, que quase sempre eram levadas por elas mesmas na roça, onde os serviços estavam sendo realizados, como relatou a Srª Anides Venturim Paste[36] que alegando que "tinha que subir lá no alto da lavoura, com as panelas penduradas de um lado, filho pequeno do outro, as enxadas nas costas e um monte de filho pequeno atrás". Pode-se perceber a extrema importância das mulheres para que a estrutura desenvolvida nessa sociedade não entrasse em colapso. Com a sua ajuda, era possível poupar tempo e dinheiro que era reinvestido na propriedade. Nada se perdia, tudo se aproveitava, e mais do que nunca, na visão do imigrante, "tempo é dinheiro e sobrevivência".

Os colonos, uma vez instalados, precisavam produzir quase tudo de que necessitavam,

[36] Anides Venturim Paste. Entrevistada em 25 de outubro de 2007. Idade 82 anos. Seus pais eram filhos de imigrantes. Reside no município de Venda Nova do Imigrante, no distrito de São João de Viçosa, desde o seu nascimento.

apenas compravam uns poucos itens de seu consumo tais como o querosene, instrumentos de trabalho, tecidos, sal. Porém, até chegarem a essa auto-suficiência havia complicações. Para aqueles que estavam embrenhados pelas matas, sem uma fonte alimentar suficiente, ou devido à distância dos poucos armazéns existentes, a realidade era dura. Seu abastecimento, quando possível, muitas vezes era feito por tropeiros, e nem sempre essas tropas traziam o que os colonos necessitavam. “Acontecia, às vezes, voltar, da tropa, [...] com as bolsas vazias. Esse logro punha todos de mau humor“ como relata Tamanini (2006, p.27). Com isso, se tem idéia de como a vida daquelas famílias era difícil, e se pode destacar que sofrimento maior seria das mulheres, porque a elas cabia o preparo dos alimentos. Dessa forma, poder deduzir que, na falta de gêneros alimentícios, era necessário improvisar com o que estava disponível, e às mulheres estava reservada tal tarefa; partia-se então para a utilização do que a natureza pudesse dar ao imigrante. Segundo Ângelo Falqueto, o sofrimento pela falta de alimentos era agravado pelo desconhecimento da fauna local, “eles não comiam mamão por que achavam que fazia mal, minha mãe tinha que comer escondido por que os irmãos dela achavam ruim quando via”, ele nos relata ainda que “o cacho de banana era cortado no alto, pois os italianos achavam que o pé ia dar outro cacho de banana ainda[37]”.

Fotografia 3 – Elvira Tosato Pasti debulhando amendoim.

Fonte: Arquivo pessoal

Mesmo se o abastecimento de alimentos e suprimentos fosse mantido com certa regularidade, ainda existia a escassez de recursos, o que dificultava a obtenção dos produtos necessários. Mais uma vez são utilizados os relatos da escritora Virgínia G.

[37] A Banana é uma planta que produz apenas um cacho por vez, uma vez que se retira o fruto ela não produz outro, é necessário que se corte o pé em baixo para que um novo tronco possa nascer e assim produzir novamente, os italianos desconheciam tal fato quando de sua chegada na região.

Tamanini (2006, p.32) quando fala da dificuldade dos italianos em se adaptarem a alimentos que lhes eram totalmente estranhos. Como foi o caso do charque e da farinha que a muitos causou espanto e frustração.

> Lopes pôs-se a chamar cada um pelo nome. Arthuro foi o primeiro. Aproximou-se e abriu a boca do saco [...] O cheiro forte, nada agradável da carne seca, fê-lo fechar o saco [...] todos naquela noite, receberam [...] um pedaço de charque [...] mais ao saírem do armazém cada um a sua vez atirou fora, num resmungo de revolta, aquele pedaço de sola de sapato.

A falta de conhecimento de produtos tipicamente americanos, para muitos se transformava em um obstáculo, e as mulheres enfrentavam essas dificuldades com muita sofreguidão. A falta de experiência no preparo era penosa, e dificultava em muito suas vidas, a ponto de nossa farinha ser confundida com queijo ralado.

Buscar alimentos não era uma tarefa simples, e mais uma vez tem-se a fundamental participação do gênero feminino para suprir a família de alimentação. Era normal recorrerem à cata de frutos, raízes e outros produtos da natureza como banana, mamão, palmito. Buscavam ainda nas águas sua fonte de sustento, pois o peixe existia em abundância. Assim nos fala o Sr. Francisco Spadeto[38], o Queco, como é conhecido: "quando meu pai comprou parte da Fazenda Viçosinha e da Fazenda Tardinha, que hoje ficam no distrito de São João de Viçosa, em Venda Nova do Imigrante, a área era coberta em grande parte por brejo, terra alagada que não podia ser totalmente aproveitada. A principal fonte de alimento, nos primeiros dias da chegada da família, estava exatamente nas águas. A gente tinha que aproveitar a pesca para complementar a alimentação, era normal as mulheres ficarem atrás de peixe para fazer para a gente comer enquanto os outros estavam trabalhando". Ele ainda completa alegando que a "alimentação muitas vezes extraída das matas, era acompanhada de polenta que, não podia faltar; a minha família conseguiu suportar os primeiros tempos aqui".

Atentando para o fato simples de que eram as mulheres as incumbidas em realizar as atividades domésticas, Assim relata Teresa Dell'Armellina Serafini:

> Você não sabe como era difici levá cumida pros meu irmón trabaiando lá no alto das derrubada. Hoje precisa umas 10 panelas pra fazê o cume que a mamãe fazia. [...] A gente saía daqui, de um lado um balaio pendurado, do outro um panelón daqueles preto, de

[38] Francisco Spadeto. Entrevistado em 10 de outubro de 2007. Idade 87 anos. Seus pais eram filhos de imigrantes. Reside no município de Venda Nova do Imigrante, no distrito de São João de Viçosa, desde o seu nascimento.

> ferro, subia aquele morro todo, era uma hora que gastava. Às veiz tinha taiadele[39] e a mamãe botava taiadele na menestra[40] [...] isso ia no panelón preto, e do outro lado do balaio ia uma polenta grande, só vendo. [...] Eu me alembro, nóis era minina e subia aquele morro. A gente chegava lá em cima cansada. E aí ficava lá trabaiando. Eu capinava, roçava, deriçava café, mas o pió de tudo era juntá café cum as mon. Olha, saía sangue das ponta dos dedo e a gente tinha que continuá trabaiando (apud LAZZARO, 1992, p.64, sic).

Os utensílios de ferro e esmalte da foto, a seguir, confirmam a narrativa da Sr.ª, Teresa no tocante à dificuldade de se manusear esses objetos, principalmente, devido ao peso. Percebe-se por sua fala que, como se não bastassem as atividades diretamente ligadas à casa, as mulheres trabalhavam em pé de igualdade com os homens desde muito cedo. Ainda crianças seu principal "brinquedo" era a enxada, o enxadão, o fogão à lenha, o ferro de passar roupa, os quais, conforme se pode observar nas imagens a seguir, eram utensílios extremamente pesados.

Fotografias 4, 5, 6 e 7 – Ferro de Engomar, movido a brasa e panelas de propriedade de Carlos Alberto Falqueto - Serra de volta, propriedade de Francisco Carnielli, e Socador e Cocho, de propriedade de Mª Cola Falqueto.

[39] Talharim, tipo de macarrão feito em casa, muito comum na alimentação dos imigrantes e seus descendentes. Até hoje é um prato típico da região de descendentes, entre elas Venda Nova do Imigrante.

[40] Menestra ou Minestra. Espécie de canja, um tipo de sopa. Também é uma culinária típica de áreas de colonização italiana, nesse caso, Venda Nova do Imigrante. É usualmente feita com o caldo do feijão acompanhado com arroz, macarrão, verduras, lingüiça, carne e outros.

Fonte: Casa da Cultura de Venda Nova do Imigrante. 2007.

Os homens acordavam e queriam seu desjejum pronto, fosse um pedaço de polenta com ovo, fosse um pedaço de pão feito em casa com queijo, ou o que servisse de alimento. Por isso, era comum que as mulheres acordassem antes. Geralmente, às 4 horas da manhã, elas já estavam na cozinha, preparavam os alimentos e começavam a realizar as primeiras atividades da casa. Tudo tinha que estar sempre organizado para nunca deixar faltar nada para eles, as vontades masculinas eram a lei a ser seguida dentro das casas. Como relatou D. Brígida E. B. Feitosa[41], "as mulheres eram muito dominadas naquela época, a gente trabalhava da mesma forma que os homens, roçava, plantava, fazia açúcar, trabalhava igual, e a noite ainda tinha que consertar as roupas com lamparina por que não tinha energia, cuidar da casa, dos filhos, dos homens".

Vivia-se em uma sociedade onde o homem era o grande chefe da unidade familiar, sempre dando a última palavra em tudo que acontecia dentro de casa. Segundo Pedro Altoé "na família italiana sempre existiu uma hierarquia, era o pai quem falava. Depois o filho mais velho e ia aquela seqüência" (apud LAZZARO. 1992, p.56). O patriarcalismo era nítido, as mulheres, mesmo contribuindo da mesma forma que os homens na formação da comunidade e da unidade de produção da qual faziam parte, não podiam e não tinham o direito de opinar, sem a permissão dos homens. Quando os homens estavam pelos campos trabalhando, se o gênero feminino não estivessem junto, trabalhando da mesma forma, elas estavam a realizar suas tarefas dentro e ao redor da casa. Se a família contasse com mais de uma mulher, então era normal que se realizasse a divisão, umas iam para a roça, enquanto outras ficavam responsáveis pela casa. Tratar dos porcos, das galinhas, tirar o leite, cuidar dos filhos, arrumar a casa, fazer o queijo, dar conta da horta, costurar, fazer o tricô, moer o milho para ter o fubá e a canjica, preparar o trigo - quando se conseguia produzir - preparar o alimento das criações, debulhar milho, descascar o milho, e assim por diante. As atividades realizadas pelas mulheres eram inúmeras, quando seus afazeres nas atividades da casa e do entorno acabavam ainda tinham que ir para a lavoura, além de levar o almoço dos homens no local de trabalho, muitas vezes distante e íngrime, com as panelas penduradas de um lado, os filhos, a enxada, o balaio, a quiçamba, ou outra ferramenta relacionada ao trabalho no campo, do outro lado do corpo.

[41] Brígida Elisabeta Bernabé Feitosa. Entrevistada em 10 de outubro de 2007. Idade 99 anos. Seus pais eram filhos de imigrantes. Nasceu no distrito de Nova Mantoa, Alfredo Chaves, aos 5 anos de idade seus pais foram morar na região da Fazenda do Estado, no município de Castelo, mudou para Venda nova do imigrante após o casamento.

Após cumprirem a obrigação de levar-lhes o alimento, elas ainda ficavam por lá para ajudarem nas atividades da roça. A rotina diária era o trabalho e mais trabalho, nem mesmo quando se ia para a lavoura ou dela se retornava o trabalho era deixado de lado. Como os nonos e as nonas costumam dizer na região de Venda Nova, “ninguém dava viagem vazia”, ninguém ficava passeando entre as idas e vindas da casa para o trabalho, muito menos as mulheres. Se na ida era necessário levar a comida dos homens em pesadas panelas e balaios, na volta sempre estavam com suas mãos ocupadas com cachos de bananas, inhames, abóboras, lenha, entre outras coisas. Quando os homens chegavam dentro de casa não estavam preocupados se o dia das mulheres havia sido tão duro quanto o deles; queria a comida pronta. Não importava a dificuldade que existisse, a função das mulheres era deixar tudo certo para a alimentação dos seus familiares.

As famílias numerosas, as constantes gravidezes e partos também representavam outro sofrimento para essas mulheres, não pelo fato de terem que cuidar de numerosa prole, o que era normal na época, mas a incerteza do que poderia ocorrer durante o parto, visto que não existia assistência médica e nem medicamentos que pudessem sequer lhes aliviar a dor e o sofrimento. As fotografias, a seguir, mostram alguns imigrantes e suas famílias.

Fotografia 8 - Família de Elvira Tosatto e Ângelo Pasti (LAZZARO, 1992)

Fotografia 9 – Família de Ângelo Mascarello e Joana Feletti (LAZZARO, 1992)

Fotografia 10 – Família de Liberal Zandonadi e Rosa Caliman Zandonadi (LAZZARO, 1992)

Muitas vezes estas mulheres trabalhavam na roça até o dia de dar à luz. Quantas iniciaram o trabalho de parto ainda nas fileiras dos cafezais. Com seus filhos ainda na mais tenra idade retornavam para o trabalho, pois não se podia perder tempo com resguardo entre outras coisas. Anides Venturim Paste relata que “colocava os filhos dentro de caixotes e enfiava debaixo da saia do pé de café. Eles ficavam ali dentro o dia todo enquanto eu trabalhava, era um risco as cobras pegarem eles”.

Sofrimentos são comuns nas histórias dos descendentes de imigrantes italianos de Venda Nova, é fácil encontrar relatos que confirmam toda a dureza da vida das mulheres nos primeiros anos de vida no solo do antigo núcleo São Pedro de Venda Nova. A mesma Senhora, Anides Venturim Pasti, relata “que desde criança sempre trabalhou na roça. Com apenas 7 anos de idade minha mãe deixou a cozinha na minha responsabilidade. Tinha que cozinhar e ainda por cima tomar conta das crianças. Casei muito cedo e, além da casa, ainda tinha o trabalho dá roça, como se não bastasse, a responsabilidade da criação dos filhos, um atrás do outro, trabalhando em casa e na roça”. Ela continua sua fala, detalhando que “capinava, deriçava café, plantava milho, feijão, arroz, mas o pior da roça mesmo é capiná arroz no meio do brejo. Carreguei muito café, mandioca, feijão, banana, milho, tudo nas costas. Quando chovia, que a gente podia ficar em casa, a gente debulhava milho, ensacava. Lavava a roupa à noite, passava à noite, com aqueles ferros de brasa pesados, que demoravam pra esquentar, remendava, porque durante o dia tinha que trabalhar na roça. A gente tirava leite, dava comida à galinha, cozinhava comida pra porco, fazia horta, molhava horta. No meu tempo, graças a Deus, já tinha moinho e nunca precisei socar arroz para comer. Mas minha mãe já socou muito arroz no pilão. A gente trabalhava tanto que de noite sentava na cama pra rezar e nem conseguia, dormia.”

Como se não bastassem as tarefas diárias, que em nada ficavam atrás das atividades desempenhadas pelos homens, as mulheres ainda tinham os problemas relacionados a sua

posição, enquanto mulher, diante da sociedade imigrante. Ela prossegue dizendo que “os italiano era sistemático pra daná, as mulheres não tinham direito a nada, só trabalhar. E elas trabalhavam mais, os homens só trabalhavam na roça e elas trabalhavam na roça e em casa. Se uma mulher se machucasse, quebrasse um braço trabalhando, ainda dizia que era falta de cuidado. [...] Se há de pegar e levar pra consertar, não. Sarava era em casa mesmo”.

Esse relato dá uma visão bastante aprofundada do que foi enfrentado pelas mulheres nos primeiros tempos da formação de Venda Nova do Imigrante. Anidis é neta de imigrantes, porém sua criação foi baseada na que seus pais tiveram; sua realidade fora menos sofrida que a de sua mãe e avó, mas mesmo assim também foi cruel. Como negar a importância dessas mulheres na história da formação do município de Venda nova do Imigrante?

Muitos podem dizer que elas são lembradas, seu trabalho é reconhecido, porém não há livros que descrevem seus feitos ou sua realidade. Não é possível encontrar nenhum material que faça referência as suas realizações em primeiro plano. Sempre que seus nomes são lembrados, eles aparecem ofuscados pelos feitos dos homens. Ao conversar com os descendentes de imigrantes do município é certo escutar frases tais como “essa lavoura foi formada pelo meu avô, essas terras foram compradas pelo meu pai”. Ora, e as mulheres? Essas não ajudaram a comprar as terras com seu trabalho e seu suor? Também não contribuíram para a acumulação de pecúlio necessário para aquisição de novas terras? Quantas trabalhavam tanto quanto ou até mais que os homens, quer seja em casa ou mesmo na lavoura de café, base econômica nos primeiros tempos da cidade.

Mulheres e homens labutavam nos cafezais juntos, na hora do trabalho. Na lavoura não existia diferença entre os sexos. O trabalho era realizado da mesma forma, embora em certos aspectos, quando se tratava de força, os homens levavam certa vantagem. Mas mesmo assim, ao se observar, como mostram os relatos, nas diversas atividades realizadas por elas, a vantagem era superada. Segundo Saletto, que toma como base o padrão das fazendas paulistas para avaliar a adequação da quantidade de mão-de-obra à produção de café, “um trabalhador adulto, considerado uma 'enxada', se encarregava de 2 mil pés de café, e a mulher e filhos a partir de 12 anos, considerados 'meias-enxadas', cultivavam mil pés de café” (SALETTO, 1996a, p. 95). Por esses cálculos, conclui-se que a mulher produzia menos que um homem adulto, porém há que lembrar que essas mulheres não se dedicavam apenas a essa atividade, elas ainda tinham diversas tarefas no seu dia-a-dia, além do trabalho na lavoura.

O preparo do terreno, o plantio, os cuidados até a primeira safra, a colheita do café, o transporte até os terreiros de secagem e até na hora do beneficiamento as atividades entram divididas entre os sexos. Em todas as entrevistas realizadas para o desenvolvimento desta pesquisa, todos os ouvidos, tanto homens quanto mulheres foram unânimes em dizer que entre as atividades realizadas nos trabalhos diários, as mulheres eram fundamentais, trabalhando, às vezes, mais que os próprios homens. Ademais, fica claro no relato do Sr. Benjamim Falqueto[42] que conta sobre uma de suas tias, chamada

[42] Benjamim Falqueto. Entrevistado em 22 de novembro de 2007. Idade 80 anos. Seus pais eram filhos de imigrantes. Reside no município de Venda Nova do Imigrante, desde o seu nascimento.

Verônica Falqueto: segundo o que seu pai lhe falava, ela trabalhava banando[43] café igual a um homem; não perdendo em eficiências para os homens que a acompanhavam.

Portanto, é um relato claro do que as mulheres eram capazes de fazer dentro da sociedade do núcleo São Pedro de Venda Nova; banar café é uma atividade extremamente desgastante, que requer muita força física e resistência para ser realizada. Importa observar que a "tia Verônica" dá uma mostra clara do que poderia ser feito pelo gênero feminino. Tal atividade ainda nos dias de hoje pode ser observada nas regiões do interior do município de Venda Nova, e em outras localidades.

Esse é apenas um dentre tantos fatos, envolvendo as atividades femininas nas lavouras do município vendanovense. Foi possível ainda verificar o relato do Sr. Ângelo Falqueto, alegando que "a minha mãe foi a grande responsável pelo desenvolvimento da minha família. Quando meu pai descobriu que tinha uma doença grave de coração, foi para o Rio de Janeiro e os médicos da época disseram que a doença não tinha jeito". Devido a isso, "o meu pai retornou pra Venda Nova para morrer em casa. Com isso, coube à minha mãe o papel de gerenciar, de cuidar da propriedade rural da família, a ela cabia trabalhar na roça, tomar conta da casa, acompanhar os trabalhos de diaristas que trabalhavam nas nossas terras, ela fazia tudo isso para manter o funcionamento da propriedade. Ela ainda tinha que deixar a comida meio preparada, as tarefas da casa encaminhadas para as minhas irmãs realizarem; ia para a lida no campo e, quando estava quase na hora das refeições, voltava para terminar o almoço; depois que arrumava a cozinha, voltava para trabalhar na roça com os homens. O meu pai doente não podia fazer nada, cabia à minha mãe administrar tudo; e com os seus cuidados o pai ainda viveu até os 84 anos". Esse é um típico exemplo de como a vida das mulheres possuem força e garra para conduzir suas famílias. Seus feitos, porém, não param por aí, muitos são os exemplos de atuação ativa no desenvolvimento das famílias e na acumulação de pecúlio familiar exercidas pelas mulheres.

A principal atividade financeira das famílias era o café, porém, não era a única fonte de renda dos imigrantes e seus descendentes. Entre as fileiras da lavoura, aproveitavam para plantar milho, feijão e outros víveres, quando tais cultivos não se encontravam consorciados com o café, eram cultivados nas proximidades de suas casas. Esses produtos eram importantes para a sobrevivência das famílias. Geralmente, só permanecia em casa uma mulher, para cuidar de todo o trabalho doméstico, todas as outras, inclusive as crianças, iam para a lavoura. Segundo Justina Venturini Pasti,

> [ela] começou a trabalhá na roça com 10 ano. O que a gente começava fazendo era panhá café. O a gente varria o café, o derriçava, capinava... O melhor mesmo de fazê na roça era panhá café. A gente puxava café da roça com o burro, agora, difícil era levantá o caxote de café e virá no balaião em cima do burro. A gente plantava milho e puxava com os animais, e de noite a gente debulhava milho, bordava, costurava, remendava (apud LAZZARO, 1992, p. 77, sic).

[43] Banar o café é o ato de peneirar os grãos do café para poder retirar o excesso da sujeira contida entre os grãos. O indivíduo arremessa os grãos contidos dentro de uma peneira funda, feita de um tipo de taquara, ou bambu,

Todas as etapas de produção das propriedades passavam pelas mãos das mulheres. Fosse no café ou em outras culturas desenvolvidas dentro das unidades familiares, sempre estava presente a força de trabalho feminino. Era comum as mulheres ficarem incumbidas de socar o arroz para o consumo das famílias em pilões rudimentares como podemos observar em foto anterior; o que era extremamente desgastante. Bater o feijão com grandes e longas varas, descascar e debulhar o milho para assim poder moê-lo e convertê-lo no fubá e na tão desejada e apreciada polenta, a grande responsável pela alimentação e sustento da famílias de imigrantes de Venda Nova do Imigrante.

A foto a seguir, pertencente ao Arquivo Pessoal, mostra a mulher em outra de suas atividades, que era coser as roupas da família, atividade que exercia com orgulho, como pode ser observada na sua postura na foto.

Fotografia 11 – Maria Perim trabalhando na costura.

Fonte: Arquivo Pessoal.

As propriedades, geralmente pequenas para os padrões dos grandes latifúndios da época, eram basicamente auto-suficientes. Investia-se muito na diversificação econômica das propriedades. Os pequenos minifúndios eram de policultura, plantavam de tudo um pouco, exatamente, para garantir a maior quantidade de produtos produzidos dentro da própria terra. A diversificação era de grande importância para garantir a auto-suficiência das famílias. Benjamim Falcheto, em sua entrevista, alega que “Venda Nova, por ser um lugar longe do comércio, as famílias tinham que ser auto-suficientes praticamente em tudo. Tinha que produzir alimentos para a subsistência. E se comprava o estritamente necessário, impossível de produzir aqui, como o sal, o querosene para a iluminação, trigo e roupa para vestir. O açúcar eles faziam com os engenhos de madeira, puxado a boi. Produziam milho,

---

para o alto e assim tenta separar a terra, as folhas e todo tipo de sujeira existente.

arroz, feijão, engordavam um capado para ter carne, banha, umas vaquinhas para ter o leite".

Outra prova da auto-suficiência pode ser verificada na fotografia 8. O que se vê nela é uma engrenagem de madeira, fabricada pelos próprios imigrantes que servia para enrolar as folhas de fumo, formar o rolo e, depois de passar por determinado processo, podia-se fazer o chamado cigarro de palha. O hábito de fumar esse tipo de cigarro ainda é cultivado entre os mais idosos. Durante grande parte dessa etapa de produção, cabiam às mulheres o processo de fabricação do fumo.

Fotografia 12 - Máquina de enrolar fumo.

Fonte: Casa da Cultura de Venda Nova do Imigrante. 2007.

Dentro dessa auto-suficiência não é difícil se imaginar o porquê de se chamar a atenção para a importância do trabalho das mulheres. Desde o momento em que são constatadas as atividades descritas, pode-se imaginar que a estas estavam diretamente relacionadas as figuras do gênero feminino. É simples de se entender por que tanta insistência neste ponto. O simples ato de fabricar uma peça de queijo, que, geralmente, era desenvolvida pelas mulheres, de realizar o bordado, de produzir uma quantia maior de lingüiça de porco, que engordava, os ovos que catavam, devido à criação de galinhas, patos, gansos, etc. Todas essas atividades eram, majoritariamente, desempenhadas pelas mulheres, e todas elas poderiam proporcionar uma determinada quantidade de pecúlio para as famílias. Sendo assim a importância dessas mulheres teria, necessariamente, de ser levada em conta na hora de se documentar o desenvolvimento da região de Venda Nova do Imigrante. Basicamente, todas as atividades tinham as mulheres como figuras de destaque,

> [...] todos cumpriam tarefas de acordo com sua força física e suas possibilidades [...] Crianças e velhos cuidavam das hortas vizinhas à casa e dos animais, e exerciam tarefas menos pesadas, sempre sob a orientação da principal figura feminina, em geral a mulher do colono (TEDESCHI, 1907, p.58).

Relatos como esse comprovam a grande importância que a mulher exerce nessa sociedade familiar, sua participação ativa na vida econômica de suas comunidades. Era do trabalho em conjunto que poderia surgir a possibilidade de, no futuro, adquirirem uma propriedade, ampliarem suas posses, melhorarem suas condições de vida, ou mesmo, adquirirem dinheiro suficiente e retornar a sua terra pátria. Dinheiro era artigo de luxo entre esses habitantes, Justina Venturini Pasti relata que "antigamente, não era moleza não! E pra fazer um tostão era muito difícil. Eles nunca tinha dinheiro. Tinha as coisa em casa por que colhia de tudo. Minha mãe tinha a horta que ela colhia muita coisa. Era feijão de vage, era amendoim, era quiabo".[44]

Portanto, além de contribuir na produção dos gêneros para serem comercializados, e assim engordar o orçamento familiar, as mulheres ainda eram responsáveis pela economia, feitas pelo simples fato de não terem que gastar com determinados produtos de que as famílias necessitavam. Em suas hortas, elas plantavam e colhiam muito do que se consumia dentro de casa, eram inúmeros produtos que poderiam ser produzidos e utilizados para a alimentação da unidade familiar.

Todo esse trabalho era visto com naturalidade pelas italianas e suas descendentes. Quando foram feitas as entrevistas com as descendentes e com os descendentes dos primeiros imigrantes da região de Venda Nova, em todos os momentos, as mulheres relataram as atividades que foram desempenhadas pelas suas mães e avós, com grande naturalidade. Relatavam sobre suas vidas e as de suas ascendentes com grande tranqüilidade, e só destacavam a grande carga de trabalho das mulheres quando questionadas sobre o fato. Muitas chegavam a alegar que as mulheres de hoje em dia "estão com a vida muito fácil", pois não trabalham tanto quanto as mulheres da época de suas mães e avós trabalhavam.

Ao analisar esses relatos, podemos perceber que para as mulheres imigrantes que chegaram em Venda Nova do Imigrante, e para suas descendentes, o trabalho era visto como um coisa normal. Elas próprias permitiam tais atribuições, simplesmente trabalhavam como seu destino determinava. Elas aceitavam a posição que lhes era atribuída na sociedade sem grandes questionamentos. Em todas as minhas entrevista não encontrei nenhum relato de mulheres, em Venda Nova do Imigrante, que tentaram romper com tais regras impostas pela sociedade machista da época, lembrando que estamos falando de fins do século XIX e início do século XX. Não observei um incidente se quer no que diz respeito a quebra de conduta por parte das mulheres do período da formação do núcleo São Pedro de Venda Nova. O que se percebe é que elas aceitavam a posição que lhes era imposta e passavam isto para suas filhas, que passaram para as suas e assim por diante. De geração

[44] Justina Venturim Paste. Entrevistada em 17 de maio de 2008. Idade 84 anos. Seus pais eram filhos de imigrantes. Nasceu em Venda Nova do Imigrante, no distrito de São João de Viçosa, e reside no local até os dias de hoje.

em geração as mulheres foram condicionadas a aceitarem que os homens eram os mandatários da vida pública e a elas cabiam as sombras na vida privada.

As atividades eram as mesmas, a importância de ambos os sexos eram a mesma, no entanto, as glórias foram sempre atribuídas aos homens. Há relatos de mulheres que entravam mata adentro para ajudar na derrubada de árvores com o objetivo de abrir estradas que dessem acesso às novas áreas ou para criar novos campos para as lavouras. Sabiam que somente com muito suor e trabalho árduo, poderiam ter um futuro mais tranqüilo.

Benjamim Falqueto, morador de Venda Nova do Imigrante, relata que sua "avó, quando da vinda da Itália para o Brasil, era viúva e veio com os sete filhos, sendo dois deles já casados. Quando chegaram aqui, ela teve de assumir a direção dos afazeres da família. Com o apoio dos filhos, iniciou a vida nas terras do núcleo colonial Castello, na região de Matilde e Araguaia, que eram muito pobres e fracas. Para sobreviver, tinham que trabalhar na terra, praticamente, ganhada do governo, terra muito ruim, era tipo um saibro, tinha que plantar e torcer para produzir". Ele continua sua fala alegando que "quando a colheita não era o bastante, fato normal, a família dependia da ajuda dos vizinhos que, muitas vezes, davam o soro do leite para a família poder beber e se alimentar dele, tamanha a pobreza que eles viviam". Segundo Falqueto, seus familiares "tanto os homens quanto as mulheres, trabalhavam de sol a sol para acumularem algum dinheiro". Não só do trabalho na propriedade eles viviam, também "trabalharam na construção de estradas na região, abrindo picadas para a passagem das vias de acesso às regiões do Espírito Santo". Ele ainda afirma que não havia diferenciação, mulheres e homens trabalhavam juntos na construção das estradas, "entravam mata a dentro derrubando e fazendo as estradas", evidenciando assim a relevância do papel desempenhado pelas mulheres; sua atuação, em áreas que, tradicionalmente, se acreditava apenas na realização masculina e o quanto elas foram e ainda são importantes.

Frequentemente, essas mulheres atuavam como chefes da unidade doméstica[45]. Em casos de morte do marido, por exemplo, cabia-lhes a direção das atividades de seus lotes. Em casos de doenças, também às mulheres cabiam as atividades de gerenciamento dos lotes de terras. Não raro eram as vezes que os maridos tinham que se ausentar por determinados períodos de suas terras e, na ausência de um filho mais velho, com idade para assumir os negócios da família, cabia à mulher o papel de responsável para responder pelas questões da família.

Insta registrar como exemplo, o relato que deixou Derenzi, quando da visita a uma propriedade em Urânia, território do núcleo colonial Castelo. Um viajante de nome Zettiry chega ao lote colonial do italiano de nome Berto Moro e este não se encontra. Em sua ausência, a direção da propriedade ficou sob os cuidados de sua esposa, e Zattiry soube reconhecer os valores dessa mulher:

[45] Aqui entende-se por unidade doméstica a propriedade rural, a unidade de produção trabalhada e administrada pelas famílias. Não confundir com unidade familiar, que seria a família em si, tipicamente patriarcalista conforme descrito no início deste capítulo.

> Berto Moro, excelente homem, alma de grandes pulsações patrióticas, casualmente ausente [...] Mas sua esposa educada na escola do marido, sem o ter encontrado, reconheci-lhe uma verdadeira altruísta e belíssimo tipo, sabe fazer as honras da casa, satisfez minha fome de informações(DERENZI, 1974, p.129).

Convém frisar que, em situações como essas, as mulheres sabiam exatamente o que fazer, não deixando seus lares comprometidos pela ausência do "homem da casa". Triste o fato de que mesmo reconhecendo a capacidade da esposa de Berto Moro, Zattiry não teve a preocupação de deixar registrado o nome da italiana em seu texto, apenas a descreve como "a senhora Moro".

Se ficar em suas propriedades e administrá-las na ausência do marido era fato normal, sair delas e realizar atividades na comunidade em que estavam inseridas também eram atitudes corriqueiras. Não raro as mulheres tinham que percorrer longos trajetos a pé, ou no lombo de animais, a fim de não retirar os homens de suas atividades diárias. Assim afirma Carvalho em seu trabalho sobre o núcleo colonial Santa Mª de Jetibá e onde registra o depoimento de Henrique Boldt, descendente dos primeiros habitantes da região, sobre a caminhada das colonas.

> [precisavam] caminhar de 6 a 8 horas em picadas abertas no meio da mata escura, que mal podiam ter o nome de caminho, pernoitavam em Santa Leopoldina e no outro dia iniciavam a caminhada montanha acima, com o enorme saco de compras às costas. Traziam não só o que haviam adquirido para a própria família, mas as encomendas dos vizinhos. Muitas vezes era a mulher que se dispunha a fazer essa viagem para que o marido não interrompesse a faina na lavoura (CARVALHO, 1978. p.19).

É de conhecimento que a região de Santa Leopoldina teve sua colonização impulsionada, principalmente, pelos alemães, porém não era exclusividade apenas dessa região. A falta de estradas, a existência de picadas, a distância e o isolamento das áreas coloniais era um realidade que afetava todas as regiões ocupadas por imigrantes em território capixaba.

No núcleo São Pedro de Venda Nova não era diferente, uma viagem para a cidade mais próxima, no caso Castelo[46], "se gastava um dia inteiro para ir e outro para voltar, em lombo de burro" (LAZZARO, 1992, p.98). Daí o fato de, muitas vezes, os maridos se ausentarem por determinados períodos de suas casas e deixarem as mulheres assumindo os papéis que a eles cabiam; ou mesmo, em certos casos, em que as mulheres realizaram essas atividades, se não sozinhas, o que era mais difícil, como acompanhantes de seus maridos, filhos, irmãos.

[46] Não confundir Castelo, a cidade de Castelo, que fica a cerca de 38 Km de Venda Nova do Imigrante, com o núcleo colonial Castelo, que foi o principal núcleo difusor para a ocupação desta região.

Deve-se observar que em ambas as regiões, seja em Santa Mª de Jetibá, seja em Venda Nova, existiram funções de grande relevância sendo atribuídas às mulheres, nas quais, elas aparecem como o esteio da formação de suas famílias e, conseqüentemente, das suas comunidades. São participações, inclusive, em movimentos de resistência e de reivindicações que aconteceram no território do Espírito Santo. Em um ofício de nº 198 enviado pelo diretor da colônia Rio Novo ao Presidente da Província do Espírito Santo, datado de 12 de novembro de 1877, houve um movimento revoltoso que eclodiu no 4º território da colônia Rio Novo. No dia 4 de dezembro do mesmo ano, diante de problemas envolvendo certos colonos tiroleses, que trabalhavam na construção de estradas, e o diretor da colônia do Rio Novo, quando do pagamento dos serviços prestados pelos imigrantes, cerca de cinco líderes tiroleses acabaram sendo detidos pelas forças oficiais. Não titubeando, suas esposas se puseram a protestar em frente à casa onde funcionava a diretoria da colônia, dirigindo insultos e ameaças ao diretor colonial (Livro 63 da série Governo. Arquivo Público Estadual, s/d).

Essa passagem deixa analisar o episódio como mais uma demonstração da atuação das mulheres nesse momento histórico, a docilidade e a subserviência que, muitas vezes, se acredita que elas possuam, podem ser, facilmente, revertidas nessas situações. Elas não abaixavam a cabeça e aceitavam as situações que lhes incomodavam, como às vezes somos levados a acreditar, poderiam não ter a força física dos homens, poderiam não ter a dominação social que os homens tinham, mas sabiam utilizar suas próprias armas quando necessário: sua voz, sua fibra, sua coragem.

Para essas imigrantes, função de auxílio e de direção em uma sociedade em formação era o que não faltava. Elas estavam inseridas não apenas em atividades voltadas para a formação e para o desenvolvimento da propriedade; a elas cabiam também, atividades voltadas sobretudo para a formação da sociedade local. Em um período em que a presença de professores, médicos, padres, farmacêuticos eram raridades, a atuação da figura feminina era indispensável. A elas cabia a tarefa de colocar no mundo os filhos dos moradores, tarefa imprescindível como parteiras.

Não raro, ainda hoje, encontram-se, em Venda Nova do Imigrante as "nonas" que, em suas vidas, se dedicaram a colocar no mundo os filhos dos outros. Por suas mãos muitas gerações puderam se perpetuar. A atividade de parteira era respeitada por todos os moradores, e essas mulheres, em suas tarefas de conduzir ao mundo os recém-nascidos; sem o menor conhecimento médico, sem equipamentos adequados, muitas vezes, só podiam se apegar a sua fé.

Brígida Elisabeta Bernabé Feitosa, hoje com 99 anos, neta de parteira e que grande parte da vida exerceu a mesma função da avó. Ela conta com orgulho que por suas mãos passaram “mais de mil crianças”, e destaca “nenhuma morreu, todas chegaram ao mundo com vida, (...) tinha tudo anotado em uma caderneta, e até os 700 partos eu anotei, depois perdi a caderneta e não anotei mais, o total passa de 1000 crianças”. Segundo ela o aprendizado foi feito acompanhando uma antiga parteira de Venda Nova, Elena Sossai; ao longo dos anos foi aprendendo até que assumiu o “posto” da antiga “professora”.

Brígida afirma que “quando os casos no parto eram mais graves, as grávidas eram enviadas para o hospital de Castelo, pois em Venda Nova não tinha médico”. No caso de Brígida, ela podia fazer uso desse recurso, enviar os casos mais críticos para a Santa Casa de Castelo. Mas, e suas antecessoras? Como faziam para resolver os casos que necessitavam de ajuda especializada? A resposta é simples e direta, para Brígida a solução era uma só: “com reza, muita reza. A oração e a fé em Deus” eram parte do cotidiano dos imigrantes, pois desde cedo se apegavam a Deus para suportarem o fardo encontrado nas suas vidas em solo capixaba. Vale lembrar ainda o tamanho dessas famílias, os grupos familiares de Venda Nova do Imigrante eram, para o padrão atual, muito elevado. As famílias chegavam comumente a números de dez a doze filhos. Há relatos de famílias com dezoito filhos, e para que todos chegassem ao mundo, lá estavam as parteiras, como Brígida Feitosa e Elena Sossai.

Não se pode negar a importância para o desenvolvimento das áreas como o núcleo colonial de São Pedro de Venda Nova uma vez que temos acesso a tais relatos. Sem a participação direta ou indireta do gênero feminino, essa comunidade, certamente, teria sofrido grandes percalços, que, graças a atuação incessante delas, eram solucionados. E, devido a isso, cabe mais uma vez destacar que nem assim elas são lembradas da forma como deveriam ser.

Fotografia 13 - A imigrante e parteira Elena Sossai

Fonte: Arquivo Pessoal.

Há de se ressaltar ainda que a ausência de serviço médico para esses habitantes tornava as suas vidas ainda mais penosas e inseguras. Era nesse cenário que muitas mulheres, sem nunca terem tido a experiência da maternidade, viam-se obrigadas a dar à luz no meio dos cafezais ou em suas choupanas, sem a menor condição de higiene, acompanhadas apenas pelas parteiras. Seus filhos nasciam sem um acompanhamento, constituindo uma nova tarefa penosa para essas imigrantes, cuidar dos filhos pequenos, porque quando adoeciam não podiam receber tratamento médico, ficando assim dependentes do poder de curas alternativas como chás ou rezas.

Dessa forma, as mulheres se viam obrigadas a dar conta da maternidade e ainda ter que continuar ajudando na lida com as costumeiras atividades das propriedades. Muitos eram os casos de mortalidade infantil, doenças, como uma simples gripe, poderiam ceifar a vida de muitos “anjinhos”.

Fotografia 14 – Recém nascidos – o do meio faleceu durante o parto

Fonte: Arquivo Pessoal.

Os habitantes das áreas coloniais já trouxeram consigo forte herança religiosa. Em muitos momentos, cabia às mulheres a tarefa de dar os primeiros ensinamentos aos seus rebentos. Basicamente, toda a inserção dos jovens no mundo religioso era função das mães. Até a idade de sete a oito anos eram educadas e acompanhadas, principalmente pelas mães, tias, avós e outras pessoas de seu relacionamento. De acordo com Rafael Zandonade e sua esposa Tereza Briosque Zandonade[47], "toda a formação religiosa, no período da infância das crianças, ficavam por conta das mulheres, elas ensinavam que tudo era pecado, as mulheres tinham que educar sobre a religião". Eles relatam ainda que o "temor e a vergonha que a gente tinha era tanta, de tanto ficar falando de pecado, que as mulheres depois de certo período da gravidez não saiam mais de casa, tinham vergonha de mostrar a barriga, então ficavam dentro de casa para esconder".

Segundo Dona Tereza, as mulheres passavam "poucas e boas". Nada era ensinado para elas sobre sexualidade. As mulheres casavam sem saber a sua função como mulher/esposa. Ela própria relata que ficou "menstruada, a primeira vez, dentro da água e achei que estava doente, não sabia o que estava se passando, só depois que me falaram que era assim mesmo". Esse não é um fato isolado, em muitos momentos desta pesquisa, em conversas com entrevistados, certas falas despertavam em muitos o constrangimento[48] em alegar terem se casado sem sequer saber o que era o casamento, sobretudo as mulheres que se casavam muito cedo, e, geralmente, com homens "mais experientes e vividos".

Em determinadas entrevistas, há informações de mulheres que se casaram por imposição dos pais, "se não casasse, eu tomaria uma surra", destaca uma das entrevistadas. A consumação do casamento era outro sofrimento, constantemente, relatado. Os homens, geralmente, mais experientes, tinham que conduzir todo o desenrolar do ato sexual, pois as mulheres não eram, em grande parte dos relacionamentos, preparadas para o que enfrentariam dentro das 4 paredes do quarto de casal. Existem falas de entrevistadas alegando que era comum homens com outras mulheres e que as esposas não "podiam fazer nada, tinha que aceitar". Claro que isso não se constituía em regra, não se pode dizer aqui que todos os homens traíam suas esposas, longe deste trabalho passar tal imagem, mas não eram raros os casos. Conclui-se então que o sofrimento feminino poderia aparecer mesmo nas horas nas quais, para muitos, só poderia existir felicidade. A vida naquela época, na fala de todos os entrevistados se resumia em trabalho, religião e pouco diálogo.

Quando a família inteira não estava na lida da roça, fato que era extremamente normal, cabia às mulheres cuidar dos filhos. Por esse motivo, até certa idade o contado diário entre adultos e crianças era muito maior com as mulheres. Mães, avós, tias, irmãs eram as que tinham a função de forjar, ainda muito cedo, o caráter dos futuros cidadãos. "As primeiras orações eram ensinadas em casa, o caminho da religião, predominantemente católica entre o grupo dos italianos, era obrigação que cabia às mulheres" segundo relata o Sr. Ângelo Falqueto. Só após os sete ou oito anos é que se tinha uma divisão das funções na educação; "aos meninos começava a ser ensinado os afazeres relacionados tradicionalmente aos homens, enquanto as mulheres passavam para as meninas o que se esperava de uma mulher".

---

[47] Rafael Zandonade. Entrevistado em 29 de outubro de 2007. Idade 83 anos. Seus pais eram filhos de imigrantes e reside na sede do município desde o seu nascimento.

[48] Por este motivo, o possível constrangimento que tais informações poderiam despertar nos entrevistados, os nomes das pessoas que divulgaram estas falas não serão destacados.

Quanto à educação escolar, o privilégio era dado aos homens. Segundo relato de Marli Rigo, filha da professora primária da região de Venda Nova do Imigrante e de Conceição do Castelo durante vários anos, Dulce de Melo Rigo, que lecionou em duas fazendas da região, Montealverne e Pindobas, a partir de 1928, quando os descendentes de imigrantes mandavam as filhas para a escola, só o faziam durante o tempo suficiente para elas aprenderem a assinar o nome, ler algumas palavras e fazer as quatro operações aritméticas. Embora tivessem interesse e bom rendimento, geralmente, elas abandonavam a escola na segunda série, pois os pais achavam que se aprendessem demais iriam "inventar moda", ou melhor, escrever cartas para o namorado. Essa foi mais uma barreira que as mulheres tiveram que enfrentar

Mesmo com tantas realizações, o reconhecimento das mulheres não se faz tão importante quanto o dos homens nas comunidades de descendentes italianos. Vale frisar que não se quer tirar o mérito das realizações e conquistas masculinas. Todos sabem de sua importância e de seus feitos; sem seu suor a comunidade vendanovense não teria a beleza e o desenvolvimento de hoje. O que se quer chamar a atenção neste trabalho é da falta de reconhecimento da atuação das mulheres. Se os homens imigrantes realizaram grandes feitos, sem o auxílio feminino nada disso seria possível. Como exemplo, pode-se observar que o município de Venda Nova conta com cerca de dezesseis instituições de ensino, entre municipais, estaduais e particulares; dessas, seis possuem nomes de antigos e ilustres moradores do município. Há apenas três instituições com nomes de mulheres, e dessas apenas duas são batizadas com nome de mulheres da comunidade. Se no passado eram as mulheres que davam os primeiros ensinamentos às crianças, elas deveriam ser mais lembradas. Ao fizer uma rápida pesquisa nos nomes de ruas do município, observam-se centenas de ruas que lembram antigos "nonos", e apenas algumas dezenas que homenageiam as "nonas".

Deve-se lembrar ainda que, mesmo com participação tão intensa dessas mulheres dentro das propriedades, muito raramente lhes cabia alguma parte da herança familiar.

> Os imigrantes e seus descendentes criaram regras próprias de sucessão, segundo as quais o último filho herdava a propriedade paterna, enquanto os outros homens recebiam propriedades formadas durante a vida do pai, e as filhas não recebiam terra (SALETTO. 1996a, p.115).

Fatos assim comprovam a pouca valorização dada às mulheres. Mesmo após anos de labuta junto da família, cabia-lhes apenas um pequeno dote, quando lhes era dado. Ao longo de toda a história, foram deixadas às margens do processo, como meras espectadoras, como se apenas assistissem a tudo sem nada contribuir, além do processo de genitoras dos futuros construtores da história mundial e capixaba.

Fazendo uma análise de tais fatos, pode-se perceber que essas mulheres tiveram uma atuação extremamente importante na sociedade de imigrantes no solo capixaba, especialmente em Venda Nova do Imigrante. Na vida das mulheres italianas não faltaram

relatos de suas lutas, de suas vitórias, de seu suor para poder dar um pouco de conforto a seus familiares. Era grande a sua devoção pelos filhos e demais membros da família. Suas realizações não ficaram apenas no passado, seus esforços hoje podem ser reconhecidos em uma das principais bandeiras levantada pela municipalidade e pela população de Venda Nova.

Muito se fala em capital nacional do Agroturismo, centro de difusão da Agro-indústria capixaba, porém tais falas, tais propagandas, muito raramente vêm acompanhadas da origem histórica desse processo de desenvolvimento. Era tarefa das mulheres em momentos de crise e necessidades, desenvolverem determinadas atividades que, conforme já foram mencionadas, contribuíram para o acúmulo do pecúlio familiar e consistiam na fabricação de queijos, ricotas, socóis, vinhos, licores, biscoitos, pães, rendas, entre outros produtos. Com o passar do tempo, o que era uma atividade esporádica adquiriu caráter de sustento familiar, dando origem ao que hoje se conhece pelo nome de Agroturismo.

Tal atividade existe no município há, aproximadamente, uma década e meia. Segundo dados locais, essa atividade teve início por volta do ano de 1994 com algumas figuras da comunidade, entre elas, Cila Altoé, Leandro Carnielli e Lucio Busato. Quando se buscam suas descendências, descobre-se que são descendentes de imigrantes italianos e aprenderam sobre as atividades do agroturismo com seus pais que, por sua vez, herdaram de seus pais e assim por toda a geração. Tais atividades estão diretamente ligadas às que, no passado, eram a fonte de alimentos e de grande parte da renda das primeiras famílias instaladas na região.

Para confirmar essa herança basta uma conversa com parte das mulheres envolvidas nas atividades ligadas ao Agroturismo. Segundo Dona Leda, moradora da região de Tapera, em Venda Nova do Imigrante, a receita do tempero do socol, um tipo de salame produzido da carne suína, é herança familiar “0 tempero da minha avó que trouxe da Itália [...] Passou para mamãe, mamãe passou pra mim e agora passei pro Zé e tá aí passando pros filhos também. Eu não mudei nada.”(apud NOGUEIRA, 2004)

Relatos são latentes entre as moradoras, a influência das suas antepassadas na formação do município é, simplesmente, inquestionável. Todas essas imigrantes que atravessaram o Atlântico e aqui desembarcaram, aprenderam que o sonho poderia se transformar em pesadelo, mas nem assim desistiram de tentar, lutaram com bravura e coragem, ajudaram seus parceiros a desenvolver o estado e o país, Passaram por inúmeros problemas e venceram. Não voltaram para a Itália com os bolsos cheios de riquezas, porém deixaram para seus descendentes riquezas ainda maiores: histórias de um povo que não desistiu, não se curvou diante das dificuldades, um povo que lutou e enfrentou os desalentos de peito aberto e ajudou a construir o presente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foi possível perceber o papel desenvolvido pelo Gênero feminino dentro da formação do núcleo colonial São Pedro de Venda Nova. Esse núcleo colonial, que hoje é conhecido como Venda Nova do Imigrante, foi a região escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. A partir dele foi possível mostrar que o trabalho das imigrantes italianas foi imprescindível para o desenvolvimento da região. Verificamos que elas aqui chegaram por volta de 1891 ou 1892 - conforme descrito na pesquisa esta data pode variar - e se fixaram juntas de suas famílias, aproveitando a decadência das grandes fazendas cafeicultoras da região e os baixos preços encontrados para a aquisição das terras.

Mesmo com essas vantagens, o sofrimento não foi diferente das demais áreas ocupadas por imigrantes italianos na Província do Espírito Santo. O isolamento e a distância dos núcleos habitacionais assombraram essas pioneiras ao longo de muitos anos no território. Aqui se fixaram e, junto com suas famílias, seus maridos, seus irmãos, seus filhos, formaram unidades de produção baseados na pequena propriedade de agricultura familiar, com base na policultura e em uma quase total auto-suficiência.

A partir dessas propriedades, pequenas para os padrões da época, o núcleo colonial foi crescendo, desenvolvendo-se e tomando corpo. Percebemos que foram anos de luta e labuta nessas terras para que a ocupação pudesse ser efetivada e, ao longo de toda esta trajetória, foi possível perceber a efetiva participação do gênero feminino no processo. Tamanho crescimento foi conseguido graças à superação das provações pelas quais esses pioneiros passaram. A realidade descrita sobre as mulheres nos dá uma noção do quanto difícil foi o trabalho desempenhado por elas na comunidade de Venda Nova. Nas primeiras décadas, a ausência de moradias, a alimentação rara e pouco saudável, o isolamento vivido, aliado às inúmeras e exaustivas atividades que desempenhavam, podem nos mostrar as dificuldades pelas quais passaram.

Devemos ainda lembrar a situação da mulher dentro de uma sociedade que era majoritariamente, dominada pelos homens. Assim como em grande parte da sociedade brasileira, a estrutura familiar e social das comunidades de imigrantes era patriarcal. Embora o homem fosse o centro das decisões, fossem elas familiares ou comunitárias, as mulheres participaram ativamente das atividades, tanto dentro quanto fora de suas unidades de

produção, o que possibilitou a acumulação de capital ou de pecúlio, que ajudavam diretamente na formação das lavouras, das famílias e na construção da comunidade.

Dentro de suas casas, eram de tudo um pouco. Esposas dedicadas que acordavam muito cedo para atender às necessidades de seus familiares, filhas eficientes que trabalhavam lado a lado com as mães ou com os pais na lida da roça. Tinham também que obedecer cegamente à vontade dos pais ou irmãos, principalmente no que se refere a namoro ou casamento. Essas mulheres ainda eram responsáveis pela educação de suas crianças e pelos primeiros ensinamentos religiosos.

A partir deste trabalho, foi possível perceber que em todas as atividades que eram desenvolvidas dentro das propriedades, as mulheres participavam de tudo, em menor ou em maior grau. Com base em relatos e pesquisas bibliográficas, foi possível observar como suas funções se multiplicaram dentro das terras do núcleo São Pedro de Venda Nova. Ajudando a abrir clareiras para o cultivo, derrubando matas para construir estradas, plantando, colhendo, beneficiando, em tudo temos o dedo feminino. Atuavam diretamente na produção dos gêneros agrícolas que eram comercializados na região, contribuindo assim para a melhoria nas condições de vida de sua família, e consequentemente da comunidade.

Não apenas nas atividades de retorno econômico elas ficavam responsáveis dentro das propriedades. Cabia-lhes, como se sabe, a responsabilidade dentro de casa, tudo que se fazia dentro da casa nós pudemos perceber que estava diretamente relacionada ao gênero feminino. Acordar cedo, dormir tarde, sempre com uma atividade para ser realizada, eram normais para elas, cuidar dos filhos, dos maridos, dos irmãos, dos pais.

Se, dentro das unidades de produção e familiares, eram inúmeras as suas funções na comunidade, também, não eram poucas as suas atribuições. Exerciam o papel de parteiras, enfermeiras e outras funções fundamentais para o progresso da comunidade vendanovense. Foi possível observarmos que a elas eram atribuídas funções de suporte para o andamento e desenvolvimento local, atuando como parteiras, colocaram no mundo grande parte da população local, como benzedeiras, enfermeiras, ajudaram a muitos a sair de situações de desespero. Na falta dos homens, em momentos de viuvez, de viagem, ou em outros a elas eram atribuídas as mesmas funções dos homens.

Foi possível demonstrar que sua atuação como genitoras e parteiras contribuiu para que a população da comunidade se multiplicasse, mesmo com tamanhos obstáculos. O crescimento populacional do núcleo colonial São Pedro de Venda Nova, aliado à escassez de solos férteis para as futuras gerações, acabou contribuindo para um movimento migratório que possibilitou a ocupação de outras áreas no Espírito Santo e em outros Estados. Por esse motivo, encontramos descendentes dos primeiros imigrantes italianos de Venda Nova em grandes áreas do norte do Estado capixaba. Com base no estudo apresentado, podemos afirmar que isso não seria possível sem a participação feminina.

Tanta relevância não foi apresentada apenas no núcleo São Pedro de Venda Nova, sua atuação no território capixaba é inegável. É sabido que as comunidades imigrantes de italianos, mesmo em regiões diferentes, desenvolveram os mesmo padrões familiares,

herança da estrutura familiar da península italiana. Assim sendo, a importância feminina para o desenvolvimento e ocupação do território do Espírito Santo, na da segunda metade do século XIX e no início do século XX, merece destaques.

Neste trabalho, além da participação e atuação das mulheres em Venda Nova do Imigrante foi possível desenvolver um pouco da história da vinda dos italianos e sua participação na formação do Espírito Santo. Tivemos a oportunidade de acompanhar a situação econômica do território capixaba e sua lenta expansão, e ainda foi possível observar como se desenvolveu o processo de aumento populacional no espírito-santense no decorrer daquela época.

Verificou-se que a nossa economia vivenciou períodos de extensa estagnação. Mesmo fazendo parte da região sudeste, área onde ainda hoje se concentra grande parte da estrutura econômica nacional, o território capixaba não conseguia acompanhar o desenvolvimento dos seus vizinhos. Durante todo o período colonial,

a região viveu sob pressão dos índios, resistentes à colonização, no século XVIII, foi impedido de se beneficiar do contato com a economia mineradora e chegou à independência apenas com uma estreita e descontínua faixa litorânea colonizada (SALETTO, 1996a).

É evidente que a nossa população era extremamente escassa assim como nossa economia. Às portas da nossa independência, produzíamos apenas um pouco de açúcar e farinha de mandioca, produtos que eram vendidos no Rio de Janeiro e Bahia. Nessa época, a população existente no território capixaba era de apenas 35 mil habitantes, uma média de 0,70 habitantes por Km² (SALETTO, 1996a). Com uma população reduzida e uma economia incipiente, as autoridades começaram a criar meios para ocupar os vazios territoriais e dinamizar a economia. Com o apoio federal, o governo provincial viabilizou a vinda de habitantes para o território capixaba, em sua maioria, provenientes da Europa, especialmente, da Península Itálica.

Assim, milhares de imigrantes entraram no Espírito Santo para formar núcleos populacionais, ocupando as terras devolutas do território, e em um segundo momento, para atuar na lavoura cafeeira, uma vez que a escravidão havia sido extinta.

A área de origem desses imigrantes que vieram para o território capixaba foi a região setentrional da Itália, especialmente a do Vêneto. Entre 1847 e 1887 entraram em terras espírito-santenses 15.203 imigrantes (ROCHA, 1984), um número reduzido, se comparado a áreas mais bem dotadas de recursos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Porém esse número era extremamente significativo se comparado à realidade do Espírito Santo, na época. Em 1872, nossa população era de 82 mil habitantes (SALETTO, 1996a).

Durante muito tempo, a entrada de imigrantes para a formação de núcleos coloniais no Espírito Santo conviveu em harmonia com a grande propriedade cafeeira existente, em especial, no vale do Itapemirim. A relação passou a se alterar após a abolição da escravatura, quando as fazendas necessitaram de um grande número de braços livres para

trabalhar nas lavouras de café, já que os negros evadiram-se das fazendas. O que antes era harmonia agora se tornava disputa. Essa situação demonstra a instabilidade que se instalou no Espírito Santo.

Os problemas foram pouco a pouco solucionados pelo governo capixaba, principalmente, pelo incremento na política da imigração. Entre os anos de 1888 e 1896, o número de imigrantes atingiu 27.906[49] indivíduos. Um aumento significativo se lembrarmos que, em trinta anos, entraram apenas 15.203 imigrantes em território capixaba.

Essa entrada sofreu vários percalços, a escassez de recursos se refletia na falta de preparo e de infra-estrutura existentes no território capixaba. Faltava praticamente de tudo, mesmo com a ajuda do governo de D. Pedro II, que vendo a nossa situação, determinou mais ajuda para o processo de imigração.

Os imigrantes, direcionados para os vários núcleos coloniais, sofriam com o abandono, a falta de recursos e o despreparo de seus administradores. A realidade do clima, da vegetação eram fatores que, constantemente, atormentavam os recém-chegados, além de o acordo instituído entre os governos brasileiros e italianos não resguardarem os princípios fundamentais dos direitos humanos. Assim, o imigrante era considerado apenas um instrumento de trabalho (DERENZI, 1974).

Diante dessa realidade, as mulheres sempre acompanhadas pelos homens ou acompanhando os homens, postaram-se com coragem e determinação para vencerem as mais variadas provações. Sofrimento, fome, doenças, dificuldades acompanharam seus dias. E mesmo com tamanhas dificuldades, conseguiram desenvolver grande parte do território capixaba.

As lutas e as tristezas hoje são lembradas com orgulho, para demonstrar que elas e eles venceram. Povoaram, desenvolveram e fizeram com que o Estado prosperasse. O que chama atenção dentro desse cenário foi o papel desenvolvido por essas pessoas, que podem ser consideradas personagens históricas. Os homens, durante muitos anos, foram lembrados como os grandes conquistadores de nossas terras, cabendo às mulheres apenas papéis secundários; porém, sem a ajuda e o trabalho dessas guerreiras, isso não seria possível, daí o objetivo deste trabalho que tentou demonstrar a importância dessas mulheres em todo o processo de colonização deste solo, e focando, mais especificamente, o solo do atual município de Venda Nova do Imigrante.

Sua atuação não pode ser negada e sua importância deve ser revista. A história capixaba precisa reservar um lugar de destaque para essas mulheres e assim resgatar a dívida que a sociedade tem para com elas. Não se pode aceitar uma história que a elas é dado apenas o papel de figuras complementares. Essas mulheres lutaram e sofreram como os homens, dispuseram-se a acompanhar seus pais, maridos, irmãos, por essas terras, sem medir esforços. Por isso, não se pode aceitar que suas histórias, seus nomes, seus feitos fiquem

[49] Relatórios do Ministro da Agricultura 1888, 1889 / Relatório da Diretoria Central de Terras e Colonização do ES. – 1892/1896 / Livros de Registro da Hospedaria de Pedra D'Água 1889/1896.

esquecidos. Não se quer menosprezar as realizações dos homens, mas mostrar que nada do que eles fizeram seria possível sem a ajuda do gênero feminina.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika M. F. **Brava gente! Os italianos em São Paulo.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL. Disponível em:< www.ape.es.gov.br/projeto imigrantes>. Acesso em: 23.jul.2007).

BATISTEL, A. I., & COSTA, R. **Assim vivem os italianos.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1982.

BRUGGER. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/Pagina/temposgerais /n1/artigos/patriarcalismo.pdf>.Acesso em: 30 jan. 2008.

CARVALHO, Augusto de. **O Brasil colonização e emigração**. Porto, Imprensa Portuguesa, 1876. 511 p.

CARVALHO, Regina Hees de, **Santa Maria de Jetibá:** uma comunidade teuto-capixaba**.** Mimeo, 1978.

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo.** Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

CELLIN, J. **Pieemonteses em Castelo**: aspectos culturais. Vitória: Edufes, 2000.

COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo: ANPUH/Umanitas Publicações, vol. 17, nº 34, 1997.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

DE BONI, Luís Alberto. Imigração italiana no Brasil. In CASTEGLIONE, Aurélia H. (org.) **Imigração no Espírito Santo, uma aventura colonizadora.** 1998. 1ª e última pág do artigo

DELISO, V. **Storia Dimenticata,** Romano d'Ezzelino, Vicenza, Itália. ADVE, Editora, 1992.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

DIÁRIO DO IMPERADOR – Diário do Imperador D. Pedro II, 1860.p. 25-26.

FAUSTO, B. (Org.) **Fazer a América**. São Paulo: Edusp,1999.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. In:_____**Classes raças e democracias.** São Paulo: Editora 34, 2002.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Impérios.** São Paulo: Paz e Terra, 3ª ed. 1998.

JORNAL "O operário do progresso". Itapemirim, nº2, 10 de janeiro de 1875.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONE, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAZZARO, Agostinho. et al. **Lembranças camponesas.** Vitória: 1992.

MEDEIROS LAHUERTA, F. **Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822).** Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (64). <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm> [ISSN: 1138-9788]

NADER, Mª Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social.** 2ª ed. rev. – Vitória: EDUFES/CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS, 2001.

NAGAR, Carlo. **O estado do Espírito Santo e a imigração italiana** (fevereiro 1895): relato do Conselheiro Carlo Nagar, Cônsul real em Vitória. Tradução de Nerina Bortoluzi Herzog. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1995.

NOGUEIRA, Verena Seva. **A "venda nova das imigrantes":** relações de gênero e práticas sociais do agroturismo. Dissertação (Mestrado em Economia). UNICAMP. Campinas, SP: 2004.

NOVAES, M. S. **Os italianos e seus descendentes no Espírito Santo**. Vitória; IJSN, 1980.

OLIVEIRA, Lucia L. **O Brasil dos imigrantes.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2001.

PAOLI, Daniele C. Pimenta. **Subsídios ao estudo sobre imigração italiana no Espírito Santo:** Pietro Tabachi e a colônia Nova Trento. 60 f. Monografia (Monografia de História) Centro de Ciências Humanas e Naturais. Departamento de História. Da UFES, Vitória, 2001.

PRADO, JUNIOR, Caio. **O que é liberdade. Capitalismo X Socialismo.** SANT'ANNA, Vanya (Coord.) 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O Sentido da colonização**, in *Formação do Brasil Contemporâneo,* 12ª ed, São Paulo: Brasiliense,1972.

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo.** Vitória: 2000.

SALETTO, N. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930).** Vitória: Edufes,1996.

TAMANINI, Virginia G. **Karina.** Edição especial. Vitória: editora, 2006.

TARUFFI, D.; DE NOBILI, L. & LORI, C. **La questione agrária e l'emigrazione in Calábria -** note statische ed economiche. Tradução de Florença, Tip. Barbera, 1908.

TEDESCHI, Ugo. **Lê condizione sanitarie degli emigranti nello stato di San Paolo.** Bollettino dell'Emigrazione. Roma, 1907, nº 2, p. 58.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1984.

TRIVINÕS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TSCHUDI, J. J. **Viagem à província do Espírito Santo.** Imigração e colonização suíça 1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

ZANDONADI, M. **Venda Nova do Imigrante**: 100 anos da colonização italiana no sul do Espírito Santo. Contagem: Fundação Mariana Resende da Costa. Minas Gerais, 1992.